



Escola Nacional de Administração Pública

INCIDÊNCIA DA DESCONTINUIDADE ADMINISTRATIVA NA POLÍTICA NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como parte dos requisitos para obtenção do grau
de Especialista em Gestão de Políticas Públicas
Agropecuárias.

Aluna: Fernanda de Sá Martins Araújo

Orientador(a): Prof(a). Doutora Michelle
Fernandez

Brasília – DF
Nov/2020

INCIDÊNCIA DA DESCONTINUIDADE ADMINISTRATIVA NA POLÍTICA NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA

Autor(es): Fernanda de Sá Martins Araújo -
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
e Michelle Fernandez – Instituto de Ciência Política
da Universidade de Brasília.

Palavras-chave: Descontinuidade Administrativa; Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica; Políticas Públicas

Resumo

A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) foi instituída com o objetivo de integrar ações no âmbito da produção orgânica e agroecológica. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é analisar os efeitos da descontinuidade administrativa no alcance das iniciativas e metas propostas por esta Política. Por meio de análise qualitativa via coleta de dados documentais, foi realizada a análise de conteúdo de documentos oficiais extraídos de sistemas federais e relatórios de balanço de resultados dos Planos Nacionais de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPOs) que consubstanciam a PNAPO. Das 310 iniciativas contidas nos Planos, 30% não foram executadas ou tiveram alcance de metas inferior a 50%, demonstrando que a descontinuidade administrativa é um entrave ao prosseguimento da PNAPO, desde contingenciamentos de recursos até a extinção de órgãos e institutos colegiados de gestão, enfatizando que a alternância de gestão pública e de diretrizes de governo afetaram o sucesso da Política.



INTRODUÇÃO

O Brasil foi o primeiro país a criar uma política de Estado voltada para a agroecologia e a produção orgânica, sendo premiada em 2018 como uma das melhores políticas públicas em agroecologia e sistemas alimentares sustentáveis do mundo no prêmio *Future Policy Awards 2018*, promovido pelas Nações Unidas, pelo *World Council* e pela *International Federation of Organic Agriculture Movements* (IFOAM – Organics International) (SEAD, 2018).

A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) foi criada em 2012 por meio do Decreto 7.794 com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis. A instituição dessa política veio após a reivindicação apresentada pelas mulheres do campo e da floresta durante a 4ª Marcha das Margaridas, em 2011.

Apesar de ser uma política construída de forma participativa entre sociedade civil e instituições governamentais, como qualquer ação estatal, esta pode ser afetada pelas alterações administrativas promovidas pela alternância de governo, a chamada descontinuidade administrativa, que é um fenômeno comum nas democracias, visto que o voto é periódico, e, especificamente no Brasil, as eleições ocorrem de 4 em 4 anos e apenas uma reeleição é permitida.

Embora políticas públicas sejam construídas levando-se em consideração público-alvo, recursos humanos e financeiros para sua execução, formas de avaliação e monitoramento, enfim, todo um trabalho para se alcançar as metas propostas, a descontinuidade administrativa advinda de novas diretrizes de governo podem afetar e desconstruir políticas, gerando insatisfação na população que observa as ações do Estado serem iniciadas, mas várias não terminam e, portanto, não promovem as entregas que se propunham.

Nesse sentido, este trabalho objetivou analisar os efeitos da descontinuidade administrativa no alcance das iniciativas e metas propostas na Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO).

A metodologia utilizada foi de análise qualitativa, por meio de pesquisa documental, sendo utilizados referenciais teóricos a respeito de descontinuidade administrativa, de políticas públicas e da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Para analisar os dados utilizou-se a análise de conteúdo de Bardin. As informações coletadas para os dois Planos Nacionais de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO I e PLANAPO II) foram relatórios de gestão de governo, como os extraídos do Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento

(SIOP), relatórios de gestão, balanços de resultados, relatórios financeiro-orçamentários e publicações do IPEA que envolvem os Planos. Concomitantemente foi realizada uma análise do cenário político institucional dos períodos dos Planos (2013 a 2015 e 2016 a 2019), de forma a averiguar a incidência da descontinuidade administrativa sobre as metas e iniciativas propostas nos PLANAPOs.

Os resultados obtidos foram divididos em seções de acordo com a medição realizada por Sambuichi *et al.* (2017) em seu artigo “Avaliação da execução do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica”, inserto no livro “A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil – Uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável” publicado pelo IPEA em 2017. Essa autora determinou os resultados das 125 iniciativas previstas no PLANAPO I em: plenamente executada, parcialmente executada, não executada e sem informação. Este trabalho manteve essa classificação, mas com uma alteração, as iniciativas parcialmente executadas foram subdivididas em: alcance igual ou superior a 50% e alcance menor que 50%. Assim, a análise dos resultados focalizou as iniciativas não executadas e parcialmente executadas, com alcance abaixo de 50%.

O PLANAPO I obteve 38,4% de iniciativas não executadas e parcialmente executadas, com alcance abaixo de 50%, em um universo de 125 iniciativas. Cabe ressaltar que as iniciativas sem informação deste Plano ficaram em 8,8%, um valor pouco expressivo visto que foi publicado um relatório de balanço contendo seus resultados, além do supramencionado artigo do IPEA que avaliou este Plano.

Já o PLANAPO II obteve 24,3% de iniciativas não executadas e parcialmente executadas, com alcance abaixo de 50%, em um universo de 185 iniciativas. Nenhum relatório oficial foi publicado, apenas o “Relatório de Pesquisa – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO – Linha histórica e dados referenciais”, publicado pelo IPEA em 2019, o qual contém alguns dados de resultado do segundo Plano. Por isso o percentual de iniciativas sem informação foi bem mais alto: 27,5%. Isso distorceu a análise de eficiência do segundo Plano.

Nos relatórios do SIOP, os gestores responsáveis pelas iniciativas declararam inúmeras razões para o não alcance das metas: contingenciamento de recursos, alto nível de exigências burocráticas, instabilidade política, crise econômica, prioridades da agenda política divergentes das iniciativas propostas pela Política, transição de governo, reforma administrativa proposta pela Medida Provisória 870 de 2019, extinção de conselhos, câmaras e comissões pelo Decreto 9.784 de 2020, entre outras. Além de terem sido observadas falhas na construção da Política, que não priorizou iniciativas e superdimensionou metas.

A partir dos relatos considerou-se que a descontinuidade administrativa afetou o alcance de várias iniciativas propostas pelos PLANAPOS. Apesar disso, a PNAPPO é considerada uma Política exitosa, visto que do total de iniciativas propostas (310 iniciativas em ambos Planos), 50% foram plenamente executadas e parcialmente executadas com alcance igual ou superior a 50%. Isso se deveu a continuidade das iniciativas de um PLANAPO para o outro, fortalecendo essas ações, além da construção participativa da Política, que é um método eficaz de continuidade de políticas públicas devido a multiplicidade de atores envolvidos.

DISCUSSÃO TEÓRICA

1. Políticas Públicas

Políticas públicas têm como objetivo precípua identificar necessidades da sociedade e, por meio de ações públicas, entregar soluções que atendam a essas demandas. Souza (2006) define políticas públicas como o campo do conhecimento que analisa o agir do Estado. A formulação de políticas públicas é a tradução dos propósitos e agendas de governo em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças para a população beneficiária.

A mesma autora propõe que o campo de estudo das políticas públicas é holístico, não estando apenas na área da ciência política, mas em várias, o que implica sua interdisciplinaridade, sendo objeto de análise de outras áreas do conhecimento carecendo de vários olhares. Além disso, as políticas após serem desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas e projetos que, quando postos em ação, são implementados ficando submetidos a acompanhamento e avaliação.

Para William Jenkins políticas públicas são “um conjunto de decisões inter-relacionadas tomadas por um ator (ou grupo de atores) político(s) em relação à seleção de objetivos e os meios para alcançá-los numa situação específica em que tais decisões deveriam, em princípio, estar ao alcance do poder de tais atores em consegui-las” (Nogueira, 2006 apud Howlett e Ramesh, 1995). Essa definição entende as políticas públicas como um processo em que vários atores políticos participam e que são formuladas de forma a perseguir e alcançar determinado objetivo. As etapas para a formulação das políticas, conforme o modelo de estágios sucessivos de Harold Lasswell, Hugh Hecló e Davis Easton (Nogueira, 2006 apud Howlett & Ramesh, 1995) compreendem: identificação de um problema, formação da agenda pública, tomada de decisão, implementação e avaliação.

As políticas são desenhadas por burocratas, ou seja, atores públicos, os quais por meio de estudos, analisam as formas mais eficientes e eficazes de promover tais entregas. O desenho da política pode ser feito unilateralmente pelas instituições públicas ou de forma participativa, envolvendo os setores afetados pela política a ser formulada. Nesse sentido, pelo fato da política pública ser fruto de demandas da sociedade, ao ser criada, ela leva em consideração: público-alvo, recursos humanos e financeiros para atingir a meta almejada, tempo gasto, execução e monitoramento. Ou seja, é um grande projeto público, que é oneroso, mas que gera efetividade, quando bem executado.

Para IPEA (2018a) a política pública é desenhada para atuar sobre a causa de determinado problema, sendo a sua solução ou minimização o objetivo da ação pública, a qual deve atender efetivamente a demanda envolvida no problema identificado, aplicando eficientemente os recursos disponíveis, minimizando custos e maximizando benefícios.

Embora todas as políticas públicas sejam criadas de forma técnica e com o fulcro no interesse coletivo, é possível que haja falhas desde a sua elaboração até a sua avaliação, motivo pelo qual devem ser constantemente acompanhadas para que possam ser melhoradas ou até mesmo descontinuadas, se for o caso. IPEA (2018b) enfatiza a relevância das avaliações, as quais devem ser efetuadas em caráter permanente e integradas ao ciclo de políticas públicas, ou seja, a cada etapa, uma avaliação deve ser feita. Esta deve envolver não só o planejamento, mas também a execução e controle orçamentário e financeiro. Com os resultados das avaliações será possível melhorar a execução das políticas e aplicar os princípios de eficiência, eficácia e efetividade.

1.1 A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) foi criada em 2012 por meio do Decreto 7.794. Em seu artigo 1º o Decreto traz o objetivo da política, qual seja: integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis.

A instituição dessa política veio em resposta a reivindicações de parcela da população rural durante a 4ª Marcha das Margaridas, em 2011, que observava a criação de várias políticas em benefício dos produtores que utilizavam sistemas produtivos convencionais, advindos da Revolução Verde, ignorando os produtores agroecológicos, orgânicos e alternativos que resistiam

a essa forma de modernização agrícola a qual propugna uso extensivo de agroquímicos, mecanização e sementes de alta produtividade.

Esse sistema produtivo afeta negativamente o ecossistema, visto que dissemina monoculturas geneticamente modificadas as quais necessitam de agrotóxicos e fertilizantes químicos que contaminam solo, água e matam seres vivos. Ainda, conforme relatório do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) do ciclo 2017-2018, de 36 alimentos monitorados, que correspondem a 80% dos alimentos de origem vegetal consumidos pela população brasileira, 14 apresentaram algum nível de risco ao serem consumidos. Esses alimentos representam 30,86% dos alimentos de origem vegetal consumidos pelos brasileiros. Some-se a isso, conforme estudos realizados por Schneider (2010), esse modelo não favoreceu o desenvolvimento rural, ao contrário, favoreceu a concentração fundiária e a pobreza. Assim, a problemática passou a entrar na agenda governamental. Nesse sentido, a instituição da PNAPO fomenta a transição agroecológica e a produção orgânica, práticas baseadas em conservar e resgatar conhecimentos tradicionais para a produção agrícola de forma sustentável, sem uso de produtos químicos contaminantes, fomentando o desenvolvimento rural sustentável.

Conforme descrito por Trovatto *et al.* (2017) até 2011 existiam políticas e leis para beneficiar a agricultura familiar e comunidades tradicionais, no entanto a produção de base agroecológica ainda não possuía uma política que a apoiasse, apesar dos esforços da sociedade civil organizada.

Assim, após a reivindicação realizada na 4ª Marcha das Margaridas, várias instituições públicas e a sociedade civil se uniram para elaborar a proposta de política.

“Essa resposta à demanda da Marcha das Margaridas de 2011 foi de responsabilidade do MMA, que passou a liderar o grupo permanente de estudos e pesquisas. O ministério convidou os Ministérios do Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e a EMBRAPA para iniciar sua composição. Ao longo de 2011, outros órgãos foram incorporados ao grupo; a sociedade civil, liderada pela ANA (Articulação Nacional de Agroecologia), foi convidada diversas vezes para fazer parte da discussão de elaboração da proposta política.” (Trovato *et al.*, 2017 apud Canavesi, Moura e Souza, 2016)

Portanto, a PNAPO é considerada um dos instrumentos que possui uma das mais amplas participações em sua elaboração sendo instituída pela Presidente da República Dilma Roussef em 20 de agosto de 2011.

As instâncias de gestão da política estão previstas no Decreto do artigo 6º ao 9º. A Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), que possui várias

competências, entre elas a de promover o diálogo entre instâncias governamentais e não governamentais relacionadas a implementação da PNAPO, possui composição paritária de catorze representantes de órgãos e entidades do Poder Executivo Federal e 14 representantes da sociedade civil. Já a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO) é composta por representantes de 9 Ministérios além da Secretaria Geral da Presidência da República, possuindo várias competências, entre elas a de elaborar o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) e monitorá-lo. Ainda, no que diz respeito a avaliação e monitoramento, o PLANAPO (2013) traz que: “o monitoramento e avaliação da execução do PLANAPO se darão com a participação e controle social, envolvendo órgãos governamentais e sociedade civil.”

O Decreto traz conceitos, diretrizes e instrumentos de gestão da Política, dentre estes o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) se sobressai, visto ser o principal instrumento de execução da Política. O Decreto em seu artigo 5º dispõe que o PLANAPO conterá, no mínimo o diagnóstico; estratégias e objetivos; programas, projetos e ações; indicadores, metas e prazos; e modelo de gestão.

Sambuichi *et al.* (2017) relatam que os PLANAPOs, como instrumentos de execução da política, são os pontos mais positivos, visto que articulam iniciativas que antes estavam dispersas no governo. Além disso, os Planos vinculam suas iniciativas às ações orçamentárias já aprovadas nos Planos Plurianuais (PPAs), provendo o aporte de recursos. A CIAPO, enquanto responsável pela elaboração dos PLANAPOs trabalha considerando a Lei Orçamentária Anual (LOA), tendo em vista as dotações orçamentárias de cada ministério, facilitando o acompanhamento, a transparência e a avaliação de sua execução.

O primeiro PLANAPO foi lançado em 17 de outubro de 2013, com duração de 3 anos (PLANAPO 2013-2015), não tendo sua execução concomitante com o PPA vigente, que se iniciou em 2012 até 2015. Apesar disso, várias iniciativas estavam previstas em ambos instrumentos, logrando recursos federais para sua execução.

“O plano busca refletir e valorizar o conhecimento acumulado e os esforços dos agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária, e dos povos e comunidades tradicionais, no desenvolvimento de práticas agroecológicas e orgânicas em seus sistemas de produção, nos quais se inserem, em grande medida, questões relacionadas ao êxodo e a sucessão rural, à demanda por ampliação da reforma agrária, à democratização do acesso à terra e à garantia de direitos aos trabalhadores do campo.” (Brasil Agroecológico - PLANAPO, 2013)

O primeiro Plano conteve 6 grandes objetivos, distribuídos em 4 eixos: I - Produção; II – Uso e Conservação de Recursos Naturais; III – Conhecimento; e IV – Comercialização e Consumo. Para cada objetivo foram estabelecidas estratégias, metas e iniciativas, as quais totalizaram 79

estratégias, 14 metas e 125 iniciativas. Cada iniciativa possuindo: órgão responsável pela execução, indicador, metas de execução para os 3 anos (de 2013 a 2015) e fonte de recursos.

Já o segundo PLANAPO foi lançado por meio da Portaria Interministerial MDA/SEGOV/PR nº 1 de 3 de maio de 2016, com execução para o mesmo período do PPA vigente (de 2016 a 2019). O segundo Plano seguiu como continuação do primeiro, com atualizações e revisões, além de contar, como o primeiro, com extensa participação da sociedade civil no seu desenvolvimento. Em junho de 2017 foi publicada uma atualização técnica dos objetivos, metas e iniciativas. IPEA (2019) menciona que em função de mudanças ocorridas no governo federal, o Plano foi retificado a partir de um processo de revisão técnica coordenado pela antiga Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), atual Secretaria da Agricultura Familiar e Cooperativismo (SAF/MAPA). O segundo PLANAPO conteve 7 grandes objetivos, distribuídos em 6 eixos: I - Produção; II – Uso e Conservação de Recursos naturais; III – Conhecimento; IV – Comercialização e Consumo; V – Terra e Território; e VI – Sociobiodiversidade. Para cada objetivo, assim como no Plano anterior, foram estabelecidas estratégias, metas e iniciativas, as quais totalizaram 96 estratégias, 30 metas e 194 iniciativas. Após a retificação, o documento ficou com 29 metas e 185 iniciativas. Cada iniciativa possuindo: órgão responsável pela execução, instituições parceiras, indicador, metas de execução para os 4 anos e fonte de recursos.

“Tendo por base as lições aprendidas no curso da implementação do primeiro Plano, governo e sociedade se envolvem em um novo ciclo de planejamento. O resultado desse esforço é o PLANAPO 2016-2019, que se torna disponível para o público por meio deste documento. Ele integra as principais ações do governo federal em agroecologia e produção orgânica para o quadriênio, alicerçadas no Plano Plurianual (PPA) do mesmo período.

Com o PLANAPO 2016-2019, são assentadas as bases para a continuidade do processo de consolidação e aperfeiçoamento da política de agroecologia e produção orgânica, com a consciência de que há muito para se avançar, mas também com a convicção da importância da construção deste caminho para recolocar a produção agrícola em uma relação sustentável com o meio ambiente, que possa beneficiar amplamente os cidadãos e cidadãs do campo, das florestas, das águas e das cidades.” (PLANAPO, 2016)

2. Descontinuidade Administrativa

A descontinuidade administrativa é um aspecto bastante comum nas democracias em que, com a mudança de governo, políticas públicas e programas de governo são descontinuados, mesmo que seu fim não tenha sido alcançado.

Apesar de ser um tema recorrente a cada troca de governo, conforme estudos realizados por Estevam (2010), Magnus (2011), Nogueira (2006), Spink *et. al* (2001) e Zarpellon (2011), há escassez de estudos quanto à descontinuidade administrativa.

Para Nogueira (2006) a descontinuidade se traduz:

na interrupção de iniciativas, projetos, programas e obras, mudanças radicais de prioridades e *engavetamento* de planos futuros, sempre em função de viés político, desprezando-se considerações sobre possíveis qualidades ou méritos que tenha as ações descontinuadas. Como consequência, tem-se o desperdício de recursos públicos, a perda de memória e saber institucional, o desânimo das equipes envolvidas e um aumento da tensão e da animosidade entre técnicos estáveis e gestores que vêm e vão ao sabor das eleições.

Em que pese as mudanças almejadas pelos eleitores quando da troca de Governo, várias políticas em andamento não estão vinculadas a um partido específico, mas são criadas conforme diretrizes da gestão vigente a partir de problemas públicos indicados pela própria população ou por burocratas que permanecem no serviço público, vinculados, não ao gestor no poder naquele determinado momento, mas com a prestação de serviços de qualidade. Assim, a descontinuidade administrativa representa um obstáculo aos burocratas que observam seus trabalhos sendo interrompidos por novas diretrizes de Governo, sendo que os problemas públicos não foram ainda sanados. Isso é o que Spink (1987) chamou de “paradoxo democrático”, pois ainda que a descontinuidade seja indesejada, ela carrega consigo a alternância de poder característica de regimes democráticos.

Nesse sentido, a população observa uma vasta esfera de programas de governo se iniciando a cada eleição ou troca de governo, porém poucos realmente são finalizados entregando o que a sociedade precisa, gerando insatisfação e insegurança. A via democrática se fragiliza, visto que não é possível observar entregas efetivas, apenas contornos de políticas que são criadas, executadas por um período de tempo (normalmente o período em que determinado gestor se encontra no poder) e simplesmente desaparecem frente a um novo Governo ou gestão. Nota-se que o patrimonialismo permanece presente nas instituições, pois aqueles que são eleitos cumprem agenda para permanecer no poder, atendendo anseios imediatos dos seus eleitores, o que não reflete a perspectiva gerencial de Estado inserida na Constituição Federal de 1988 com a Emenda Constitucional 19/98, a qual propugna, entre outras ações, assegurar a continuidade e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade (Constituição Federal, 1988, art. 37, § 3º). É um cenário em que público e privado se confundem. Além disso, conforme o parágrafo único do artigo 1º da Magna Carta, o povo é o principal depositário do poder, portanto o Estado deve servir a todos indistintamente.

Estevam (2010) e Spink (1987) propõem que a origem da descontinuidade está exatamente ligada ao clientelismo e ao personalismo característicos do setor público brasileiro, mais especificamente nos cargos de confiança – comissionados – que podem ser ocupados por pessoas como favores políticos, demonstrando o enraizamento da descontinuidade na estrutura organizacional do Estado, desestabilizando as relações estruturais internas repercutindo de forma negativa no corpo de funcionários estáveis. Spink *et al.* (2001) reforçam a tese acima:

Quando essa visão de mundo sobre os limites amplos e pessoais da autoridade do posto público está presente em entidades públicas em que um número exagerado de cargos de direção, chefia e assessoria é trocado por serem considerados cargos de confiança, pode-se imaginar que o resultado será, no mínimo, uma fase de confusão, até que todos os novos ocupantes dos postos se encontrem enraizados. Mas quando, além disso, há problemas com a qualidade da prestação dos serviços (como há em quase todas as áreas dos serviços públicos no Brasil), críticas às práticas da gestão anterior e falta de clareza institucional sobre as estratégias a serem desenvolvidas, a tendência de perda de rumo organizacional é maior ainda. Somando a esperança inevitável sobre o novo à visão de processos históricos como páginas viradas e à perda da memória institucional estimulada pelo rodízio de cargos, o resultado é uma cisão, proposital ou não, em boa parte das atividades operacionais. É essa situação que, para os servidores públicos e técnicos da área, é conhecida como descontinuidade administrativa.

Nogueira (2006), em sua tese de mestrado, aglutinou estudos a respeito da descontinuidade administrativa demonstrando fatores que podem mitigá-la, quais sejam: qualidade e mérito técnico da ação, promoção de parcerias, participação de diversos atores (principalmente da sociedade civil), desenvolvimento de mecanismos institucionais, planejamento com visão de longo prazo e reforço da cultura e identidade organizacional. O mesmo autor questiona, ainda, se alguma etapa da política pública teria maior possibilidade de descontinuidade e a conclusão é que em qualquer etapa o fenômeno pode ser observado, desde a formação da agenda até a avaliação, mas a mais comumente retratada é a etapa da implementação. Ainda, questiona-se se alguma das etapas pode favorecer a continuação de determinada política e, também, não há padrões. Uma implementação bem sucedida pode ajudar nesse sentido, mas não garante sua continuidade.

Farah (2000) propõe que novas tendências na construção de políticas públicas mitigariam o risco de sua descontinuidade, formando dois eixos. O primeiro eixo diz respeito a inovações quanto ao conteúdo das políticas, focalizando o público-alvo e suas particularidades (qual política e para quem) e o segundo incidindo sobre o processo político e a forma de gestão das políticas e das organizações (como fazer), observando que políticas implementadas com participação social e com estruturas em rede, com mobilização de muitos atores, tendem a obter sucesso. Spink *et al.* (2001) em sua pesquisa apontou que os seguintes fatores explicam a continuidade administrativa: fatores políticos (como compromissos de campanha), fatores técnicos (competência, resultados

aferidos), parcerias com outras organizações, impacto positivo do programa e pressão de grupos locais. Em suas palavras: “Competência, impacto, envolvimento de outras agências e níveis de governo, participação da comunidade, aprovação do legislativo e da mídia local são todos aspectos do programa vistos como eficazes.” Por outro lado, os fatores que favoreceriam a descontinuidade, além dos fatores políticos e técnicos, seriam inviabilidade custo/benefício, consequências negativas para os envolvidos e outras estratégias melhores. Portanto, em tese, se o *policy maker* formular a política levando em consideração esses fatores, o risco de descontinuidade seria reduzido.

METODOLOGIA

Após a definição do problema de pesquisa – quais foram os efeitos da descontinuidade administrativa sobre as metas e iniciativas da PNAPO – optou-se pela metodologia de análise qualitativa a qual, conforme descrito por Godoy (1995), não busca medir os eventos estudados numericamente, mas envolve a obtenção de dados descritivos, procurando entender os processos segundo a perspectiva dos participantes da situação em estudo. Ainda, quando o objeto de pesquisa é a compreensão de uma teia de relações sociais e culturais dentro de uma organização, o trabalho qualitativo pode oferecer dados interessantes. Portanto, essa foi a metodologia mais adequada à pesquisa.

Já quanto ao método de coleta de material, foi realizada a pesquisa documental. Pimentel (2001) a descreve como um processo de garimpagem em que os documentos são extraídos das prateleiras e recebem um tratamento, que orientado pelo problema proposto pela pesquisa, estabeleça a montagem das peças. Os documentos pesquisados foram: artigos e periódicos para fundamentar o referencial teórico a respeito de descontinuidade administrativa, políticas públicas e Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO); relatórios de balanço, artigos e publicações oficiais relativas aos Planos Nacionais de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPOs) e seus resultados; relatórios financeiro-orçamentários; e relatórios extraídos do Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento (SIOP).

Para analisar os dados, utilizou-se o método de análise de conteúdo proposto por Bardin (2011) o qual envolve 3 etapas:

- a) Pré-análise;
- b) Exploração do material; e
- c) Tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A análise de conteúdo, conforme Silva e Fossá (2015), busca classificar o material em temas ou categorias para facilitar a compreensão do que está por trás dos discursos. Assim, as análises foram realizadas por etapas categorizadas, levando em consideração as etapas de Bardin:

1. Análise do referencial teórico a respeito da descontinuidade administrativa no Brasil – causas, efeitos, possíveis ações de mitigação;
2. Análise do referencial teórico a respeito da formulação de políticas públicas;
3. Análise da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, seu histórico e principais aspectos fundantes;
4. Análise quantitativa do alcance das iniciativas propostas nos Planos Nacionais de Agroecologia e Produção Orgânica. Relatórios de gestão de governo, como os extraídos do sistema SIOP, balanços de resultados, relatórios financeiro-orçamentários e publicações do IPEA que envolvem os Planos e seus resultados foram utilizados para extrair os dados necessários para a análise. Esses dados coletados das iniciativas foram classificados em:
 - Plenamente executadas – 100% da meta física alcançada e/ou 100% de execução financeira;
 - Parcialmente executadas com alcance igual ou maior que 50% - pelo menos 50% da meta física alcançada e/ou pelo menos 50% de execução financeira;
 - Parcialmente executadas com alcance menor que 50% - meta física e/ou execução financeira abaixo de 50% ou caso sejam encontradas informações de execução, mas sem mencionar a meta física alcançada;
 - Não executadas – não houve execução da meta proposta, mas há informações; e
 - Sem informação – não foram encontradas informações a respeito da execução da iniciativa ou foram encontradas divergências de informação entre as fontes consultadas.
5. Análise qualitativa dos Planos Nacionais de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPOS) – levantamento de informações relevantes sobre a execução das iniciativas;
6. Análise do cenário político, administrativo, institucional do país entre os anos de 2013 a 2019 (da instituição do PLANAPO I até a vigência do último PLANAPO) que possa ter interferido no alcance das metas; e
7. Tratamento dos dados coletados e inferências a respeito de como uma alteração de cenário político pode ter afetado a efetividade da Política.

1. Análise do PLANAPO I

Para realizar as análises do primeiro PLANAPO, foram utilizados o Relatório de Balanço publicado pelo MDA em 2016, a Avaliação da execução do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica 2013 – 2015, publicado em 2017 por Sambuichi *et al.* no livro “A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil – Uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável” - IPEA, Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica PLANAPO Linha histórica e dados referenciais – Relatório de pesquisa, publicado pelo IPEA em 2019, e relatórios institucionais extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP).

O relatório de balanço do primeiro PLANAPO, ciclo 2013-2015, foi publicado em setembro de 2016. Conforme previsto no Decreto que institui a PNAP, cabe à CIAPO apresentar à CNAPO relatórios e informações para o acompanhamento e monitoramento do PLANAPO. Assim, foi criado um Grupo de Trabalho de Monitoramento no âmbito da Secretaria Executiva da CIAPO para elaborar metodologia para os monitoramentos, no entanto, até o final do ciclo do primeiro Plano, não foi estruturado um sistema de monitoramento da política e do Plano, restando esse encargo para a gestão seguinte, o segundo PLANAPO.

Para recolher informações a respeito das execuções físicas e financeiras do PLANAPO I foram utilizadas fichas de monitoramento encaminhadas aos representantes dos Ministérios e instituições parceiras que detinham responsabilidade em alguma das 125 iniciativas previstas no Plano.

“Foram realizados três ciclos de coleta durante a implementação do Plano, sendo solicitadas aos Ministérios informações sobre a execução física e financeira anual das iniciativas; breve descrição e análise do cumprimento das metas; informações quanto às oportunidades e desafios eventualmente identificados em sua implementação; expectativas de continuidade e desdobramentos após a vigência do Plano e razões para não cumprimento da meta ou sua superação.” (Relatório de balanço, 2016)

Ainda, conforme o Relatório de Balanço (2016), a taxa de coleta das fichas foi de 92,8%, indicando uma boa cobertura dos dados. Além disso, outros documentos foram analisados como relatórios e atas de reunião para agregar mais dados ao balanço.

Em seus estudos, Sambuichi *et al.* (2017) e o relatório de balanço resumiram o cumprimento das iniciativas em relação à meta física. Os valores relatados divergem dos valores encontrados no presente trabalho, enfatizando a dificuldade do monitoramento das iniciativas e na publicidade dos dados auferidos. Os dados encontrados encontram-se na tabela abaixo.

Tabela 1

Autor	Resultados PLANAPO I por Autor			
	Plenamente executadas	Parcialmente executadas	Não executadas	Sem informação
Sambuichi et al. (2017) - IPEA	53	45	19	8
Relatório de balanço (2016)	37	57	22	9
Presente trabalho	51	40	24	10

Das 40 iniciativas parcialmente executadas encontradas neste trabalho, 15 tiveram execução de pelo menos 50%, enquanto 25 tiveram execução abaixo de 50%.

Quanto a execução financeira, o Relatório de balanço (2016) mostrou que a taxa de execução financeira foi próxima a 100%. O Plano previu recursos de R\$ 2,5 bilhões, além dos recursos previstos para crédito agrícola, os quais somaram R\$ 7 bilhões, sendo R\$ 4,5 bilhões sob responsabilidade do MAPA, recursos previstos no Plano Agrícola e Pecuário, e R\$ 2,5 bilhões para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, sob responsabilidade do MDA, previstos no Plano Safra 2013/2014. Conforme citado no Relatório “Os recursos não reembolsáveis efetivamente investidos na implementação do Plano somaram R\$ 2.631.387.286,31, perfazendo uma execução financeira global de 99%.”

A tabela 2 demonstra a execução financeira do PLANAPO de acordo com o eixo estruturante. Nota-se que o primeiro Eixo (Produção) teve uma execução acima do previsto, demonstrando foco na estruturação da cadeia produtiva de base agroecológica e orgânica.

Tabela 2

Execução Financeira do PLANAPO segundo os eixos estruturantes - em R\$				
Eixo	Previsto	Executado	% de execução Financeira	% de recursos em relação ao total
1 - Produção	861.664.990,00	1.552.465.392,88	180,17	58,99
2 - Recursos Naturais	188.341.503,48	59.170.765,49	31,42	2,24
3 - Conhecimento	1.090.100.000,00	674.262.911,32	61,85	25,6
4 - Comercialização	416.450.000,00	345.488.216,62	82,9	13,12
Total	2.556.556.493,48	2.631.387.286,31	-	99,95

Fonte: Relatório de Balanço, 2016

Ainda, o Relatório cruza informações entre execução e status das iniciativas por eixo estruturante, conforme tabela 3 abaixo.

Tabela 3

Status	Execução financeira segundo o status das iniciativas e eixos estruturantes - em R\$			
	Eixos			
	Produção	Recursos Naturais	Conhecimento	Comercialização
Cumpridas	1.509.950.177,60	16.488.940,92	121.752.435,62	1.746.109,85
Parcialmente cumpridas	40.057.906,78	42.681.824,57	552.510.475,70	247.273.789,77
Não cumpridas	2.457.308,50	-	-	-
Informação não disponível	-	-	-	-
Total	1.552.465.392,88	59.170.765,49	674.262.911,32	249.019.899,62

Fonte: Relatório de Balanço, 2016

Mais uma vez nota-se a prevalência na execução das iniciativas do eixo Produção que consumiu mais de 97% dos recursos executados, enquanto os outros eixos consumiram mais recursos em iniciativas que foram parcialmente cumpridas. Reforça-se o dito anteriormente: necessidade de foco na estruturação das cadeias produtivas.

O relatório de balanço traz, ainda, informações relevantes acerca da execução orçamentária das iniciativas:

“Do total de 125 iniciativas previstas no PLANAPO, apenas 89 apresentam previsões orçamentárias para o período 2013-2015. As restantes possuem apenas meta de execução física, algumas delas referindo-se a procedimentos internos dos Ministérios envolvidos.”

Segue-se para análise de cada eixo de forma separada. O Relatório de balanço não trouxe um monitoramento pormenorizado das iniciativas, assim, o presente trabalho, tentará fechar lacunas possivelmente deixadas, além de fazer a ligação com a descontinuidade administrativa de metas não executadas ou cujo alcance foi abaixo de 50%.

1.1 - Eixo 1 – Produção

O primeiro objetivo do eixo 1 é “Ampliar e fortalecer a produção, manipulação e processamento de produtos orgânicos e de base agroecológica, tendo como público prioritário agricultores/as familiares, assentados/as da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e suas organizações econômicas, micros e pequenos empreendimentos rurais, cooperativas e associações, considerando também os da agricultura urbana e periurbana.” O primeiro objetivo conta com 7 metas. Maior detalhamento do alcance das metas por iniciativa do Objetivo 1 está no Anexo A.

Como o objetivo deste trabalho é analisar os efeitos da descontinuidade administrativa no alcance das iniciativas e metas propostas na Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, o foco das análises ficará nas iniciativas que não foram executadas e aquelas cujo

alcançe foi muito abaixo do previsto (menor que 50%). As análises serão realizadas por objetivo e meta.

Tabela 4

Meta 1 - Ampliar o número de produtores acessando crédito de custeio e investimento adequados à produção orgânica e de base agroecológica

Iniciativa 4 - Capacitar 500 técnicos ou funcionários dos agentes financeiros sobre sistemas produção orgânica e de base agroecológica.

Iniciativa 8 - Capacitar 150 operadores de crédito nas linhas de financiamento específicas para as mulheres e jovens, com foco na produção orgânica e de base agroecológica.

Iniciativa 10 - Disponibilizar 5% dos recursos do PRONAF em sistemas orgânicos e de base agroecológica, em modalidades de custeio e investimento

Iniciativa 11 - Disponibilizar recursos para custeio e investimento, com condições diferenciadas, de forma a estimular a conversão para sistemas orgânicos de produção e a ampliação da produção orgânica, por meio das linhas de crédito do Plano Agrícola e Pecuário

Iniciativa 12 - Implementar tabelas de referências de custos e preços, com incorporação de serviços socioambientais, adequada aos produtos orgânicos e de base agroecológica no PGPAF.

Iniciativa 13 - Implementar tabelas de referências de preços diferenciados e adequados aos produtos orgânicos e de base agroecológica para incorporação na PGPM.

Iniciativa 14 - Criar um Cadastro de entidades e organizações do campo da agroecologia e da produção orgânica para acesso à PNAPO.

As iniciativas de capacitação de agentes financeiros (iniciativas 4 e 8) não foram executadas por dificuldade de articulação entre as instituições. Conforme mencionado por Farah (2000) políticas públicas com articulação entre instituições, ou articulação em rede, tendem a ter mais sucesso. Apesar da PNAPO ser uma política participativa, com instituições públicas e privadas, a dificuldade de articulação entre instituições financeiras acarretou uma grande dificuldade para o atendimento da meta, visto o despreparo dos agentes em fornecer informações a respeito dessas linhas de crédito diferenciadas. Essa iniciativa deveria ter sido priorizada frente às demais para que, de fato, o número de produtores acessando crédito fosse ampliado.

As iniciativas 12 e 13 não foram executadas, pois, conforme o Relatório de Balanço, as tratativas para estabelecer preços diferenciados para produtos agroecológicos e orgânicos, com incorporação de serviços ambientais para efeito de cálculo, não tiveram êxito. Já a não execução da iniciativa 14 revela uma falha na construção da Política, pois esse Cadastro apontaria o público-alvo de forma eficiente. Não ter o conhecimento preciso dos beneficiários da PNAPO dificulta o dimensionamento de metas físicas e financeiras.

As iniciativas 10 e 11 referem-se ao cerne da meta 1. Dos recursos previstos do PRONAF para os sistemas orgânicos e agroecológicos (PRONAF Agroecologia), apenas R\$2,6 milhões

foram executados em 61 contratos. Quando se dimensiona o PRONAF Verde (PRONAF Agroecologia, PRONAF Semiárido, PRONAF Floresta e PRONAF ECO, destacados na tabela 5), foram 20.826 contratos e aplicados R\$ 130,8 milhões, conforme tabela abaixo. Ou seja, em um orçamento de R\$ 2,5 bilhões, apenas R\$ 130,8 milhões foram disponibilizados – pouco mais de 5%. No âmbito do Plano Agrícola e Pecuário (iniciativa 11), dos R\$ 4,5 bilhões orçados, apenas R\$ 9,2 milhões foram executados pelo Plano ABC, ou seja, 0,2% do orçamento inicial.

Tabela 5

Número de contratos e valores aplicados por linha de crédito durante o PLANAPO I (2013-2015)

Linha de crédito	Nº de contratos	Valores aplicados (R\$)
Agroecologia	61	2.636.819,87
Semiárido	18.246	86.393.451,97
Floresta	1.527	27.026.186,72
ECO (energia renovável e sustentabilidade ambiental)	992	14.749.595,72
Mulher	1.878	24.078.992,75
Jovem	163	1.110.107,24
Custeio	368.333	6.901.663.071,79
Mais alimentos	150.866	4.303.392.643,68
Microcrédito	376.445	876.264.909,46
Agroindústria	205	499.621.553,43
Reforma Agrária	18.712	128.864.238,76
Agroindústria (investimento)	293	122.873.743,99
Reforma Agrária (microcrédito)	2.741	25.192.369,56
Produtivo Orientado	2.170	7.394.034,60
TOTAL	942.632	13.021.261.719,54

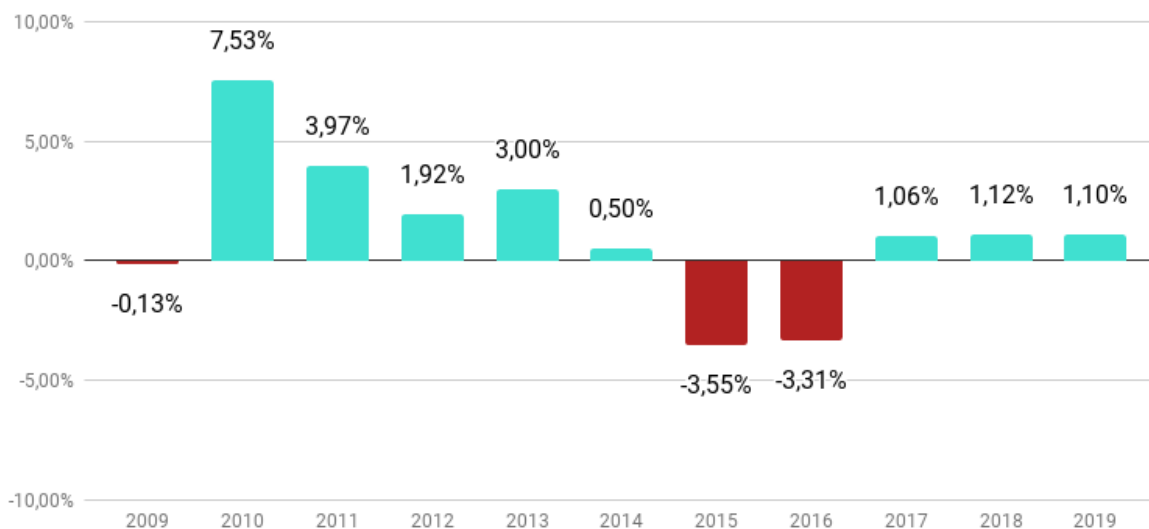
Fonte: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO: Linha histórica e dados referenciais. Relatório de Pesquisa. IPEA, 2019.

Relatórios do SIOP a respeito do PRONAF relatam uma ampliação do acesso a essa linha de crédito que beneficiou mais de 4 milhões de famílias entre 2012 e 2015. No entanto o aumento referido não alcançou os sistemas orgânicos e agroecológicos. É possível inferir que há uma dificuldade na operacionalização do crédito do PRONAF para essas linhas, desde a falta de capacitação dos agentes financeiros até a falta de conhecimento dos agricultores dessas linhas de crédito específicas. Além de burocracias que acompanham o processo de abertura de crédito como oferecimento de garantias, que para os produtores de mais baixa renda, é praticamente inviável.

Já no que se refere ao Plano Agrícola, os gestores de crédito apontaram uma elevação nos juros de um ponto percentual, passando de 5,5% para 6,5% em 2015 para as operações de custeio, investimento e comercialização. Ainda de acordo com os relatórios SIOP, o aumento das taxas de juros somado ao fraco desempenho da economia brasileira formou o cenário que levou à redução

da aplicação do crédito rural. A recessão econômica pode ter sido um dos entraves aos tomadores de crédito rural, inclusive aqueles inclusos nos sistemas orgânicos e agroecológicos.

Figura 1

Gráfico Histórico do PIB de 2009 a 2019

Fonte: infograficos.gazetadopovo.com.br/economia/pib-do-brasil/

Tabela 6

Meta 2 - Apoiar pelo menos 30 redes voltadas à articulação e fortalecimento da produção, processamento, certificação e comercialização de produtos orgânicos e de base agroecológica

Iniciativa 2 - Financiar 10 projetos para fomento à agroindustrialização, à comercialização e atividades pluriativas solidárias para organizações de agricultores/as familiares, assentados/as da RA, PCTs, jovens e mulheres, por meio do Programa TERRA FORTE.

Iniciativa 5 - Apoiar 100 cooperativas e associações integrantes das redes selecionadas na execução de empreendimentos de produção orgânica, de base agroecológica e extrativista com recursos para investimentos e tecnologias sociais, por meio do Programa ECOFORTE.

A iniciativa 2 recebeu 256 propostas, das quais apenas 32 foram consideradas habilitadas e, destas, somente 6 foram aprovadas e, até o final do Plano, apenas 3 foram contratadas. Conforme Sambuichi *et al.* (2017) isso demonstra um alto nível de exigências burocráticas as quais as organizações tiveram dificuldade de satisfazer. Tendo em vista o público alvo da Política, é preciso flexibilizar demandas de forma a atender as mais diversas comunidades e populações. Já a iniciativa 5, apesar de ter um orçamento de R\$ 90 milhões para o seu atendimento, nenhum recurso

foi aplicado. O financiamento para essa iniciativa viria do BNDES, portanto não foi possível encontrar o motivo da não execução dessa iniciativa.

Tabela 7

Meta 3 - Criar meios que propiciem a facilitação do registro de pelo menos 50 tipos diferentes de produtos fitossanitários para uso na produção orgânica

Iniciativa 1 - Contratar 400 estudos e testes voltados ao estabelecimento de especificações de referência para viabilizar o registro simplificado de produtos fitossanitários com uso aprovado para agricultura orgânica.

Ao final dos três anos do Plano, apesar da previsão financeira de R\$ 9 milhões, apenas R\$ 2,2 milhões foram aplicados, portanto os estudos não foram concluídos.

Tabela 8

Meta 4 - Ajustar, criar e publicar 15 regulamentos técnicos e realizar projetos de pesquisa relacionados à disponibilização e uso de insumos de forma a facilitar e estimular à produção orgânica e de base agroecológica.

Iniciativa 1 - Ajustar e publicar pelo menos 5 regulamentos diretamente relacionados à produção de insumos destinados a produção orgânica e de base agroecológica.

Iniciativa 2 - Ajustar e publicar pelo menos 10 regulamentos diretamente relacionados à produção orgânica ou a produtos e processos importantes para o setor.

Iniciativa 3 - Contratar projetos para identificar/validar/avaliar/caracterizar variedades de sementes apropriadas à produção orgânica e de base agroecológica e disponibilizar tecnologias alternativas para conservação de sementes e controle de pragas, que sejam adequadas aos sistemas orgânicos de produção, que não causem danos à saúde e ao meio ambiente.

Iniciativa 4 - Contratar projetos para identificação, desenvolvimento e validação de 10 tecnologias voltadas à descontaminação de produtos ou matérias primas utilizadas na nutrição de plantas e fertilidade dos solos.

Dos 15 regulamentos técnicos previstos na meta, apenas 6 foram publicados. A dificuldade de regulamentação do setor pode indicar excessos de burocracias nos trâmites internos, como excesso de formalizações. Já no contexto de contratações de projetos, a iniciativa 3 tinha por meta a contratação de no mínimo 10 e no máximo 26 projetos, dos quais apenas 9 foram aprovados. Dos R\$ 8 milhões orçados, R\$ 3,8 milhões foram executados. A iniciativa 4 contratou apenas duas das dez tecnologias voltadas a descontaminação de produtos. Não foi colocada nenhuma fonte de recursos para essa iniciativa, o que demonstra falha no planejamento físico-financeiro da política.

É preciso ampliar recursos humanos e financeiros nas instituições de pesquisa brasileiras. A Lei 12.593 de 18 de janeiro de 2012 instituiu o PPA 2012-2015. Em seu artigo 4º traz as diretrizes para os 4 anos, entre elas a prevista no inciso IX - o estímulo e a valorização da educação, da ciência e da tecnologia. No entanto, tendo em vista o baixo nível de recursos aplicados nesta iniciativa, a diretriz em tela não foi cumprida.

Tabela 9

Meta 5 - Criar um programa nacional para a redução do uso de agrotóxicos.

Iniciativa 3 - Revisar a legislação da aviação agrícola e de agrotóxicos ampliando os mecanismos de controle considerando o grau de risco dos produtos utilizados e da situação da ocupação territorial e ambiental da área de uso.

Iniciativa 5 - Realizar estudo para subsidiar a revisão dos níveis toleráveis de agrotóxicos descritos no padrão de potabilidade da água de consumo humano.

Iniciativa 7 - Criar lista de agrotóxicos prioritários para reavaliação de suas autorizações para uso no Brasil, que passará a ser referência para definição de priorização de pesquisas e agilização de registros de produtos alternativos.

Essa meta diz respeito a criação do Programa Nacional para a Redução do Uso de Agrotóxicos (PRONARA). Ainda em 2013 foi criado um grupo de trabalho, no âmbito da CNAPO, para elaborar a proposta do Programa. Em 03 de novembro de 2015 a proposta foi concluída, sendo lançada na Conferência Nacional de Segurança Alimentar. No entanto o MAPA não a ratificou e, portanto, o Programa nunca foi lançado. A falta de consenso entre os órgãos responsáveis fez com que organizações da sociedade civil transformassem o PRONARA em Projeto de Lei. A Política Nacional de Redução de Agrotóxicos - PNARA (PL 6670/16) está tramitando no Congresso. A proposta foi apresentada pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) à Comissão de Legislação Participativa em novembro de 2016. Mas o debate sobre a PNARA só ganhou força em 2018 como resposta à ofensiva montada pelos ruralistas para aprovar o Pacote do Veneno (PL 6.299/2002). Em dezembro de 2018 o texto da Política foi aprovado pela Comissão Especial que analisa a matéria, apesar da obstrução de parlamentares ruralistas. (Greenpeace, 2018). Não houve mais nenhum trâmite desde então.

Essa meta adentra a agenda política governamental na qual se observa claramente a descontinuidade administrativa. Em que pese as demandas da população para obter alimentos mais saudáveis e livres de resíduos químicos, a bancada ruralista freia a tramitação da Política, visto que esta afrontaria seus ensejos pessoais. Quanto ao PRONARA também é possível fazer as mesmas observações, visto que os Ministros da Agricultura contemporâneos ao 1º Plano eram todos deputados ou senadores. De março de 2013 a março 2014, o Ministro da Agricultura era Antônio Andrade (Deputado Federal por Minas Gerais). Seu sucessor foi Neri Geller (Deputado Federal por Mato Grosso) até janeiro de 2015 e no último ano do Plano, a Ministra era a Katia Abreu (Senadora de Tocantins). O que os três têm em comum: todos são empresários e importantes produtores rurais.¹

¹ O presente trabalho não irá discutir o mérito das ações empreendidas pelos Ministros, apenas se a condição de Ministro e empresário rural afeta a impessoalidade de suas ações.

Quanto às iniciativas, a revisão da legislação da aviação agrícola não foi realizada. Uma comissão chegou a ser formada dentro do MAPA apenas em dezembro de 2015, portanto nenhum trabalho foi realizado até o fim do Plano. Já quanto à iniciativa 5, que também não foi executada, o Ministério da Saúde realizou uma chamada pública para seleção de projetos de pesquisa, porém não recebeu nenhuma proposta. O Ministério decidiu contratar diretamente a Universidade Federal de Viçosa, mas até o encerramento do Plano a contratação não havia sido concluída.

Por fim, a iniciativa 7, de responsabilidade da ANVISA. Esta agência listou 16 agrotóxicos para serem reavaliados. Até a data do monitoramento do Plano, contido no relatório de balanço, oito reavaliações haviam sido concluídas e outras oito estavam em andamento. No entanto, nenhuma lista única foi publicada até 2015 e nenhuma pesquisa foi realizada para a substituição destes produtos.

Tabela 10

Meta 6 - Alcançar 50.000 unidades de produção adequadas aos regulamentos brasileiros para a produção orgânica.

Iniciativa 2 - Promover à qualificação de 2.000 técnicos e 182.000 agricultores/as e extrativistas sobre os procedimentos necessários à regularização no âmbito de legislação de orgânicos, articulado com as Chamadas de Ater no PLANAPO.

Iniciativa 3 - Apoiar a organização de pelo menos 1000 grupos de produtores orgânicos para a utilização de mecanismos de controle social para a garantia da qualidade orgânica.

Iniciativa 4 - Aplicar os mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica em 28.000 unidades de produção.

De acordo com o relatório de balanço, a iniciativa de capacitação obteve como resultado 52.779 técnicos e agricultores capacitados. Em 2013 e 2014 não foi possível fazer o monitoramento de forma separada, mas em 2015 isso foi possível, sendo 26.733 pessoas capacitadas das quais 7.722 técnicos e 19.011 agricultores. Foi citado como desafio para o cumprimento da meta o reduzido número de pessoal e as limitações orçamentárias para despesas de deslocamento. Foram previstos R\$ 1,7 milhões para essa iniciativa. De acordo com relatórios de execução financeira extraídos do Tesouro Nacional, para o Plano Orçamentário de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – DESENOORG – responsável por atividades de fomento, foram empenhados R\$ 1.714.958,49. Ou seja, basicamente todo o recurso previsto para essas capacitações. É obvio que mais ações de desenvolvimento, além das capacitações supracitadas, estavam previstas, portanto o não alcance da meta se deveu ao contingenciamento de recursos.

Poucos organismos de controle da produção orgânica foram criados sendo: 97 Organizações de Controle Social (OCS) e 4 Sistemas Participativos da Conformidade Orgânica (SPGs). Registrou-se um aumento no número de agricultores familiares inseridos em processos de venda direta de 163 para 260. Ainda, a meta de apoiar pelo menos 1.000 grupos permaneceu distante. Essa iniciativa contava com orçamento de R\$ 1,77 milhões dos quais apenas 14,5% foram executados.

Já a iniciativa de ampliar o número de unidades de produção orgânica alcançou menos de 50% da meta, finalizando 2015 com 13.916 unidades de produção regulamentadas de acordo com as normas brasileiras. Novamente, dos R\$ 5 milhões orçados, apenas 31% foram executados. A redução de recursos financeiros para determinada política pública é um método eficaz para a sua descontinuidade. Apesar da previsão de orçamento para atendimento a essas iniciativas e estarem vinculadas a Lei Orçamentária Anual, os contingenciamentos que ocorrem anualmente reforçam as prioridades da agenda política. Assim é possível desconstruir políticas com o simples corte de recursos.

O segundo objetivo do Plano, ainda no Eixo 1 – Produção, é: “Reconhecer e valorizar o protagonismo das mulheres na produção orgânica e de base agroecológica, fortalecendo sua autonomia econômica.” Esse objetivo contou com apenas uma meta. Para maiores informações a respeito do segundo objetivo, consultar o Anexo B.

Tabela 11

Meta 7 - Ampliar ações de fortalecimento da produção orgânica e de base agroecológica para 4.000 mulheres por meio do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais.

Iniciativa 4 - Promover 4 formações internas para servidores da EMBRAPA sobre gênero e as políticas públicas estratégicas que integram o PLANAPO.

As quatro formações internas no âmbito da EMBRAPA a respeito de gênero não foram realizadas por falta de recursos financeiros, apesar do Plano não indicar recursos para essa iniciativa.

1.2 - Eixo 2 – Uso e Conservação dos Recursos Naturais

O terceiro objetivo do PLANAPO I é: “Promover, ampliar e consolidar processos de acesso, uso sustentável, gestão, manejo, recomposição e conservação dos recursos naturais e ecossistemas em geral.”. Esse objetivo contou com duas metas. Para maior detalhamento a respeito do terceiro objetivo, consultar o Anexo C.

Tabela 12

Meta 8 – Ampliar processos para a produção, manejo, conservação, aquisição e distribuição de recursos genéticos de interesse da agroecologia e da produção orgânica.

Iniciativa 5 - Avaliar e caracterizar 10 variedades por espécie vegetal de importância para a soberania e segurança alimentar e nutricional, considerando um mínimo de 5 espécies em cada região geográfica, para sistemas orgânicos/de base agroecológica.

Iniciativa 7 - Apoiar organizações produtivas para a implementação e qualificação das casas, bancos e dos guardiões de sementes e mudas.

Iniciativa 12 - Aprimorar mecanismo para a compra e distribuição de sementes crioulas e varietais, e outros materiais propagativos de culturas alimentares, pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), fazendo com que o valor destas aquisições atinja 5% dos recursos aplicados anualmente, até 2015.

Iniciativa 13 - Realizar estudo que fundamente a regulamentação no PAA de normas e procedimentos específicos para aquisição de recursos genéticos de animais.

A meta relacionada a iniciativa 5 foi alcançada em todas as regiões geográficas do Brasil, exceto a região Norte. Esta região sofre bastante quanto ao alcance das políticas públicas devido à escassez de pessoal e dificuldades de logística, como transporte. A regionalização de políticas públicas é importante para sanar desigualdades nesse sentido. A iniciativa 7 visava apoiar 800 organizações produtivas para implementação de bancos comunitários de sementes. Foram implementados 390 bancos. Os recursos efetivamente aplicados para essa ação foram de R\$ 768 mil, embora o orçamento previsto ser de R\$ 2,1 milhões. Novamente os contingenciamentos financeiros afetaram o alcance da meta proposta.

No que diz respeito a iniciativa 12, em 2013, atingiu-se 1,3% dos recursos aplicados no PAA. Em 2014, 0,4% e em 2015, 2,8%. Embora não se tenha atingido a meta de 5% observou-se um aumento expressivo do percentual de recursos aplicados na aquisição de sementes, devido ao aprimoramento do marco legal do PAA em 2014 (Decreto 8.293/2014). A iniciativa 13, de responsabilidade da Conab, não chegou a ser implementada. Não foram encontrados os motivos para a não execução da iniciativa.

Tabela 13

Meta 9 – Elaborar um diagnóstico da produção extrativista e estabelecer parâmetros técnicos para o manejo sustentável de pelo menos 30 espécies e/ou produtos florestais não madeireiros.

Iniciativa 8 - Apoiar o Cadastramento Ambiental Rural (CAR) e/ou o Programa de Recuperação Ambiental (PRA) de 50 mil imóveis rurais coletivos e 182 mil imóveis individuais da agricultura familiar de base agroecológica.

Iniciativa 9 - Revisar, organizar e publicar resultados de levantamento relativo aos aspectos botânico-ecológicos e das diferentes possibilidades de uso de espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial das Regiões Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Norte do país.

A iniciativa referente ao CAR não foi executada. O CAR é uma importante ferramenta de gestão ambiental que visa a manutenção dos percentuais previstos do Código Florestal (Lei 12.651/2012) de Reserva Legal e Área de Preservação Permanente. O CAR é auto declaratório, no entanto é necessário acessar o sistema (SICAR) e fornecer informações de área da propriedade, área ocupada, mata nativa, entre outras. Ou seja, é necessária assistência técnica para fornecer os dados da declaração. Apesar da meta não ter sido executada durante o primeiro Plano, o MDA inseriu uma atividade específica de elaboração do CAR nos contratos de ATER vigentes até o fim de 2015, para auxiliar os produtores familiares e assentados da reforma agrária a ter seu cadastro regularizado.

A iniciativa 9 refere-se à publicação de um documento relativo a aspectos botânico-ecológicos e das possibilidades de uso de espécies nativas de valor econômico. Essa iniciativa não foi executada. Porém, no relatório extraído do SIOP, foi possível constatar que esse trabalho está sendo realizado pelo MMA, embora ainda não publicado. A meta constante do relatório diz respeito à “Incentivar a ampliação do uso de 12 espécies subutilizadas da flora nativa”. Em 2011 o MMA publicou o livro *Espécies Nativas da Flora Brasileira de Valor Econômico Atual ou Potencial – Plantas para o Futuro – Região Sul*. Busca-se finalizar os trabalhos relativos às demais regiões.

1.3 Eixo 3 – Conhecimento

O terceiro eixo do PLANAPO possui dois objetivos e 4 metas. O quarto objetivo do Plano é: “Ampliar a capacidade de geração e socialização de conhecimentos em sistemas de produção orgânica e de base agroecológica, por meio da valorização e intercâmbio do conhecimento e cultura local e da internalização da perspectiva agroecológica nas instituições e ambientes de ensino, pesquisa e extensão.” Este objetivo possui três metas. Maiores informações a respeito deste objetivo, consultar o Anexo D.

A meta 10 diz respeito à universalização da assistência técnica: “Universalizar a Assistência Técnica e Extensão Rural com enfoque agroecológico para agricultores familiares orgânicos e agroecológicos e a qualificação de suas organizações econômicas.” Todas as 8 iniciativas dessa meta foram plenamente executadas ou parcialmente, com alcance maior que 50%. No entanto, cabe salientar que, quanto a iniciativa 6 - Garantir que 30% dos recursos nas Chamadas Públicas de ATER com enfoque Agroecológico do MDA e INCRA sejam aplicados em atividades específicas para mulheres em atividades extrativistas e na produção orgânica e agroecológica – o relatório de balanço expressa dificuldades em monitorar o cumprimento deste percentual nas

atividades de ATER. É necessário desenvolver uma metodologia para apurar o quantitativo proporcional, além do impacto da garantia desses recursos.

Tabela 14

Meta 11 – Promover formação inicial e continuada e qualificação profissional com enfoque agroecológico e sistemas orgânicos de produção para 32.000 beneficiários, entre agentes de ATER, educadores/as, agricultores/as familiares, assentados/as da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres rurais, de acordo com as especificidades regionais.

Iniciativa 4 - Incluir no Guia Pronatec o curso de Formação Inicial e Continuada – FIC de Gestão dos Recursos Naturais e Práticas Produtivas Sustentáveis.

Iniciativa 5 - Promover a formação de 300 educadores e 10.000 extrativistas beneficiários do Programa Bolsa Verde, em agricultura de base agroecológica, manejo sustentável de recursos naturais e gestão de suas organizações.

Iniciativa 8 - Promover formação técnica em manejo florestal madeireiro e de espécies da sociobiodiversidade com enfoque em sistemas orgânicos e de base agroecológica para 200 técnicos (EAD).

Iniciativa 9 - Apoiar 35 ações e projetos com foco em saúde do trabalhador e agroecologia, em articulação com CEREST Estaduais e Regionais.

Iniciativa 11 - Criar linha específica de Agroecologia em Edital do Programa de Educação Tutorial – PET, fortalecendo os grupos de estudos de agroecologia e produção orgânica nas Universidades.

As iniciativas 4, 8 e 11 não foram executadas. A inclusão relatada na iniciativa 4 não foi realizada por falta de solicitação da instituição demandante junto à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica SETEC/MEC. A iniciativa 8 também não foi executada, pois o termo de cooperação técnica entre MMA, SFB e EMBRAPA não foi assinado em função de mudanças internas no MMA (Sambuichi *et al.*, 2017). Esta seria uma ação importante para formar técnicos de ATER com capacitação adequada para atender às chamadas de ATER extrativista, uma dificuldade observada na execução das iniciativas da meta 10. Alterações na estrutura interna das organizações obstaculizam arranjos institucionais, visto que desestabilizam e desorganizam o pessoal. Isso leva a morosidade na implantação desses arranjos, que no caso em tela, não foram realizados. A dificuldade para se construir um arranjo institucional adequado para viabilizar essa iniciativa resultou em uma morosidade que contribuiu para inviabilizar sua execução.

Já a iniciativa 11 não foi executada, mas não se encontrou as razões para tal. O Relatório de balanço apenas indica que a iniciativa não foi realizada. As iniciativas 5 e 9 foram parcialmente executadas, mas com execução abaixo de 50%. A iniciativa 5, que previa a capacitação de 300 educadores e 10.000 extrativistas, capacitou 120 educadores multiplicadores em 2013. Porém, em razão da estratégia de atuação junto ao MEC não estar consolidada, optou-se por suspender a formação de novos educadores. Em 2014 foi assinado acordo de cooperação técnica entre MEC e MMA iniciando a demanda "Pronatec Bolsa-Verde Extrativismo". Em 2015 foram pactuadas mais

de mil vagas e 870 extrativistas matriculados. A iniciativa 9 foi realizada, no entanto não foram encontradas informações sobre o alcance da meta física e, pela convenção pactuada na metodologia desta pesquisa, considerou-se a iniciativa parcialmente executada, mas com alcance inferior a 50%.

Tabela 15

Meta 12 – Fortalecer e ampliar processos de construção e socialização de conhecimentos e práticas relacionados à agroecologia e aos sistemas orgânicos de produção, por meio de programas, projetos e ações integrando atividades de pesquisa, ensino e extensão rural.

Iniciativa 1 - Apoiar 33 projetos que incentivem a produção de conhecimento e tecnologias agroecológicas (inovação) e fortaleça a ação em Rede (Redes de ATER), no campo da agroecologia, levando em consideração as dimensões de gênero e juventude.

Iniciativa 2 - Realizar 124 oficinas em todo território nacional para fortalecer a Rede Temática de Agroecologia e incorporar o tema nas demais Redes.

Iniciativa 3 - Criar estratégia de comunicação para a produção e disponibilização de conhecimentos sobre agroecologia, sociobiodiversidade e produção orgânica em diversas formas de mídia.

Iniciativa 7 - Produção de 300 publicações e outros informativos técnicos destinados a disponibilizar conhecimentos relacionados a tecnologias e práticas apropriadas a sistemas orgânicos de produção.

Iniciativa 9 - Elaborar material pedagógico específico sobre gênero e agroecologia para instituições de ensino.

Iniciativa 13 - Criar um programa de capacitação de curta, média e longa duração para pesquisadores e analistas da EMBRAPA em agroecologia e a produção orgânica.

Iniciativa 14 - Atualizar e internalizar o Marco Referencial de Agroecologia da EMBRAPA.

Entre as iniciativas previstas nesta meta estão o apoio a 33 projetos de redes de núcleos de agroecologia (R-NEAs), dos quais apenas 5 foram apoiados. Das 124 oficinas a serem realizadas, apenas 22 foram. Aqui a razão foi o aporte de recursos que dos R\$ 4,2 milhões orçados, apenas 18,3% foram executados (iniciativas 1 e 2). A estratégia de comunicação da iniciativa 3 não chegou a ser elaborada. Isso reduz a transparência e publicidade que toda política pública deve ter, tanto para informar a população em geral da existência dela e da sua contribuição para a sociedade, como para os beneficiários da política que acabam por desconhecer os saberes que a Política se propugna a criar e difundir. Apesar disso alguns produtos de comunicação foram elaborados como: Caderno de Boas Práticas de ATER, Caderno PRONAF Agroecologia, Mulheres e Agroecologia: Coletânea sobre Estudos Rurais e Gênero, Alimentos Regionais Brasileiros e o Guia Alimentar para a Produção Brasileira. A respeito deste último, que foi lançado em 2014 pelo Ministério da Saúde, ele aborda princípios e recomendações para uma alimentação saudável para a população brasileira, configurando-se como um instrumento de educação alimentar e nutricional no SUS (Sistema Único de Saúde) e para outros setores. O Guia baseia suas recomendações pelo nível de processamento dos alimentos, sendo os ultraprocessados a serem evitados. No entanto, em

setembro de 2020 o Ministério da Agricultura solicitou a revisão do Guia para a retirada dessa classificação, em notória ingerência política, conflituosa com os interesses de saúde e alimentação de qualidade para a população, em detrimento dos interesses comerciais das indústrias de alimentos ultraprocessados.

Das 300 publicações e informativos técnicos, 113 foram executadas, com orçamento de R\$ 528 mil dos R\$ 900 mil orçados. As iniciativas 9, 13 e 14 não foram executadas, sendo que o Marco Referencial estava sendo sistematizado quando do encerramento do Plano, mas assim como a iniciativa 13, não houve recursos financeiros para finalizá-lo. A iniciativa 9 é apenas mencionada no Relatório de balanço sem razão para sua não execução.

O quinto objetivo, ainda no Eixo 3 – Conhecimento, é: “Estimular a autonomia, visando à emancipação da juventude rural, na produção orgânica e de base agroecológica, por meio da sua permanência e sucessão no campo.” Este objetivo contou com apenas uma meta. Para maior detalhamento a respeito deste objetivo, consultar o anexo D.

Tabela 16

Meta 13 – Inclusão sócio-produtiva de pelo menos 15.000 jovens rurais com enfoque agroecológico e produção orgânica.

Iniciativa 2 - Promover Assistência Técnica e Extensão Rural agroecológica com base na inclusão e fortalecimento produtivo para 4.800 jovens rurais.

Iniciativa 6 - Incluir no Guia do PRONATEC cursos de Formação Inicial e Continuada FIC de Produtor/a de Quintais Agroecológicos.

Iniciativa 7 - Implementar atividades de Educação Integral, vinculadas ao Macrocampo Agroecologia nas escolas do campo.

A iniciativa 6 não foi executada e não foram encontradas razões para a sua não execução. A iniciativa 2 não conseguiu ser operacionalizada até o fim do Plano, porém a previsão de promoção de assistência técnica ficou prevista para o primeiro semestre de 2016. Já a iniciativa 7 teve 100% de execução em 2013 (meta de 10.184 escolas apoiadas). Em 2014, da meta de 15.000 escolas apoiadas, 7.323 foram, menos de 50% da meta. E em 2015 nenhuma escola aderiu ao programa. Isso ocorreu por falta de comunicação entre a entidade federal (MEC) e municípios e estados. O pacto federativo impõe muitas responsabilidades de execução de políticas públicas nesses dois entes, enquanto a capacidade financeira e gestora permanece a cargo da União. Com isso, caso não haja um excelente canal de comunicação para subsidiar a tomada de decisão no nível mais alto, as políticas se tornam inócuas ou mesmo sem execução, pois a distância entre os entes dificulta seu cumprimento.

1.4 Eixo 4 - Comercialização e Consumo

O quarto, e último, Eixo do PLANAPO possui apenas um objetivo: “Fortalecer e ampliar o consumo de produtos orgânicos e de base agroecológica com ênfase nos circuitos curtos de comercialização (mercados locais e regionais), mercados institucionais e compras governamentais.” Este objetivo contou com apenas uma meta. Para maiores informações, consultar o anexo E.

Tabela 17

Meta 14 – Apoio à promoção e comercialização de produtos orgânicos e de base agroecológica.

Iniciativa 1 - Qualificar a gestão de 150 Organizações Econômicas Familiares (OEF) de agricultores/as agroecológicos e/ou orgânicos, ampliando o acesso dos produtos orgânicos e agroecológicos aos mercados institucionais, convencionais e diferenciados, incluindo empreendimentos de jovens e mulheres.

Iniciativa 2 - Disponibilizar, até 2015, 5% dos recursos do PNAE para aquisições de alimentos orgânicos e de base agroecológica.

Iniciativa 3 - Disponibilizar, até 2015, 5% dos recursos do PAA para aquisições de alimentos orgânicos e de base agroecológica.

Iniciativa 6 - Disponibilizar anualmente, até 2015, 1% dos recursos específicos da PGPM para aquisição e subvenção de produtos da sociobiodiversidade, orgânicos e de base agroecológica.

Iniciativa 7 - Garantir que as chamadas de ATER-mulheres e de Organização Produtiva contemplem atividades de capacitação, elaboração de projetos e assessoria aos grupos de mulheres ao acessarem o PAA, PNAE e PGPM.

Iniciativa 12 - Promover a formação de Responsáveis Técnicos pela alimentação escolar nas entidades executoras para o incentivo a inclusão dos gêneros orgânicos e/ou agroecológicos nos cardápios da alimentação escolar.

A iniciativa 1 que previa a qualificação de gestão de 150 OEFs, qualificou apenas 50. A previsão orçamentária era de R\$ 18 milhões, dos quais foram investidos cerca de R\$ 3 milhões por ano, totalizando metade dos recursos previstos para os 3 anos. Visando apoiar ações de associativismo e cooperativismo o MDA criou em 2015, por meio da Portaria Ministerial 2014/2015, o Programa Nacional de Fomento e Fortalecimento do Cooperativismo e Associativismo Solidário da Agricultura Familiar e Reforma Agrária (COOPERAF) para fortalecer essas ações nos próximos Planos.

A segunda e a terceira iniciativa, que dizem respeito à disponibilização de 5% dos recursos do PAA e do PNAE, não foram atingidas, conforme demonstrado na tabela abaixo. Sambuichi *et al.* (2017), em entrevistas com representantes do governo e da sociedade civil envolvidas com o PLANAPO, relatam que o PAA se tornou muito burocrático e sua lógica de ação foi invertida. No início, os contratos eram elaborados a partir da oferta da produção, ou seja, o produtor com excedente poderia vender seus produtos ao PAA. Hoje são realizadas chamadas públicas para adquirir produtos, as quais são mais acessíveis aos produtores mais bem estruturados. Em suma, um programa que deveria auxiliar os produtores mais humildes, acaba por excluí-los. Aí a

importância de acompanhar e reavaliar as políticas públicas, visto que seu público-alvo inicial não está mais sendo beneficiado.

Tabela 18

Valores totais e porcentagem de orgânicos investidos no PAA na modalidade CDS e no PNAE (2013 - 2015)

Ano	Valores totais investidos pelo PAA na modalidade CDS (R\$ milhões)	Porcentagem de orgânicos investidos no PAA na modalidade CDS (%)	Valores totais investidos pelo PNAE (R\$ milhões)	Porcentagem atingida PNAE (%)
2013	217	1,2	108,1	3,05
2014	392	1,4	112,4	3,09
2015	405	1,41	96,4	2,5
Total	1014	-	316,9	-

Fonte: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO: Linha histórica e dados referenciais. Relatório de Pesquisa. IPEA, 2019 (com alterações).

Já quanto à iniciativa referente à PGPM estavam previstos R\$ 83 milhões, dos quais R\$ 17,3 milhões foram aplicados. Não foi possível concluir se esse valor seria o 1% mencionado no texto da iniciativa, porém o valor executado foi cerca de 20% do valor orçado inicialmente. Entre 2013 e 2014 foram lançadas duas chamadas públicas que contemplaram assessoria para elaboração e implementação de projetos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). No entanto não foram encontrados dados quantitativos relativos ao alcance da meta prevista na iniciativa 7 - atendimento a 2.000 mulheres. Já a iniciativa 12, que previa a formação de 5,5 mil responsáveis técnicos, apenas 244 foram formados.

2. Análise do PLANAPO II

Para análise do segundo PLANAPO, que teve a duração de 2016 a 2019, foram utilizados o Relatório de Pesquisa do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica PLANAPO Linha histórica e dados referenciais, publicado pelo IPEA em 2019, e relatórios institucionais extraídos do Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento (SIOP). Até o presente momento não houve publicação de nenhum documento oficial com os resultados aferidos por meta/iniciativa do PLANAPO II. Assim, o presente trabalho não terá o escopo de levantar o alcance de 100% das metas indicadas nas 185 iniciativas, mas apenas aquelas cujo resultado foi mensurado por algum dos documentos supramencionados. Obteve-se o seguinte resultado:

- 70 iniciativas foram plenamente executadas;

- 19 iniciativas foram parcialmente executadas com alcance igual ou superior a 50%;
- 29 iniciativas foram parcialmente executadas com alcance abaixo de 50%
- 16 iniciativas não foram executadas; e
- 51 iniciativas sem informações.

Assim como foi analisado no PLANAPO I, o foco das análises será nas iniciativas não executadas ou parcialmente executadas, mas cujo alcance foi menor que 50%.

2.1 Eixo 1 – Produção

O primeiro eixo do PLANAPO II possui um objetivo: “Ampliar e fortalecer a produção, manipulação e processamento de produtos orgânicos e de base agroecológica, tendo como público prioritário agricultores/as familiares, assentados/as da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e suas organizações econômicas, micro e pequenos empreendimentos rurais, cooperativas e associações, considerando também os da agricultura urbana e periurbana.” Este objetivo possui 9 metas. Para maior detalhamento das iniciativas, ver Anexo G.

A primeira meta desse objetivo é: “Elaborar e implantar instrumento de identificação de sistemas de produção de base agroecológica e transição agroecológica” a qual possui duas iniciativas. Não foram encontradas informações a respeito das iniciativas ou da meta.

A segunda meta é: “Viabilizar o acesso de agricultores/as familiares, assentados/as da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, incluindo os da agricultura urbana e periurbana, e os produtores orgânicos, às políticas e instrumentos de financiamento, seguro e segurança de renda, adequadas aos sistemas de produção de base agroecológica, à produção orgânica, e da sociobiodiversidade.” As iniciativas dessa meta obtiveram boa execução, sendo que das 7 iniciativas, 4 foram plenamente executadas e 3 sem informação.

Cabe aqui uma análise a respeito dos contratos e valores aplicados via PRONAF.

Tabela 19

Número de contratos e valores aplicados por linha de crédito durante o PLANAPO II (janeiro de 2016 a dezembro de 2018)

Linha de crédito	Nº de contratos	Valores aplicados (R\$)
Agroecologia	1.394	23.065.420,57
Semiárido	96.238	472.896.589,06
Floresta	6.438	105.353.006,55
ECO (energia renovável e sustentabilidade ambiental)	3.178	152.031.115,40
Mulher	10.795	130.040.282,57
Jovem	1.243	12.577.338,40
Custeio	1.463.177	34.935.179.980,09
Mais alimentos	693.368	23.617.103.914,41
Microcrédito	1.574.676	4.394.886.576,42
Agroindústria	805	1.729.397.282,42
Reforma Agrária	79.657	527.181.299,44
Agroindústria (investimento)	805	1.729.397.282,42
Reforma Agrária (microcrédito)	3.139	33.898.707,48
Produtivo Orientado	4.960	16.073.200,80
Cotas parte	54	444.090.000,00
Pronamp	483	29.417.588,91
TOTAL	3.940.410	68.352.589.584,94

Fonte: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO: Linha histórica e dados referenciais. Relatório de Pesquisa. IPEA, 2019.

O PRONAF Verde (constituído pelas linhas Agroecologia, Semiárido, Floresta e ECO destacados na tabela 19) obteve 107.248 contratos e aplicou R\$ 753.346.131,58. No entanto, cabe salientar que, a agricultura convencional ou empresarial ainda retém maior parte dos recursos de financiamento, demonstrando que a agenda de governo ainda pende em seu benefício.

Tabela 20

Financiamento da agricultura familiar vs. Agricultura empresarial (safra 2000/01 – 2018-2019)

Safra	Financiamento da Agricultura Familiar (R\$ Bilhões)	Financiamento da Agricultura Empresarial (R\$ Bilhões)	Participação do volume de financiamento da agricultura empresarial no volume total de financiamento da agricultura familiar (%)
2000/2001	3,46	12,12	75,46
2001/2002	4,19	15,72	78,93
2002/2003	4,19	20,54	83,04
2003/2004	5,4	27,75	83,71
2004/2005	7,5	39,4	84,93
2005/2006	9	44,3	83,13
2006/2007	10	50	83,33
2007/2008	12	58	82,86
2008/2009	13	65	83,33
2009/2010	15	93	86,11
2010/2011	16	100	86,21
2011/2012	16	107,2	87,02
2012/2013	18	115,2	86,49
2013/2014	21	136	86,63
2014/2015	24,1	156,1	86,63
2015/2016	28,9	187,7	86,65
2016/2017	30	185	86,04
2017/2018	30	188,4	86,26
2018/2019	31	194,3	86,24

Fonte: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO: Linha histórica e dados referenciais. Relatório de Pesquisa. IPEA, 2019

Tabela 21

Meta 3 – Viabilizar o acesso de agricultores/as familiares, assentados/as de reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e de produtores/as orgânicos a políticas públicas gerais que estimulem a produção orgânica, de base agroecológica e da sociobiodiversidade pactuadas entre governo e sociedade civil.

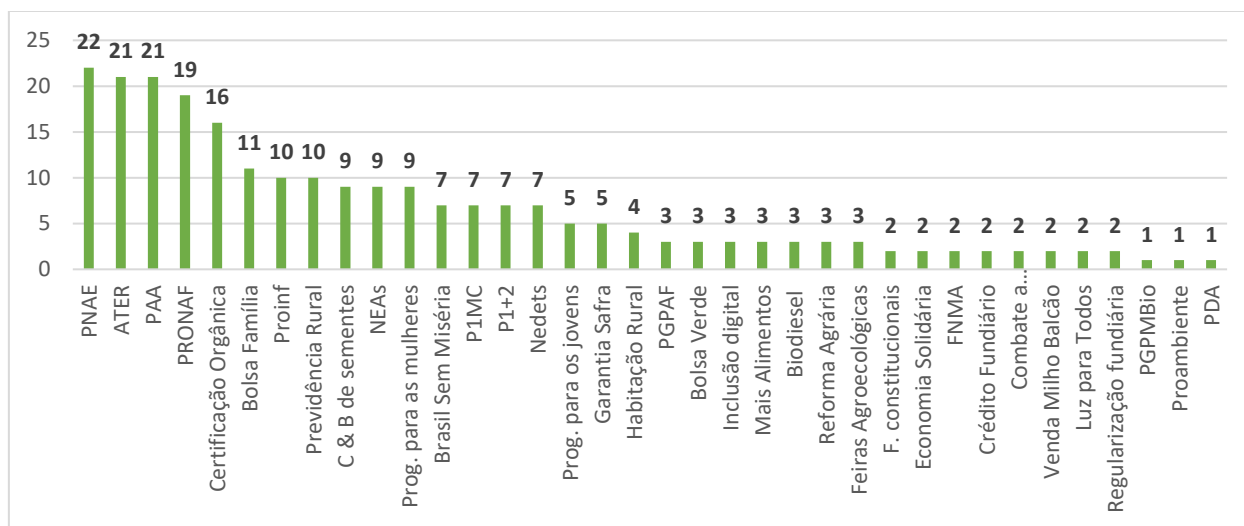
Iniciativa 1 - Destinar 30% dos recursos do Terra Sol para projetos de agroindustrialização e beneficiamento de base agroecológica ou de produtos da sociobiodiversidade.

A iniciativa 1 da terceira meta foi parcialmente alcançada. 11.895 famílias foram atendidas pelo Programa Terra Sol, no entanto não foram encontradas informações a respeito do percentual de recursos investidos, portanto foi classificada como alcance abaixo de 50%. Foi relatado que as restrições orçamentárias ocorridas no quadriênio 2016-2019 dificultaram as ações ligadas à infraestrutura, Terra Sol, PRONERA e assistência técnica de responsabilidade do INCRA.

A meta 3 vai ao encontro da meta 2 do PLANAPO I, que diz respeito ao fortalecimento de redes no âmbito do Programa ECOFORTE. Ele atua como facilitador de acesso às políticas públicas desenvolvidas nos territórios nos quais as redes atuam, conforme figura abaixo.

Figura 2

Políticas públicas acessadas no âmbito das redes de agroecologia apoiadas pelo Programa ECOFORTE



Fonte: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO: Linha histórica e dados referenciais. Relatório de Pesquisa. IPEA, 2019

Assim, observa-se que esta meta foi alcançada visto a quantidade de políticas públicas acessadas pelas redes do ECOFORTE.

Tabela 22

Meta 4 - Alcançar, no mínimo, 33.000 unidades de produção controladas adequadas aos regulamentos brasileiros para a produção orgânica, priorizando a agricultura familiar, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais.

Iniciativa 2 - Promover a qualificação de técnicos/as, agricultores/as e extrativistas sobre os procedimentos necessários à regularização no âmbito de legislação de orgânicos, articulada às chamadas de ATER no PLANAPO.

Iniciativa 7 - Capacitar 330 técnicos em mecanismos de garantia da qualidade orgânica.

Iniciativa 8 - Aperfeiçoar e manter atualizada a base de dados de informações da produção orgânica (Cadastro Nacional da Produção Orgânica) para o controle, disponibilização e divulgação de dados e estatísticas sobre a produção orgânica brasileira.

Conforme registrado nos relatórios do SIOP, a iniciativa 2 não pôde ser realizada devido a severos cortes orçamentários e o reduzido número de servidores. Já havia sido observado em iniciativas do PLANAPO I em que a redução de orçamento favorece a descontinuidade das



Escola Nacional de Administração Pública

iniciativas, demonstrando as prioridades da agenda política. Em suma, a prioridade está onde o recurso financeiro está.

Já quanto a iniciativa 7, que trata de capacitação, não foi executada, pois era uma ação diretamente articulada com o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário. Este órgão foi criado pela Medida Provisória 1.999-14 em 13 de janeiro de 2000. Tinha por competências a reforma agrária e reordenamento agrário, regularização fundiária na Amazônia Legal, promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e das regiões rurais e a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos. Em 2016 o órgão foi extinto.

Cabe salientar o momento de instabilidade política do período. O segundo governo da presidente Dilma Roussef se iniciou em 2015 já sob forte crise econômica que veio a piorar em 2016. À época, foram protocolados vários pedidos de impeachment contra a presidente em exercício. Em 17 de abril de 2016, na Câmara dos Deputados, foi julgado o pedido de admissibilidade do impeachment, a qual decidiu pelo prosseguimento da ação. Com isso a presidente foi afastada e seu vice, Michel Temer, assumiu interinamente. Em 31 de agosto o Senado votou a favor do impeachment acusando Dilma Roussef de crime de responsabilidade. Michel Temer assumiu, então, o cargo de Presidente do Brasil.

A extinção do MDA ocorreu por meio da Medida Provisória 726 de 12 de maio de 2016, expedida pelo Presidente interino Michel Temer. As competências do MDA foram transferidas para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Posteriormente, por meio do Decreto 8.780 de 27 de maio de 2016, essas competências foram transferidas para a Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República (SEAD). Em 1º de janeiro de 2019 o Presidente recém empossado Jair Bolsonaro publicou a Medida Provisória 870 que estabeleceu a organização básica dos órgãos da Presidência e dos Ministérios. Em seguida, no dia 2 de janeiro, foi publicado o Decreto 9.667 que reestruturou o Ministério da Agricultura, fazendo dele um superministério, visto que englobou várias pastas, incluindo a SEAD que teve suas competências diluídas por, pelo menos, três Secretarias do MAPA. Tantas alterações institucionais e políticas acarretaram, então, na descontinuidade da iniciativa 7 da quarta meta e outras, que também detinham articulação com o extinto MDA.

A iniciativa 8 diz respeito a sistematização dos dados do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO), que, por motivos técnicos, encontra-se indisponível. O SigOrgWeb é grande valia para o monitoramento dos dados produtores orgânicos.

Tabela 23

Meta 5 – Promover a autonomia econômica das mulheres rurais, reconhecendo seu protagonismo na agroecologia e produção orgânica, por meio da inclusão produtiva e da geração de renda.

Iniciativa 1 - Atender 8.000 mulheres rurais em grupos produtivos com ações integradas de ATER, crédito, comercialização e gestão, fortalecendo a produção agroecológica.

Iniciativa 2 - Inserir 5.000 mulheres rurais em grupos produtivos em mercados institucionais, justos e solidários e promover feiras feministas.

Iniciativa 3 - Apoiar a articulação de 2.000 mulheres rurais em grupos produtivos em redes.

Iniciativa 5 - Atender 12.500 mulheres rurais em situação de vulnerabilidade social, fomentando suas atividades específicas, com foco na agroecologia.

Iniciativa 6 - Implementar 5.000 quintais produtivos para apoio à produção e à transição agroecológica dos alimentos produzidos pelas mulheres.

As iniciativas 1, 2 e 3 foram encontradas ações, mas o resultado quantitativo não foi indicado. A iniciativa 5, que previa o atendimento a 12.500 mulheres em situação de vulnerabilidade teve sua execução no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria com enfoque no rural. No ano de 2017, estiveram vigentes 3 (três) contratos de ATER específica para Mulheres Rurais no âmbito do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, oriundos da Chamada Pública nº 02/2014/DPMRQ/MDA. Os 3 contratos foram responsáveis pelo atendimento de 879 mulheres em situação de vulnerabilidade social nos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Em 2017, assim como em 2016, não foram realizados novos chamamentos públicos de ATER neste sentido. Em 2018, apenas um contrato de ATER específico para Mulheres Rurais, lançado no âmbito do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, oriundos da Chamada Pública nº 02/2014/DPMRQ/MDA, esteve vigente, contemplando 240 mulheres no Estado da Paraíba. No total, 1.119 mulheres foram atendidas.

Já a implementação de 5.000 quintais produtivos obteve como resultado a implantação de apenas 82. Essas ações foram realizadas pelo Departamento de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas (DPMRQ) do MDA. A DPMRQ foi extinta, juntamente com o MDA, pela Medida Provisória 726/2016. A pauta de mulheres foi incorporada à antiga SEAD. Esta foi extinta em 2019, sendo transformada em uma Secretaria do MAPA. Não há no momento uma diretoria ou coordenação que trabalhe especificamente com as pautas das mulheres rurais. Entretanto, as ações voltadas ao fomento dos quintais produtivos são desenvolvidas pela Coordenação de Projeto de Inclusão Produtiva da Secretaria de Agricultura Familiar - SAF/MAPA. Desde o primeiro PLANAPO foi dada grande importância ao papel das mulheres no campo e por isso a questão de

gênero foi “transversalizada” nos dois Planos. Desde percentuais de atendimento a ações específicas para o atendimento às mulheres.

Tabela 24

Meta 6 – Criar e implementar programa nacional de insumos apropriados à produção orgânica e de base agroecológica (Programa Bioinsumos).

Iniciativa 5 - Ajustar e publicar pelo menos 10 regulamentos diretamente relacionados à produção orgânica ou a produtos e processos importantes para o setor.

Iniciativa 6 - Ajustar e publicar pelo menos 5 regulamentos diretamente relacionados à produção de insumos destinados a produção orgânica e de base agroecológica, de forma a viabilizar e simplificar os seus registros.

Iniciativa 7 - Elaborar 110 publicações técnicas dirigidas a ampliar e qualificar a produção e uso de bioinsumos adequados à produção orgânica, de base agroecológica e à sociobiodiversidade.

O Programa Bioinsumos foi lançado em 27 de maio de 2020. Apesar de após o fim do PLANAPO II, considerou-se a meta atingida. Maior parte das iniciativas desta meta permanecem sem informação. Isso se deve ao fato de que, como o Programa foi lançado neste ano, não houve tempo hábil para executar as ações a ele vinculadas.

As iniciativas que dizem respeito a ajustes de regulamentos, 5 e 6, poucos foram publicados ou ajustados. Entre eles destacam-se: o Decreto 10.375 de 26 de maio de 2020 que institui o Programa Nacional de Bioinsumos e o Conselho Estratégico do Programa Nacional de Bioinsumos e Instruções Normativas 19 e 46. A iniciativa 7 não foi executada, novamente foi relatada escassez de corpo técnico e de recursos financeiros.

Tabela 25

Meta 7 – Implementar e monitorar o Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos.

Iniciativa 1 - Instituir e monitorar o Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos (PRONARA), em articulação com a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO) e com a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO).

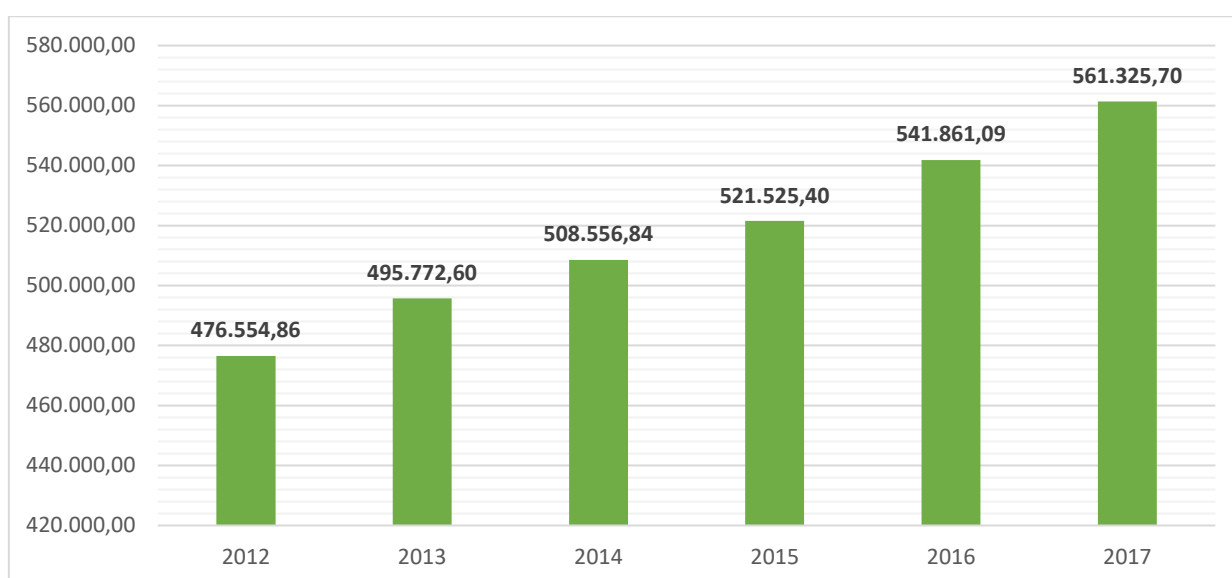
O PRONARA permanece como um desafio. Conforme dito anteriormente, na análise do PRONARA no PLANAPO I, o PRONARA foi transformado em projeto de lei, mas permanece sem ser votado. IPEA, 2019 ressalta que:

“Por meio do Ofício 450/2017/SE-MAPA, de 8 de maio de 2017, o MAPA declarou que “se posiciona favoravelmente ao avanço da implementação do PLANAPO 2016-2019, com exceção da Meta 7, que trata da implementação e monitoramento do PRONARA, que deverá ser incluído após a realização de discussões e ajustes necessários para o alinhamento de alguns pontos do Programa, junto aos demais envolvidos”, sendo retirada da meta a iniciativa de Elaborar diretrizes para o reconhecimento de Zonas Livres de Transgênicos e Agrotóxicos, especialmente em regiões de forte presença da agricultura familiar, assentamentos da reforma agrária, territórios de povos e comunidades tradicionais, unidades de conservação e seu entorno.”

A iniciativa das Zonas Livres está no PLANAPO II no Eixo 2 – Recursos Naturais, meta 10, iniciativa 11, de responsabilidade da extinta SEAD. Não foram encontradas informações a respeito da sua execução. Fica clara a ingerência política na meta que diz respeito ao PRONARA. O Ministério da Agricultura não quer o ônus de se comprometer com a redução do uso de agrotóxicos, muito menos com uma zona livre deles. Cabe destacar que o consumo de agrotóxicos vem aumentando com o tempo e, apesar dos esforços do MAPA, ANVISA e IBAMA, estes deixam resíduos nos alimentos e na água, intoxicando ambientes e seres vivos.

Figura 3

Consumo de agrotóxicos (em toneladas)



Fonte: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO: Linha histórica e dados referenciais. Relatório de Pesquisa. IPEA, 2019

Tabela 26

Meta 8 – Elaborar proposta de agroecologia e produção orgânica para ser incorporada ao Plano de Agricultura Urbana e Periurbana da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN.

Iniciativa 2 - Elaborar diretriz para orientação e organização das ações de promoção da agricultura urbana e periurbana.

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou em 2017 o Projeto de Lei 906/15 que cria a Política Nacional de Agricultura Urbana, no entanto a PL seguiu para o Senado onde encontra-se até hoje, sem nenhum novo trâmite. No entanto, cabe destacar que no segundo Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional foi incorporada ação relativa à agricultura urbana e periurbana. Não foram encontradas informações a respeito das diretrizes mencionadas na iniciativa 2.

Figura 4

Meta do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional referente à Agricultura Urbana e Periurbana

AGRICULTURA URBANA				
	Meta	Responsável	Órgãos Parceiros	PPA
4.28	Promoção e desenvolvimento da agricultura urbana e periurbana em bases agroecológicas, em articulação com órgãos e entidades dos governos federal, estaduais e municipais.	MAPA/Orgânicos		Programa 2077 Objetivo 1048 Iniciativa 05A1
Ação Relacionada				
4.29	Elaboração de diretrizes para orientação e organização das ações de promoção da agricultura urbana e periurbana.	SEAD		Programa 2069 Objetivo 1155 Iniciativa 06LL

Fonte: Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Tabela 27

Meta 9 – Ajustar, criar e publicar regulamentos técnicos e legislações adequados à promoção da segurança sanitária na produção orgânica, de base agroecológica e da sociobiodiversidade.

Iniciativa 2 - Realizar regulamentação de pelo menos uma norma sanitária incidente sobre os elos das cadeias de produtos da sociobiodiversidade no âmbito da competência da ANVISA.

A meta 9 possui duas iniciativas. Ambas de responsabilidade da ANVISA: A iniciativa 2 não foi executada. A Coordenação de Articulação Social e Cidadania (COACI) do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) se propôs a coordenar um trabalho interno para a produção da normativa, mas este trabalho ainda não foi iniciado.

2.1 Eixo 2 – Uso e Conservação dos Recursos Naturais

O segundo objetivo do PLANAPO II é “Promover, ampliar e consolidar processos de acesso, uso sustentável, gestão, manejo, recomposição e conservação dos recursos naturais e ecossistemas em geral.” Este contém cinco metas. Para maiores informações a respeito delas e suas iniciativas, consultar o Anexo H.

Tabela 28

Meta 10 – Implementar iniciativas para o uso, a produção, o manejo, a conservação, a aquisição e a distribuição de recursos genéticos, com acesso facilitado, de interesse da agroecologia e da produção orgânica.

Iniciativa 3 - Fortalecer sistemas de abastecimento de sementes por meio da compra e distribuição de sementes crioulas, varietais e outros materiais propagativos de culturas para alimentação humana e animal, pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), fazendo com que o valor destas aquisições atinja 5% dos recursos aplicados anualmente pelo programa, priorizando mulheres, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.

Iniciativa 5 - Apoiar a estruturação de bancos comunitários de sementes de interesse da agroecologia e da produção orgânica, estimulando a paridade de gênero na gestão dos bancos.

Iniciativa 7 - Promover o acesso e apoiar projetos que viabilizem a produção e multiplicação de sementes e mudas varietais e crioulas, incluindo ensaios participativos de avaliação de recursos genéticos e de produtos da sociobiodiversidade de interesse da agroecologia, junto às redes territoriais de uso e conservação da sociobiodiversidade, por meio do Programa Nacional de Sementes e Mudas da Agricultura Familiar, priorizando a participação de mulheres e povos e comunidades tradicionais.

Iniciativa 8 - Apoiar a estruturação de uma rede de mantenedores de cultivares de interesse da produção orgânica e de base agroecológica.

As iniciativas 3 e 5 foram parcialmente executadas, com alcance inferior a 50%. Conforme dados da Conab, em 2016 foram aplicados cerca de 0,9% na aquisição de sementes (R\$ 4 milhões de R\$ 429,8 milhões), 1,4% em 2017 (R\$ 5 milhões de R\$ 357,4 milhões) e 0,9% em 2018 (R\$ 2,2 milhões de R\$ 261 milhões). As iniciativas 5 e 8 eram de responsabilidade da Coordenação de Orgânicos do MAPA. Foi relatado nos relatórios SIOP que devido aos contingenciamentos, a iniciativa 8 não foi executada e a 5 reduziu suas atividades para dois estados: Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. A relevância dos bancos comunitários de sementes é imensa. Eles guardam a diversidade genética de sementes crioulas (também chamadas de sementes tradicionais) que, conforme Londres (2014), possuem maior resistência ao ataque de pragas e doenças e são adaptáveis a sistemas produtivos de baixo uso de insumos externos.

A agricultura moderna utiliza sementes de alto rendimento, geneticamente modificadas as quais demandam uso intensivo de agrotóxicos e outros insumos químicos. Esse mercado é composto por empresas transnacionais. Ou seja, há dependência de insumos e sementes externos, reduzindo a capacidade de soberania alimentar do país e sua independência quanto aos insumos externos. É fundamental que se mantenham os bancos comunitários para evitar uma crise de alimentos no futuro.

A iniciativa 7 não foi executada. De acordo com o relatório do SIOP:

“O ano de 2019 foi marcado pela reforma administrativa realizada pelo Governo Federal no início do exercício. A SEAD foi incorporada pelo MAPA e suas atribuições foram diluídas na nova estrutura do Ministério

da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. As atribuições institucionais também foram redefinidas e, com isso, também foram redefinidas as atribuições de gestão das ações do PPA. A vigência do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO para o período 2016 - 2019 se encerrou no ano passado. Não foi instituído novo Plano e os colegiados que coordenavam a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - CNAPO e CIAPO - foram extintos. A CIAPO era de coordenação da extinta SEAD e não foi continuada no MAPA. Esta iniciativa não integrou o planejamento da Secretaria de Agricultura Familiar em 2019.”

As alterações institucionais provocadas pela reestruturação de janeiro de 2019 provocaram a descontinuidade de várias iniciativas do PLANAPO II. Some-se a isso, o Decreto Presidencial 9.784 de 7 de maio de 2019 (“Revogaço”), revogou várias comissões e câmaras, incluídas a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO) e a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), além do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), que participou ativamente na elaboração da Política. Essas comissões, câmaras e conselhos extintos são canais de comunicação com a sociedade que legitimam a continuidade e a representatividade da Política, além de promover articulações entre a sociedade civil e a Administração Pública, levantando demandas e anseios. No caso em tela, CIAPO e CNAPO são instâncias de gestão da PNAPO, com atribuições essenciais para a execução da Política, sem as quais o desmonte dela se torna possível. A democracia participativa sofreu um golpe severo com a publicação desse Decreto.

Tabela 29

Meta 11 – Promover o aproveitamento de fontes renováveis de energia para a agricultura familiar, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, associadas às atividades de base agroecológicas.

Iniciativa 3 - Mapear o potencial de aproveitamento de fontes renováveis de energia pela agricultura familiar, pelos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, considerando a demanda existente.

Iniciativa 4 - Sistematizar e difundir, por meio de publicações, capacitações e eventos, informações e instruções para viabilizar o aproveitamento de fontes renováveis de energia pela agricultura familiar, pelos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.

Iniciativa 5 - Capacitar Agentes de ATER na geração distribuída (como biogás, eólica, solar e uso de biomassa), entre outras tecnologias.

Iniciativa 6 - Implementar unidades de referência de aproveitamento de fontes renováveis de energia pela agricultura familiar, pelos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em empreendimentos de base agroecológica.

As iniciativas 3, 4, 5 e 6 foram parcialmente executadas, mas com alcance inferior a 50%. Quanto a iniciativa 3, os trabalhos de estudos, diagnósticos e prospecções sobre biomassa, florestas energéticas e o biogás estão mais avançados, pois partem de ações já estruturadas a partir de

incentivos de programas existentes, consultorias contratadas, projetos aprovados e acordos de cooperação técnica realizados. Os trabalhos de estudos, diagnósticos e prospecções sobre energia solar e energia eólica ainda são iniciais e não apresentam resultados em números. Já a 4, foram quantificados 3 cursos, sendo que a meta eram 10. A iniciativa 5 não foram encontradas informações quantitativas das ações realizadas. E a iniciativa 6, da meta estipulada de 50 unidades de referência apenas 6 foram implantadas.

A meta 12 diz respeito à segurança hídrica: “Propiciar segurança hídrica (acesso, manejo sustentável, conservação e distribuição de água), com base em princípios agroecológicos.” A única iniciativa desta meta foi parcialmente executada, com alcance superior a 50%, que se referia a implantação de 50.000 unidades de tecnologias sociais de acesso à água para produção de alimentos (Segunda Água).

Tabela 30

Meta 13 – Promover ações de apoio à conservação e restauração ambiental.

Iniciativa 1 - Financiar projetos para recuperação florestal.

Iniciativa 2 - Implementar núcleos de coletas de sementes e produção de mudas - Programa Arboretum

Iniciativa 3 - Elaborar regulamentação da Lei 13.153 de 2015, que institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e seus instrumentos.

Iniciativa 8 - Criar e implementar sistema de gestão para as atividades executadas no Programa Assentamentos Verdes (PPA).

Iniciativa 9 - Atender 1.000 projetos de assentamento pelo Programa Assentamentos Verdes, ampliando a atuação para a Caatinga e o Cerrado (PPA).

A iniciativa 1 foi parcialmente executada, com execução abaixo de 50%. O relatório SIOP destaca dois projetos que vêm sendo financiados (Edital FNDF 01/2015 e Edital FNMA 01/2015) para recuperação florestal. A meta prevista era de 18 projetos. Por fim, cumpre salientar que outras ações mencionadas no relatório, tais como, Recupera Cerrado (DF), segunda etapa do Edital FNDF 01/2015, estão sendo reavaliadas, por conta das mudanças políticas e alterações da agenda institucional do SFB. Inicialmente, cabe destacar as duas principais dificuldades para a atuação do FNDF em escala compatível com os desafios a serem enfrentados, quais sejam: (1) baixa capacidade operacional da Gerência de Fomento e Inclusão Florestal (GEFI); (2) baixa dotação orçamentária para apoio a projetos que permitam ampliar o protagonismo do FNDF no setor.

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB) foi criado pela Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006 fazendo parte da estrutura regimental do Ministério do Meio Ambiente. No entanto, pela MP 870 de 1º de janeiro de 2019 convertida na Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, e pelo Decreto 9.667/2019, passou a integrar a estrutura do Ministério da Agricultura. Essa alteração institucional provocou o não alcance pleno da iniciativa, além da baixa orçamentação para implementação dela.

A iniciativa 2 que tinha como meta a implementação de 10 núcleos, implementou apenas 3 unidades demonstrativas. A regulamentação da Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca não aconteceu. A falta do Decreto pode impossibilitar a aplicação de dispositivos da Lei, limitando seu poder de ação, corroborando a não priorização desse assunto na pauta de governo.

A iniciativa 8 e 9 são de responsabilidade do INCRA. A oitava não foi executada devido a prorrogação do TED com a UFLA para finalizar o módulo do CAR referente ao Programa Assentamentos Verdes. Já a nona, apesar de ter atendido 2.936 assentamentos, Caatinga e Cerrado permaneceram sem atuação.

A meta 14 diz respeito ao uso sustentável de solos: “Promover o uso e manejo sustentável dos solos com base em princípios agroecológicos.” Essa meta possui duas iniciativas, porém não foram encontradas informações sobre elas.

2.2 Eixo 3 – Conhecimento

O terceiro objetivo do PLANAPO II é: “Ampliar a capacidade de construção e socialização de conhecimentos em agroecologia e sistemas orgânicos de produção, por meio da valorização da cultura local e intercâmbio.” Este possui 5 metas ligadas a propagação de saberes agroecológicos e orgânicos. Para mais informações a respeito das metas e iniciativas deste objetivo ver Anexo I.

A meta 15 é: “Promover serviços de Ater qualificados, na perspectiva agroecológica e de forma continuada, para 1.368.000 famílias da agricultura familiar, assentadas da reforma agrária, extrativistas e pertencentes a povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.” A prestação de ATER também foi prevista no primeiro Plano. Essa meta obteve bons resultados, sendo que das 6 iniciativas, 3 foram plenamente executadas, 2 parcialmente com alcance superior a 50% e uma sem informação, no entanto, a meta prevista de 1.368.000 famílias não foi alcançada, sendo 551.980 atendimentos.

Foram relatados obstáculos ao atingimento da meta, quais sejam:

- Restrição orçamentária - o orçamento para ATER para em 2016 era da ordem de 278 milhões e foi regredindo ano a ano até chegar em 113 milhões em 2019, um corte de mais de 60%;
 - Transição de governo acarretou atrasos na execução;
 - Mudanças dos cargos de gestão, as quais demandaram um período de conhecimento e absorção de toda a agenda da Diretoria de Fomento e Inclusão Florestal naquele momento;
- e

- Baixa capacidade operacional em relação ao volume de recursos a serem executados, assim como à quantidade e complexidade de atividades a serem realizadas, as quais exigem equipe multidisciplinar qualificada.

Ou seja, todos os pontos convergem para os argumentos já mencionados quanto à descontinuidade administrativa.

De acordo com dados do Censo Agropecuário de 2017, a população rural atualmente é composta por 945.490 mulheres (19%) e 4.100.900 homens (81%). Os jovens (com menos de 29 anos), são em 276.319 pessoas. No total, existem 5.072.152 estabelecimentos agropecuários no país. A prestação de ATER durante o período pode ser mais bem visualizada na tabela abaixo. O valor total de atendimentos na tabela abaixo diverge do exposto acima, visto que os dados vão só até março de 2018.

Tabela 31

Número de atendimentos de ATER por público beneficiário no período de janeiro de 2016 a dezembro de 2019

Anos	Total		Agricultores Familiares		Mulheres		Jovens		Comunidades Tradicionais	
	UFP	%	UFP	%	UFP	%	UFP	%	UFP	%
2016	247.180	100%	-	-	118.444	47,90	26.602	10,80	8.654	3,50
2017	137.077	100%	119.777	87,37	60.461	44,10	16.336	11,91	5.500	4,01
Até 03/2018	16.812	100%	14.620	86,96	7.506	44,64	2.006	11,93	2.192	13,03
Total do Período	401.069	100%	134.397	33,50	186.411	46,47	44.944	11,20	16.346	4,07

Fonte: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO: Linha histórica e dados referenciais. Relatório de Pesquisa. IPEA, 2019

Tabela 32

Meta 16 – Fomentar processos de construção e socialização coletiva do conhecimento em agroecologia, integrando atividades de ensino, pesquisa e extensão rural.

Iniciativa 5 - Promover ações de sensibilização e formação dos/as profissionais, gestores/as da EMBRAPA e parceiros em agroecologia, gênero e diversidade cultural.

Iniciativa 6 - Sistematizar 60 experiências com foco nas práticas desenvolvidas nos sistemas de produção agroecológicos, com recorte de gênero, a fim de promover a inovação social junto a agricultores e agricultoras familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.

Foram realizados congressos, workshops, seminários com a temática gênero e diversidade cultural, no entanto não foi possível mensurar a quantidade. Doze tecnologias sociais foram incorporadas. Sendo: mandacaru sem espinho, criação de galinha caipira, projeto bem diverso (que internaliza boas práticas de manejo da biodiversidade e cria estratégias para a inserção desses



Escola Nacional de Administração Pública

produtos no mercado), hortaliças não convencionais, quintais orgânicos de frutas, partitura da biodiversidade (PBIO - coleção de variedades crioulas ou originadas em instituições de pesquisa oferecidas aos agricultores para testagem), entre outras não mencionadas diretamente. A meta era a sistematização de 60 experiências, e apenas 12 foram.

Tabela 33

Meta 17 - Promover educação com enfoque agroecológico e em sistemas orgânicos de produção, para estudantes, agentes de Ater, produtores/as, agricultores/as familiares, extrativistas, pescadores/as, assentados/as de reforma agrária, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres rurais, de acordo com as especificidades regionais.

Iniciativa 4 - Realizar 15 cursos de formação profissional de trabalhadores/as rurais, com enfoque em agroecologia e produção orgânica - Residência Agrária.

A iniciativa 4, não executada, diz respeito a realização de cursos no âmbito do Residência Agrária, projeto dentro do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Foi relatado nos relatórios SIOP que essa iniciativa não foi executada em razão dos cortes orçamentários sofridos, sendo redução de 17,8% em 2016, 63,6% em 2017, 90,1% em 2018 e 80% em 2019 do orçamento do PRONERA. Assim, a meta não foi plenamente alcançada devido a esses contingenciamentos. Não há como uma política ter continuidade sem recursos financeiros para a sua execução.

Tabela 34

Meta 18 - Ampliar a formação da juventude em agroecologia e sua participação em processos de educação, produção, gestão e comercialização de produtos orgânicos e de base agroecológica e da sociobiodiversidade, visando sua emancipação, permanência e autonomia e contribuindo para a sucessão rural, com atendimento de, pelo menos, 50% de mulheres.

Iniciativa 1 - Apoiar a contratação de 50 projetos de desenvolvimento da juventude rural por meio de suas associações e cooperativas, com foco em agroecologia e produção orgânica

Iniciativa 4 - Instituir o Programa de Formação Agroecológica e Cidadã, beneficiando 20 mil jovens rurais.

No que se refere à iniciativa 1 não foi encontrado o número de projetos apoiados, sendo mencionado o ProcoopJovem - Programa de Estímulo e Promoção do Cooperativismo para a Juventude, mas também sem quantificações. O Governo Federal lançou em 3 de maio de 2016 o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural (Decreto 8.736/2016) que possuía entre suas metas e iniciativas o Programa de Formação Agroecológica e Cidadã que entra em fase de conclusão em 2018, alcançando um público de 9.600 jovens rurais, dentro de uma meta de atendimento a 20.000 jovens. O Programa foi encerrado em 2019, conforme já estava previsto.

Devido à diminuição na equipe de servidores/as responsáveis pela implementação do Programa, bem como das dificuldades orçamentárias da SEAD e dos demais Ministérios que



Escola Nacional de Administração Pública

integram o Plano, as ações sob responsabilidade da SEAD/INCRA que demandaram redesenho ou nova formulação, bem como a articulação com os demais órgãos para o cumprimento de suas metas, tiveram sua execução comprometidas. Em 2019, com a ampla reforma administrativa realizada pelo Governo Federal, a SEAD foi incorporada pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Programa de Formação Agroecológica e Cidadã foi encerrado. A juventude rural continua sendo foco para o Governo e foi criado o Programa de Residência Profissional Agrícola que estabelece parcerias com instituições de ensino para apoiar e qualificar os jovens agricultores estudantes ou recém egressos nas áreas de Ciências Agrárias e afins, tendo acesso ao bolsa-auxílio para realização de residência na propriedade rural, oportunizando o acesso para os agricultores familiares as políticas públicas que priorizem o desenvolvimento do campo. O foco é a integração da teoria das universidades com a prática nas unidades residentes, incentivando a sucessão rural e a inserção no mercado de trabalho. A meta do programa é atender pelo menos 2.000 jovens até 2021.

Tabela 35

Meta 19 - Implementar estratégias de socialização do conhecimento e comunicação, com vistas à ampla disseminação da agroecologia e da produção orgânica e à divulgação de seus benefícios ambientais, sociais e à saúde, frente ao público específico da política e à sociedade em geral.

Iniciativa 2 - Revisar, organizar e publicar resultados de levantamento relativo aos aspectos botânico-ecológicos e das diferentes possibilidades de uso de espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial das Regiões Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Norte do país.

Iniciativa 4 - Elaborar e divulgar a versão revisada do Marco Referencial de Agroecologia da EMBRAPA.

Iniciativa 5 - Realizar 160 eventos de pesquisa, intercâmbio e construção do conhecimento em agroecologia, produção orgânica e áreas correlatas, que contribuam para o processo de internalização do tema na EMBRAPA, de forma integrada com ensino, ATER e agricultores/as familiares, povos e comunidades tradicionais.

A iniciativa 2 diz respeito a publicação de resultados de levantamento relativo aos aspectos botânico-ecológicos e das diferentes possibilidades de uso de espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial das Regiões Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Norte do país. Apenas o livro "Espécies Nativas da Flora Brasileira de Valor Econômico Atual ou Potencial - Plantas para o Futuro" - Centro-Oeste foi publicado. O livro "Espécies Nativas da Flora Brasileira de Valor Econômico Atual ou Potencial - Plantas para o Futuro" – Região Sul foi publicado durante o PLANAPO I. O marco referencial de agroecologia não foi revisado e não foi encontrada a quantidade de eventos de pesquisa realizados.

2.3 Eixo 4 – Comercialização e Consumo

O quarto eixo do PLANAPO II possui apenas um objetivo e uma meta a ele vinculada. O quarto objetivo é: “Fortalecer a comercialização dos produtos orgânicos, de base agroecológica e da sociobiodiversidade nos mercados locais, regionais, nacional, internacional e nas compras públicas e promover a ampliação do consumo de tais produtos.” Para mais informações sobre esse objetivo ver Anexo J.

Tabela 36

Meta 20 – Promover a comercialização e o consumo de produtos orgânicos, de base agroecológica e da sociobiodiversidade.

Iniciativa 1 - Garantir, até 2019, pelo menos 5% dos recursos aplicados anualmente pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para aquisições de alimentos orgânicos, da sociobiodiversidade e de base agroecológica.

Iniciativa 7 - Incentivar a estruturação de 40 feiras, redes e/ou centrais de comercialização locais e regionais para beneficiários do PNRA.

Iniciativa 8 - Fortalecer e agilizar o reconhecimento de equivalência de regulamentos e procedimentos relacionados à garantia da qualidade orgânica, com outros países, prioritariamente com os da América Latina.

Iniciativa 14 - Propiciar a participação de agricultores familiares beneficiários de projetos apoiados por meio da parceria entre SEAD/CC/PR e o movimento "Slow Food", relativos à sociobiodiversidade, em feiras e eventos.

A iniciativa 1 diz respeito ao PAA. No decorrer dos anos o maior percentual investido para aquisição de orgânicos foi de 2,5% na modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS) em 2017. Segue o desafio de aumentar esse valor, visto que no primeiro Plano esse percentual também não foi alcançado. Os percentuais ficaram em 2% em 2016 e 2,5% em 2017. A iniciativa 7 propõe a estruturação de 40 feiras. Em pesquisas foram encontradas a realização de várias feiras de produtos da Reforma Agrária, no entanto não foi possível quantificá-las. Estas feiras são relevantes para promover esses produtos e, também, seus produtores, visto que ainda há muito preconceito com os movimentos sociais da terra.

Apenas um regulamento de equivalência foi firmado com o Chile. Assim, a iniciativa 8 que previa 3 regulamentos, teve um alcance de apenas 33%. Por fim, a iniciativa 14 não obteve alcance significativo da meta – participação em 10 eventos. Foram encontradas informações referentes a 3 feiras: Ação Slow Fish na Feira com Eudes Assis por Slow Food Saudável Mente/SP - 2016, Chef na Feira, na Feira do Modelódromo do Ibirapuera (São Paulo/SP) - 2016 e Festival Comida de Verdade no centro de São Paulo em defesa da Feira do MST - 2019.

2.4 Eixo 5 – Terra e Território

O eixo 5 foi uma inovação no PLANAPO II. Era uma demanda dos atores envolvidos na construção da Política e dos Planos que houvesse um eixo específico para tratar das discussões envolvidas com reforma agrária e reconhecimento de territórios. Assim, o quinto objetivo do segundo Plano é: “Garantir o acesso à terra e a territórios, como forma de promover o etnodesenvolvimento dos povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e assentados da reforma agrária.” Esse objetivo possui 3 metas. Para mais informações, consultar o Anexo K.

Tabela 37

Meta 21 – Ampliar e assegurar o acesso à terra e aos territórios, promovendo a regularização fundiária e garantindo os direitos territoriais e de acesso aos recursos naturais aos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e assentados/as da reforma agrária.

Iniciativa 7 - Assentar 120.000 famílias em projetos de assentamentos de reforma agrária, com o fim de assegurar a adoção de práticas agroecológicas, priorizando projetos ambientalmente diferenciados.

Iniciativa 10 - Garantir a destinação de 5% dos novos lotes da reforma agrária para a juventude rural.

Em 2016 o INCRA assentou 1.686 famílias, em 2017, 7.819 e em 2019, 5.409 famílias. No total, durante os anos do segundo Plano, 14.914 famílias foram assentadas. Valor muito abaixo da meta proposta de 120.000. De acordo com o Painel de Assentamentos do INCRA com última atualização em dezembro de 2017, são 972.289 famílias assentadas, confirmando os esforços da autarquia.

IPEA, 2019 destacou que:

“No início de 2019, foi assinado um memorando-circular no INCRA determinando “o sobrestamento de todos os processos de aquisição, desapropriação, adjudicação ou outra forma de obtenção de terras”. O motivo da paralisação dos processos ocorreu devido à “recente mudança organizacional na Estrutura Regimental do INCRA, bem como sua vinculação ao MAPA, além de novas diretrizes adotadas pelo novo governo no tocante ao processo de reforma agrária e demais ações pertinentes à autarquia”. Cita-se, por exemplo, que a regularização de áreas quilombolas, até então feita pelo INCRA, seria transferida para o MAPA, o mesmo que até maio ficou responsável por identificar, demarcar e delimitar áreas indígenas – a FUNAI, no final de maio, voltou para o Ministério da Justiça após aprovação da Medida Provisória 870 de 1º de janeiro de 2019.”

Novamente a reestruturação proposta pela MP 870 aparece obstaculizando o alcance de iniciativas do PLANAPO II.

Quanto à garantia de 5% dos lotes da reforma agrária para a juventude rural, a Instrução Normativa nº 98/2019, editada em dezembro de 2019 atribuiu novo critério “filhos que residam no mesmo projeto dos pais assentados – FRA”, aplicado para a unidade familiar que contenha filho com idade entre dezoito e vinte e nove anos e cujo pai ou mãe seja assentado residente na mesma

área do projeto de assentamento para o qual se destina a seleção, atribuindo-se dez pontos. Esse critério promoverá resultados para a juventude rural, em percentuais a serem conhecidos em 2020. Assim, a iniciativa ainda será monitorada para avaliar seus resultados.

A meta 22 “Fortalecer a gestão compartilhada dos territórios” possui 6 iniciativas das quais 4 foram plenamente executadas e duas sem informação. Cabe destacar o excelente resultado da ampliação do número de Unidades de Conservação Federais (UCs) com plano de manejo e conselho gestor. Os planos de manejo são instrumentos que norteiam as atividades a serem desenvolvidas dentro das UCs. É um planejamento de área e seu entorno e os possíveis usos pelas comunidades. Já o conselho gestor é responsável pela gestão da UC, compatibilizando demandas das comunidades que vivem nos arredores da UC e a sua razão de ser.

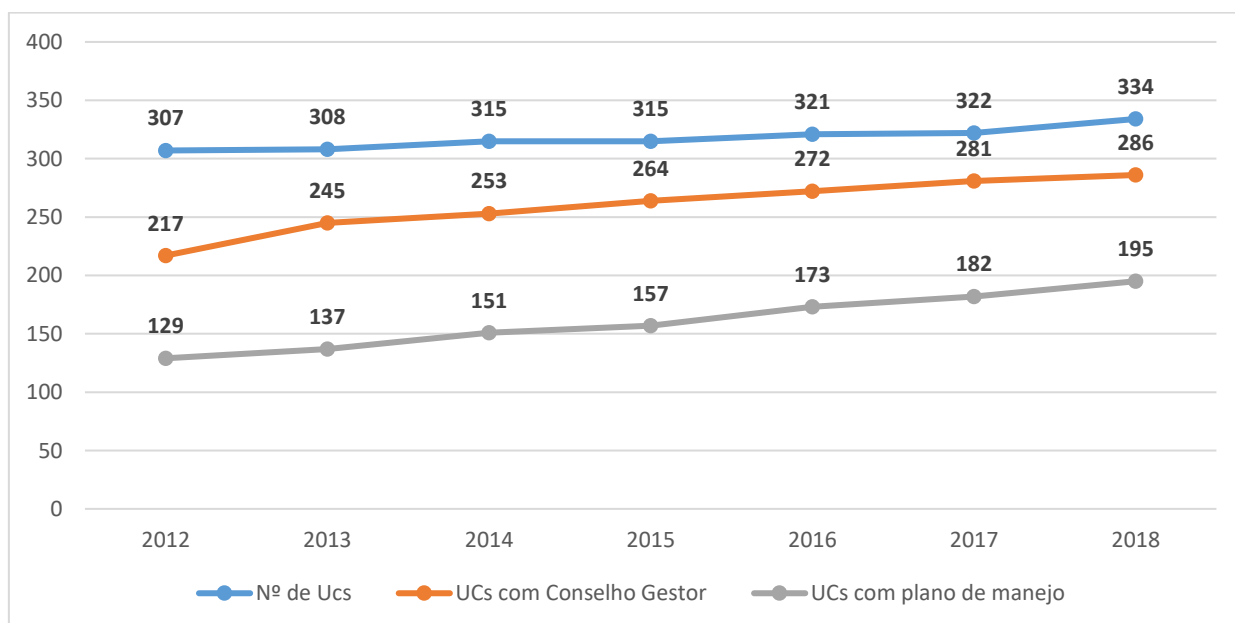
As metas propostas eram:

- Iniciativa 1 - Ampliar de 155 para 185 as Unidades de Conservação Federais dotadas de plano de manejo; e
- Iniciativa 2 - Aumentar de 265 para 283 o número de Unidades de Conservação Federais com Conselhos Gestores criados.

Até o fim do PLANAPO II, 195 Unidades de Conservação Federais tinham plano de manejo e 286 tinham Conselho Gestor.

Figura 5

Evolução do número de Unidades de Conservação Federais com Plano de Manejo e com Conselho Gestor (2012-2018)



Fonte: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO: Linha histórica e dados referenciais. Relatório de Pesquisa. IPEA, 2019 (com alterações)

A última meta desse objetivo é a vigésima terceira do Plano: “Consolidar assentamentos da reforma agrária, unidades de conservação de uso sustentável, territórios de povos e comunidades tradicionais e povos indígenas como áreas prioritárias para a promoção da produção orgânica e de base agroecológica.” As três iniciativas ligadas a essa meta foram plenamente executadas.

2.5 Eixo 6 – Sociobiodiversidade

O Eixo 6, assim como o 5, são novidades do PLANAPO II. O sexto objetivo ligado a este Eixo é: “Promover o reconhecimento da identidade sociocultural, o fortalecimento da organização social e a garantia dos direitos de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores/as familiares.” Este objetivo possui três metas. Para mais informações a respeito das iniciativas ligadas a essa meta, ver Anexo L.

A primeira meta relativa a este objetivo é a 24ª do Plano: “Disseminar conhecimentos e informações que demonstrem a importância da sociobiodiversidade e da valorização da identidade dos povos indígenas, povos e comunidades.” Esta possui 3 iniciativas, as quais duas foram plenamente executadas e uma sem informação.

A meta 25, também ligada a temática de sociobiodiversidade, é: “Fomentar o uso e a conservação da biodiversidade e a promoção do extrativismo e agroextrativismo sustentável nos biomas brasileiros, a partir dos modos de vida e de práticas de gestão territorial dos povos e comunidades tradicionais.” Essa meta possui 3 iniciativas. A primeira foi parcialmente executada, mas com alcance superior a 50%, a segunda foi plenamente executada e a terceira sem informação.

Tabela 38

Meta 26 – Apoiar e fortalecer a organização social e produtiva de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.

Iniciativa 2 - Formar 100 profissionais de instituições governamentais sobre as especificidades das cadeias de produtos da sociobiodiversidade e dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores/as familiares.

O relatório SIOP não traz informações a respeito da quantidade de profissionais capacitados. Em 2018, com auxílio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no âmbito do Projeto BRA/08/012, fomentado em parte com recursos da Ação Orçamentária 20VQ, foi executado o processo de *Joint Operations Facility* - JOF-0176-31008/2017, o qual realizou capacitações para o fortalecimento das organizações sociais e das atividades produtivas e/ou econômicas sustentáveis de comunidades tradicionais beneficiárias das Reservas Extrativistas Federais nos estados do Maranhão, Piauí e Tocantins.

Ainda no Eixo 6, o Objetivo 7: “Apoiar a produção, beneficiamento, armazenamento, distribuição e comercialização dos produtos da sociobiodiversidade e ampliar sua visibilidade e consumo.” Este contou com três metas. Para maiores detalhamentos quanto às metas e iniciativas deste objetivo, consultar o Anexo M.

A vigésima sétima iniciativa do PLANAPO II é: “Aprimorar e ampliar a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater) e a formação profissional dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores/as familiares.” Esta meta possui 6 iniciativas, das quais 3 foram plenamente executadas e 3 sem informação.

Cabe ressaltar algumas iniciativas dessa meta. A iniciativa 1 previa a emissão de 100.683 Documentos de Aptidão ao PRONAF (DAP) para povos indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs). 221.612 DAPs foram emitidos entre 2016 e 2018, uma extrapolação da meta em 220%.

Tabela 39

Evolução do número de DAPs emitidos para PCTs

Ano	Extrativista		Indígena		Pescador		Quilombola		Total PCTs		Total Geral de DAPs emitidas
2013	21.003	2%	13.496	1%	61.050	4%	13.940	1%	109.489	8%	1.387.527
2014	31.923	3%	16.923	1%	50.858	4%	11.290	1%	110.994	9%	1.200.503
2015	13.878	2%	7.820	1%	32.322	4%	6.453	1%	60.473	7%	870.204
2016	13.271	1%	7.918	1%	22.832	2%	11.333	1%	55.354	6%	942.101
2017	17.711	1%	11.904	1%	31.045	2%	17.471	1%	78.131	6%	1.275.424
2018	19.689	1%	16.541	1%	29.162	2%	22.735	2%	88.127	7%	1.315.125
Total Geral	117.475	-	74.602	-	227.269	-	83.222	-	502.568	-	6.990.884

Fonte: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO: Linha histórica e dados referenciais. Relatório de Pesquisa. IPEA, 2019

Tabela 40

Meta 28 – Aperfeiçoar a infraestrutura de beneficiamento e distribuição dos produtos da sociobiodiversidade.

Iniciativa 2 - Realizar estudos sobre a viabilidade das Câmaras Técnicas de Comercialização Estaduais em atuar como alternativa para a logística de armazenamento e escoamento da produção proveniente de territórios de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores/as familiares e disseminar estas informações.

A iniciativa 2 não foi executada por falta de recursos financeiros. Conforme já mencionado, o corte de recursos facilita a descontinuidade das iniciativas da Política.

A última meta do PLANAPO II, a vigésima nona, é: “Ampliar a inserção dos produtos da sociobiodiversidade nos mercados institucionais e mercados diferenciados locais, regionais e

internacionais, e incentivar o consumo sustentável dos produtos da sociobiodiversidade.” As iniciativas relacionadas a essa meta obtiveram excelentes resultados, sendo sete iniciativas plenamente executadas, uma parcialmente e duas sem informação.

3. Análise Comparada dos PLANAPOs I e II

Foi observado que várias iniciativas não executadas ou parcialmente executadas com alcance inferior à 50% tiveram como razão a descontinuidade administrativa em todos os seus vieses. Algumas de origem institucional (burocracias internas, reduzido número de pessoal, contingenciamento de recursos), outras de origem ambiental (cenário econômico desfavorável, mudança de governo) e outras de origem política (não priorização da agenda, alterações orgânico-estruturais), além de imprecisões na construção da política (planejamento físico-financeiro divergente, falta de priorização das metas e iniciativas).

No PLANAPO I as principais razões para as iniciativas não serem alcançadas foram:

- Dificuldade de articulação entre instituições;
- Dificuldade na operacionalização do PRONAF;
- Crise econômica;
- Alto nível de exigências burocráticas;
- Prioridades da agenda política – ensejos políticos pessoais direcionados a um setor da população ou da indústria e comércio, em detrimento das demandas da sociedade;
- Reduzido número de pessoal;
- Contingenciamento de recursos;
- Dificuldade de acesso da Política em determinadas regiões do país; e
- Mudanças internas nos órgãos.

Já o PLANAPO II, obteve as seguintes razões (algumas são iguais às do primeiro Plano, porém serão repetidas com vistas a salientar a continuidade do problema durante os anos):

- Prioridades da agenda política – ensejos políticos pessoais direcionados a um setor da população ou da indústria e comércio em detrimento das demandas da sociedade;
- Contingenciamento de recursos;
- Instabilidade política com o impeachment da Presidente em 2016;
- Crise econômica;
- Extinção do MDA em 2016 (iniciativas articuladas com esse órgão tenderam a não serem executadas ou terem execuções aquém da meta);

- Reforma Administrativa realizada pela Medida Provisória 870 de janeiro de 2019, reestruturou Ministérios e extinguiu pastas e vinculação a outras – SEAD, SFB, INCRA – vinculados ao MAPA, tiveram suas atribuições diluídas, funções redistribuídas e orçamentos compartilhados, resultando no enfraquecimento de suas agendas;
- Reduzido número de pessoal;
- Políticas e Programas cujo lançamento está adstrito à votação de seus Projetos de Lei em alguma das Casas do Congresso;
- Transição de governo (durante os anos de PLANAPO II houve três Presidentes: Dilma Roussef, Michel Temer e Jair Bolsonaro);
- Mudança de cargos de gestão; e
- Extinção da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) e da Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO), colegiados de gestão da PNAPO, além de várias outras comissões, conselhos e câmaras que foram extintos pelo Decreto 9.784/2020.

É possível concluir, então, que a descontinuidade administrativa afetou o alcance das metas propostas pela Política, mas apesar disso, a Política é considerada exitosa, visto que alcançou vários de seus propósitos de existência.

Tabela 41

Resultados PNAPO por execução de iniciativas						
	Plenamente executada	Parcialmente executada		Não executada	Sem informação	Total de iniciativas
		Alcance igual ou maior que 50%	Alcance menor que 50%			
PLANAPO I	51	15	25	23	11	125
PLANAPO II	70	19	29	16	51	185
Total	121	34	54	39	62	310

A PNAPO obteve um percentual de iniciativas plenamente executadas de 39% contra 12,6% de não execução. Impende salientar as iniciativas parcialmente executadas que foram analisadas nesse trabalho: aquelas que obtiveram percentual de alcance de meta menor que 50%, que totalizaram 17,4%. Assim, foi considerado como resultado positivo as plenamente executadas e aquelas cujo alcance foi igual ou maior que 50% (50% das iniciativas) e como resultado negativo as não executadas e aquelas cujo alcance foi menor que 50% (30% das iniciativas).

Destaca-se ainda a dificuldade de encontrar informações a respeito do monitoramento das iniciativas. Apesar do Relatório de balanço do primeiro Plano ter sido publicado, este não contém

de forma pormenorizada os resultados obtidos por meta e iniciativa. O segundo Plano foi ainda mais difícil, visto que não houve publicação de nenhum relatório. Isso é visível ao se comparar a quantidade de iniciativas sem informação nos PLANAPOs (11 no primeiro, 51 no segundo). Assim, 20% das iniciativas não puderam ser analisadas, pois não havia informação sobre elas. Isto dificulta a análise de eficiência da Política. Cabe ainda fazer uma análise de continuidade de algumas metas e iniciativas que foram iniciadas no primeiro Plano e continuadas no segundo.

A. PRONAF

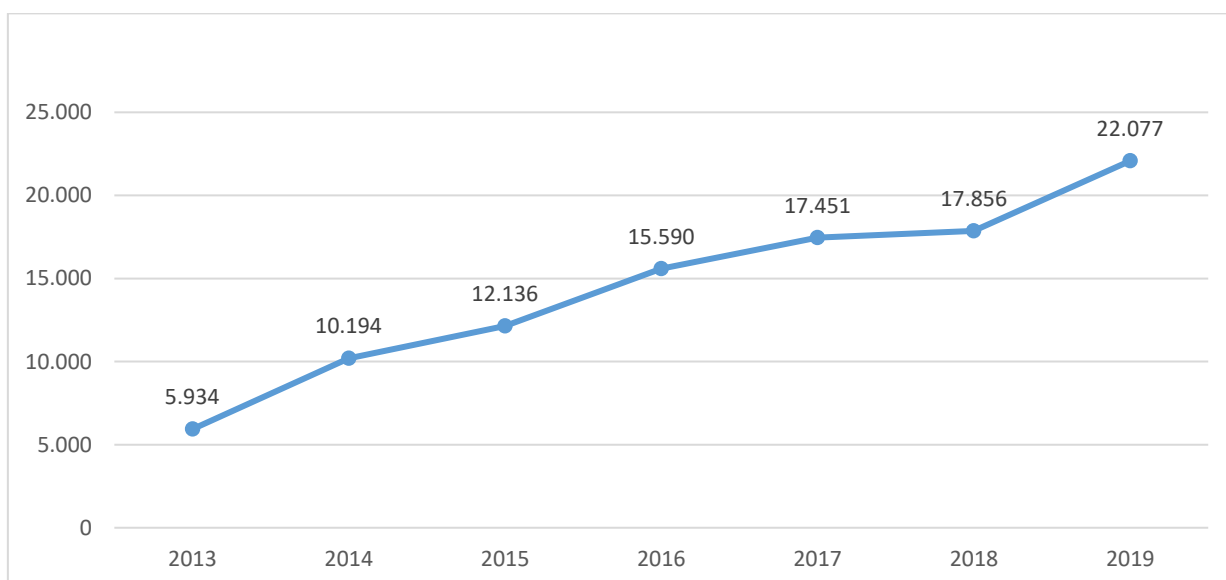
O PRONAF Verde (constituído pelas linhas Agroecologia, Semiárido, Floresta e ECO) obteve 107.248 contratos no segundo Plano, enquanto o primeiro obteve 20.826, um aumento de 515%. Já quanto aos valores aplicados, o primeiro Plano aplicou R\$ 130.806.054,28, já o segundo aplicou R\$ 753.346.131,58, um aumento de 576%. Ou seja, o alcance dessa política de crédito aumentou bastante do primeiro para o segundo PLANAPO, inclusive os valores aplicados, demonstrando a eficiência da política em melhorar o acesso a essa linha de crédito rural.

B. Quantidade de unidades de produção orgânica

Durante os anos de existência da PNPO e seus Planos, a quantidade de unidades de produção orgânica aumentou, demonstrando eficiência nas iniciativas em provocar o alcance dessa meta.

Figura 6

Evolução do número de produtores orgânicos incluídos no CNPO (2013-2019)



Fonte: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO: Linha histórica e dados referenciais. Relatório de Pesquisa. IPEA, 2019 (com alterações).

C. PRONARA

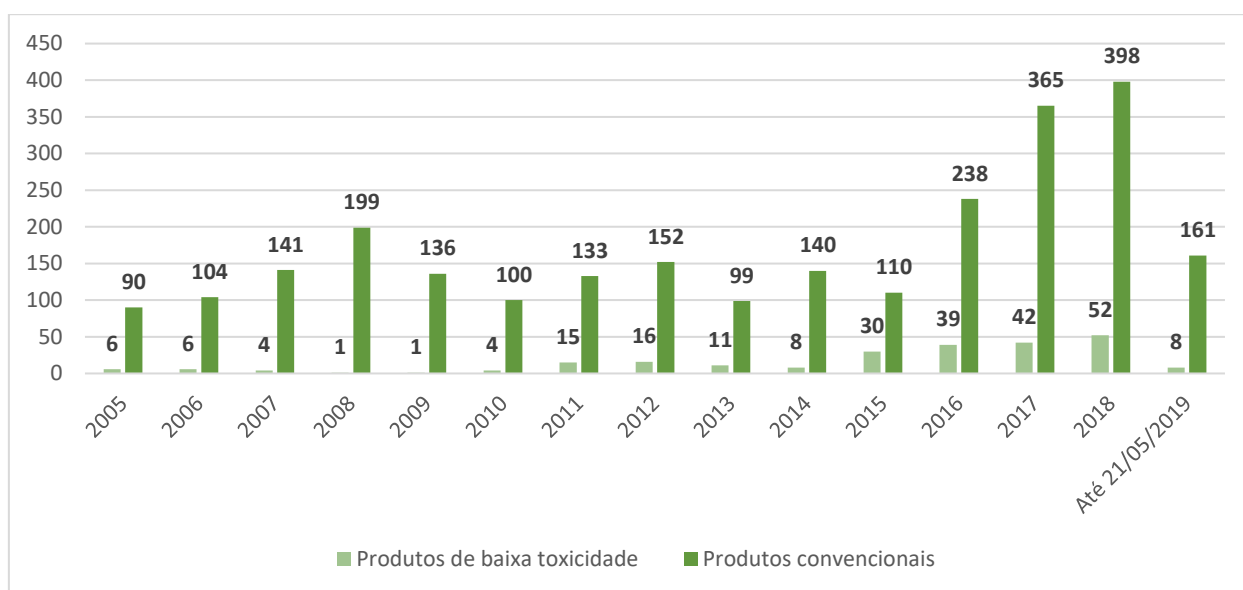
A meta 5 do PLANAPO I e a meta 7 do PLANAPO II se referem à criação do Programa Nacional de Redução do uso de Agrotóxicos (PRONARA), a qual permanece como um desafio devido ao grande lobby da indústria de defensivos agrícolas no Congresso Nacional. Apesar de ser uma demanda da sociedade - a alimentação mais saudável, com menos resíduos químicos – os atores políticos envolvidos, em clara ação clientelista, congelaram o trâmite do Programa nas Casas Legislativas, impedindo a execução dessa iniciativa.

D. Especificações de referência e registro de produtos fitossanitários para uso na agricultura orgânica

A iniciativa 4 da meta 6 do PLANAPO II vai ao encontro da iniciativa 3 da meta 3 do PLANAPO I em que se almeja elevar a quantidade de especificações de referência para orientação e registro de produtos fitossanitários para uso na agricultura orgânica. 43 especificações de referência foram publicadas, sendo que destas 36 serviram de base para o registro de 125 produtos fitossanitários. Apesar do Decreto 4.074 de 04 de janeiro de 2002 priorizar o registro de produtos de baixa toxicidade e periculosidade, reduzindo o tempo médio entre o pedido de registro e a conclusão do processo, o registro de defensivos convencionais ainda é muito superior, demonstrando o foco principal da agenda de governo, principalmente a partir de 2016, ano do impeachment da Presidente Dilma Rouseff.

Figura 7

Comparativo da evolução do número de registro de produtos convencionais e produtos de baixa toxicidade (2005-2019)



Fonte: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO: Linha histórica e dados referenciais. Relatório de Pesquisa. IPEA, 2019

E. PAA Sementes

O PLANAPO II não conseguiu executar muitos recursos para aquisição de sementes via PAA, tendo uma atuação pior que o primeiro Plano. Este aplicou durante os 3 anos de vigência R\$ 25,4 milhões na aquisição de sementes, enquanto segundo Plano aplicou entre 2016 e 2018 R\$ 11,2 milhões, uma redução de mais de 50%.

Tabela 42

Aquisições de sementes no PAA (2012-2018)

Ano	Execução Total PAA (R\$ milhões)	Execução PAA Sementes (R\$ milhões)	Aquisição de sementes no PAA (%)
2012 ¹	792	13	1,7
2013 ¹	423,1	5,8	1,4
PLANAPO I 2014 ¹	627,8	5,3	0,9
2015	634,7	14,3	2,3
2016	429,8	4	0,9
PLANAPO II 2017	357,4	5	1,4
2018	261	2,2	0,9

¹ Em 2012, 2013 e 2014 não existia a modalidade PAA Sementes, as sementes eram adquiridas na modalidade Compra com Doação Simultânea.

Fonte: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO: Linha histórica e dados referenciais. Relatório de Pesquisa. IPEA, 2019

F. Programa Segunda Água

A meta 12 do PLANAPO II é continuidade da meta 2, iniciativa 7 do PLANAPO I. Em ambos Planos o Programa Segunda Água foi destacado, visto a relevância do acesso a água para a produção. No total, de 2013 a 2017 foram implantadas 171.292 tecnologias sociais por meio deste Programa.

Tabela 43

Quantidade de cisternas implantadas por meio do Segunda Água nos PLANAPOS I e II

Ano	Nº de cisternas implantadas	Valor executado (R\$ milhões)
2013	28.854	280
PLANAPO I 2014	60.780	600
2015	53.502	550
Total	143.136	1.430
2016	17.460	218
PLANAPO II 2017	10.696	3
Total	28.156	221
TOTAL	171.292	1.651

Fonte: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO: Linha histórica e dados referenciais. Relatório de Pesquisa. IPEA, 2019

G. Cadastro Ambiental Rural

Cabe aqui ressaltar o sucesso do Cadastro Ambiental Rural (CAR) durante os quatro anos de PLANAPO II. As iniciativas 6 e 7, que tratam do CAR e do PRA, vão ao encontro da meta 9, iniciativa 8 do PLANAPO I, a qual não foi executada. O número de imóveis cadastrados no CAR já é de 100% e o módulo PRA – Programa de Regularização Ambiental – encontra-se operacionalizado. Segundo o último boletim do SICAR de 31 de janeiro de 2020, mais de 6,4 imóveis rurais, 543 milhões de hectares, já estão cadastrados no sistema. No entanto, a área cadastrada foi superior a 100%, demonstrando a possibilidade de sobreposições dos imóveis, necessitando de uma análise aprofundada. Ressalta-se que, apesar da não execução da iniciativa no primeiro Plano, no segundo, ela foi plenamente executada.

H. Núcleos de Estudos em Agroecologia

A iniciativa 9 da meta 16 do segundo Plano faz referência aos Núcleos de Estudos em Agroecologia e foi uma continuidade da meta 12, iniciativa 5 do primeiro Plano. As duas Chamadas Públicas de apoio aos NEAs, durante a vigência do PLANAPO II, apoiaram 139 projetos em várias regiões do país. No total 375 projetos foram apoiados, fomentando e criando conhecimentos em agroecologia e produção orgânica.

Tabela 44

Número de projetos apoiados por região em cada chamada pública de apoio aos NEAs (2010-2016)

Edital	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
73/2010	7	3	5	8	4
58/2020	12	4	5	12	19
46/2012	6	3	1	8	4
81/2013	23	13	10	22	25
39/2014	3	5	3	6	2
40/2014	5	4	2	8	4
002/2016	14	6	2	10	12
21/2016	24	17	15	21	18
Total	94	55	43	95	88
Percentual	26,30%	15,20%	11,40%	26,30%	24,40%

Fonte: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO: Linha histórica e dados referenciais. Relatório de Pesquisa. IPEA, 2019

I. Estratégia de comunicação

A iniciativa 10 da meta 19, que se refere ao Portal de Agroecologia converge com a meta 12, iniciativa 3 do PLANAPO I, que não foi executada na época. O Portal de Agroecologia foi lançado em 2017, disponibilizando publicações, eventos, materiais informativos etc. Conforme mencionado por IPEA (2019) a intenção é que o portal seja uma ferramenta de comunicação da

PNAPO, não apenas um portal de notícias relacionadas ao tema, indo ao encontro das disposições da Lei de Acesso à Informação (LAI – Lei 12.527/2011) que passou a obrigar os órgãos e as entidades a dar publicidade a informações referentes ao recebimento e à destinação dos recursos públicos por eles geridos.

J. Campanha Nacional para Promoção dos Produtos Orgânicos

A campanha permanente para promoção dos produtos orgânicos é uma iniciativa de sucesso desde o primeiro Plano – iniciativa 5 da meta 14. A Semana do Alimento Orgânico, que ocorre anualmente na última semana de maio, ocorre desde 2005, promovendo o produto orgânico e conscientizando os consumidores sobre os princípios agroecológicos que regem a produção orgânica e a importância do consumo responsável. Cabe salientar que, em 2020, devido às restrições impostas pela pandemia do Corona Vírus, a campanha ocorreu de forma online.

Tabela 45

Números da Campanha Nacional para Promoção dos Produtos Orgânicos (2005 - 2018)															
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Recursos para a Campanha (R\$ mil)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	268	226	246	740
Público atendido (mil)	70	33,5	31,7	51	28,9	20,3	27,7	58	-	-	-	18,5	10,7	12,3	362,6
Unidades da Federação participantes	18	15	21	23	27	-	-	27	20	16	22	26	21	21	-

Fonte: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO: Linha histórica e dados referenciais. Relatório de Pesquisa. IPEA, 2019

K. Programa COOPERAF (Mais Gestão)

O Programa Mais Gestão (iniciativa 9) foi criado em 2012 com o objetivo de fortalecer as organizações da agricultura familiar por meio da qualificação de seus sistemas de gestão. Já o Programa Nacional de Fomento e Fortalecimento do Cooperativismo e Associativismo possui o mesmo objetivo, mas aplicado às cooperativas e associações. Essa iniciativa também estava presente no PLANAPO I, na meta 14, iniciativa 1. O COOPERAF foi criado em 2015 no final do primeiro Plano e seus resultados foram colhidos no segundo. Foram atendidas 1.689 cooperativas/associações, demonstrando a continuidade do Programa entre os dois Planos, revelando sucesso da proposição de uma iniciativa em um Plano para resultados e fortalecimento dela no segundo.

L. ECOFORTE Extrativismo

A iniciativa 1 da meta 26 do PLANAPO II diz respeito ao ECOFORTE Extrativismo o qual não foi previsto no primeiro Plano, mas teve suas ações iniciadas durante sua execução. De um

Plano para o outro a quantidade de propostas apoiadas mais que dobrou, indicando o sucesso dessa iniciativa.

Tabela 46

ECOFORTE Extrativismo – recursos e propostas PLANAPO I e II

Edital	Data	Recursos (R\$ milhões)			Propostas	
		Previstos	Aplicados	Recebidas	Selecionadas	Apoiadas
ECOFORTE Extrativismo Edital 2014/20 (PLANAPO I)	2014	6	4	32	10	10
ECOFORTE Extrativismo Edital 2016/007 (PLANAPO II)	2017	8	12,4	49	23	23

Fonte: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO: Linha histórica e dados referenciais. Relatório de Pesquisa. IPEA, 2019 (com alterações)

Nota-se que a maior parte das iniciativas iniciadas no primeiro Plano e que tiveram continuidade no segundo obtiveram sucesso, demonstrando o êxito da Política e seus Planos, que por serem de médio/longo prazo, solidificam ações no tempo. No entanto, salienta-se que a falta de priorização das ações contempladas pela Política e o superdimensionamento de metas foi um equívoco na sua construção, visto que algumas iniciativas estruturantes deveriam ser priorizadas frente às demais. Também é relevante determinar de forma mais realista as metas a serem atingidas por meio de um diagnóstico inicial do cenário das ações, evitando estimativas altas que dificilmente serão cumpridas, além de uma previsão de recursos, tanto humanos como financeiros, condizentes com essas metas. Além disso, a dificuldade de monitoramento das 310 iniciativas ficou clara, visto a dificuldade em encontrar os resultados. A falta de transparência na execução de uma política pública pode desencadear a sua desconstrução, pois sem a publicidade de seus resultados, a alta gestão pode inferir que a política não está sendo bem sucedida. Por fim, cabe ressaltar que burocracias devem ser minimizadas para que a execução da iniciativa seja tempestiva.

Conforme analisado por Nogueira (2006), Farah (2000) e Spink *et. al* (2001), promoção de parcerias, participação de diversos atores (principalmente da sociedade civil), desenvolvimento de mecanismos institucionais, planejamento com visão de longo prazo, apoio político são fatores que mitigam a descontinuidade administrativa. Observa-se que, a construção da Política de forma participativa reduziu a ingerência política e permitiu a sua continuidade, no entanto, iniciativas que eram contrárias a agenda política e que dependiam de ações do Legislativo (aprovação do PNARA no Congresso Nacional, por exemplo) foram paralisadas, demonstrando que apesar dos esforços das equipes de técnicos e burocratas, não é possível dar continuidade a ações públicas

para melhoria da vida da população sem o apoio dos legisladores e da alta cúpula governamental ratificando que o patrimonialismo e clientelismo da gestão pública permanecem preponderantes.

Por fim, a extinção do MDA e sua posterior dissolução no Ministério da Agricultura, além do SFB e do INCRA, enfraqueceram essas organizações que eram pontos focais no PLANAPO II. Essa alteração organizacional aumentou a quantidade de iniciativas não executadas. Não há como prever, quando do desenho de uma política pública, que um dos órgãos gestores principais, será extinto. Assim como não havia como prever que os colegiados CIAPO e CNAPO seriam extintos. A construção da política levou em consideração a participação social e o planejamento de longo prazo, no entanto o novo governo eliminou a gestão participativa, deixando a continuidade da PNAPO à deriva.

4. Considerações Finais

A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica é uma política que consubstancia várias outras políticas públicas, objetivos, metas e iniciativas relativas à produção orgânica e agroecologia, permeando assuntos como gênero, questão fundiária, crédito rural, sociobiodiversidade, populações e comunidades tradicionais, conhecimentos e saberes rurais sustentáveis, comercialização de produtos etc. Assim, o público alvo é também vasto e dependente de ações públicas para manutenção do seu estilo de cultivo e de vida, para não perecer em contato com as atividades rurais advindas da Revolução Verde.

A continuidade e fortalecimento dessa Política é muito relevante para o enfrentamento de questões como miséria no campo, êxodo rural, disputas por terra e a sustentabilidade ambiental, tão enfatizada por organismos internacionais.

Das 310 iniciativas propostas pelos dois Planos, 50% foram avaliadas positivamente, 30% negativamente e o restante sem informação. A descontinuidade administrativa aparece como razão da não execução ou execução baixa desses 30%, desde cortes orçamentários a extinção de órgãos, demonstrando que a alternância de governo e de gestão afetaram o alcance das iniciativas e metas propostas pela Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, em especial, em seu segundo Plano que ocorreu em meio a instabilidade política ocasionada por Impeachment e novas eleições, sendo que o governo eleito em 2019 rompeu com diretrizes do governo anterior, diluindo pastas governamentais, reduzindo a capacidade de gestão de organizações relevantes à continuidade da Política, além de extinguir seus instrumentos colegiados de gestão (CNAPO e CIAPO). No entanto, os 50% de execução plena ou execução igual e acima de 50% das metas estabelecidas demonstra os esforços dos gestores em dar continuidade à Política que, pela sua

construção participativa e articulada com várias instituições, mitigou os efeitos da descontinuidade administrativa. Os Planos Nacionais de Agroecologia e Produção Orgânica, como instrumentos de execução, foram meios de assegurar a continuidade, pois ações que foram iniciadas no primeiro Plano progrediram no segundo, fortalecendo a Política.

No entanto, houve falhas na concepção da Política de dificultaram tanto a sua execução como a o seu monitoramento. A falta de prioridade entre as iniciativas reduziu a sua execução. Além disso, o grande número de iniciativas dificultou o seu monitoramento o que pode facilitar a desconstrução da política, pois a falta de informações a respeito da sua eficiência pode ser concluída como fracasso.

Conclui-se que apesar da construção da política ter sido feita de forma participativa - com comissões de gestão envolvendo órgãos públicos e sociedade civil, o tema ser de relevância social e atingir o público alvo - a descontinuidade administrativa afetou o alcance das metas propostas, visto que o poder da agenda política se sobressai aos anseios da sociedade e ao teor técnico da PNAPO. Mesmo que as falhas na construção da Política fossem reparadas, a extinção do MDA e sua posterior dissolução no Ministério da Agricultura, além do SFB e do INCRA, enfraqueceram essas organizações e as iniciativas de suas competências, inviabilizando a concretização de várias metas. A extinção da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) e da Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO), institutos de gestão da Política, também a enfraqueceram. Não havia como prever durante a construção da PNAPO que seus principais órgãos gestores seriam extintos por mero Decreto do Executivo. Espera-se que haja articulação entre os entes responsáveis pela PNAPO para a continuidade e fortalecimento desta Política tão relevante para o meio rural brasileiro.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. SP: Edições 70. 2011.

BRASIL. ANVISA. **Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA)**. Relatório das amostras analisadas no período de 2017-2018. Primeiro ciclo do Plano Plurianual 2017-2020. Gerencial Geral de Toxicologia. Brasília, dezembro de 2019. Disponível em: http://portal.anvisa.gov.br/documents/111215/0/Relat%C3%B3rio+%E2%80%93+PARA+2017-2018_Final.pdf/e1d0c988-1e69-4054-9a31-70355109acc9

_____. IPEA. **Avaliação de Políticas Públicas. Guia prático de análise ex ante**. IPEA, Brasília, Presidência da República, 2018. (a)

_____. IPEA. **Avaliação de Políticas Públicas. Guia prático de análise ex post**. IPEA, Brasília, Presidência da República, 2018. (b)

_____. IPEA. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO**. Linha Histórica e Dados Referenciais. Relatório de Pesquisa. IPEA, 2019.

_____. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Assembleia Nacional Constituinte, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm

_____. **Decreto 7.794 de 20 de agosto de 2012**. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7794.htm

_____. **Lei 12.593 de 18 de janeiro de 2012**. Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12593.htm

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Brasil Agroecológico: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO**. Brasília: MDA, 2013.



Escola Nacional de Administração Pública

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Relatório de balanço 2013-2015**. Brasil Agroecológico: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO. Brasília: MDA, 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Brasil Agroecológico: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO 2016-2019**. Brasília: MDA, 2016.

CANAVESI, F. C., MOURA, I. F., SOUZA, C. **Agroecologia nas políticas públicas e promoção da segurança alimentar e nutricional**. Segurança Alimentar e Nutricional., Campinas, v. 23, p. 1019-1030, dez. 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/313779435_Agroecologia_nas_politicas_publicas_e_promocao_da_seguranca_alimentar_e_nutricional

ESTEVAM, D. O. **A contínua descontinuidade administrativa e de políticas públicas**. II Seminário das Ciências Sociais Aplicadas Área 11 – Estado e Políticas Públicas. V.2, n. 2. UNESC, 2010. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/seminariocsa/article/view/1390/0>

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Governo local, políticas públicas e novas formas de gestão pública no Brasil**. Organizações e Sociedade, v.7, n.17, p 59-86, janeiro/abril 2000. Salvador: UFBA/NPGA. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/osoc/v7n17/05.pdf>

GODOY, A. S. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Uma revisão histórica dos principais autores e obras que refletem esta metodologia em Ciências Sociais. Revista de Administração de empresas, v. 35, n.2, p.57-63, mar/abr 1995. São Paulo, 1995.

GREENPEACE, **Pnara é aprovada em Comissão Especial**. 2018. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/vitoria-pnara-e-aprovada-em-comissao-especial/>

HOWLETT, Michael; RAMESH, M. **Studying Public Policy: Policy Cycles and Policy Subsystems**. Ontario, CA: Oxford University Press, 1995.

LONDRES. F. **As sementes da paixão e as políticas de distribuição de sementes na Paraíba**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2014.



Escola Nacional de Administração Pública

MAGNUS, G. **Descontinuidade administrativa do Poder Executivo**: frente ao princípio da supremacia do interesse público sobre o privado. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Orientador: Luiz Eduardo Loppoli Conti. Criciúma, 2011.

NOGUEIRA, F. A. “**Continuidade e Descontinuidade Administrativa em Governos Locais**: Fatores que sustentam a ação pública ao longo dos anos.” 139 f.. Dissertação de Mestrado, apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Orientador: Peter Kevin Spink. São Paulo, 2006.

PIMENTEL, A. **O método da análise documental**: seu uso numa pesquisa historiográfica. Cadernos de Pesquisa, n. 114, p. 179-195. Novembro, 2001.

SAMBUICHI, R. H. R., AVILA, M. L., MOURA, I. F., MATTOS, L. M., SPÍNOLA, P. A. C. Avaliação da execução do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica 2013-2015. In: **A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil**: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: IPEA, 2017.

SCHNEIDER, S. **Situando o desenvolvimento rural no Brasil**: o contexto e as questões em debate. Revista de Economia Política. Vol. 30, nº3 (119), p. 511-531, julho – setembro/2010.

SEAD. **Relatório das políticas, programas, ações e atividades relacionadas à agroecologia e produção sustentável realizadas pela Coordenação-geral de Cooperativismo no biênio 2017-2018**. SEAD, 2018.

SILVA, A. H., FOSSÁ, M. I. T. **Análise de conteúdo**: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. Qualit@s Revista Eletrônica ISSN 1677 4280 Vol.17. No 1 2015.

SOUZA, C. **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura. Sociologias. Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006. p. 20-45. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>

SPINK, P. **Continuidade e descontinuidade em organizações públicas**: um paradoxo democrático. Cadernos FUNDAP. Ano 7, nº 13, p. 57-65. São Paulo, 1987.



Escola Nacional de Administração Pública

SPINK, P., CLEMENTE, R., KEPPKE, R. **Continuidade e descontinuidade administrativa:** uma análise de fatores que contribuem para a manutenção de programas, projetos e atividades públicas de êxito em governos locais brasileiros. Relatório de Pesquisa nº 60/2001. São Paulo: EAESP/FGV/NPP - NÚCLEO DE PESQUISAS E PUBLICAÇÕES, 2001.

TROVATTO, C. M. M., BIANCHINI, V., SOUZA, C., MEDAETS, J. P., RUANO, O. A Construção da política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica: um olhar sobre a gestão do primeiro Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. In: **A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil:** uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: IPEA, 2017.

ZARPELLON, S.C. **Continuidade e descontinuidade administrativa de programas e projetos econômicos e sociais:** um ensaio sobre fatores que contribuem para esse fenômeno na região centro-sul do Paraná, Brasil. In: Anais do CIEPG III CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DE PONTA GROSSA, 2011, Ponta Grossa. Ponta Grossa: UEPG, 2011. v. 1. p. 1-18.

ANEXOS

Anexo A – PLANAPO I

EIXO 1 - PRODUÇÃO

Objetivo 1 – Ampliar e fortalecer a produção, manipulação e processamento de produtos orgânicos e de base agroecológica, tendo como público prioritário agricultores/as familiares, assentados/as da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e suas organizações econômicas, micros e pequenos empreendimentos rurais, cooperativas e associações, considerando também os da agricultura urbana e periurbana.

Meta 1 - Ampliar o número de produtores acessando crédito de custeio e investimento adequados à produção orgânica e de base agroecológica

Iniciativas	Resultados alcançados
Iniciativa 1 - Elaborar 50 planilhas modais com coeficientes técnicos de produção para sistemas orgânicos e de base agroecológica, que darão base à elaboração dos custos para financiamentos de custeio e/ou investimento.	Plenamente executada. Foram elaboradas planilhas modais por cultura específica.
Iniciativa 2 - Ajustar o PRONAF Agroecologia considerando diferencial positivo a bônus de adimplência, prazos e carências, juros, ATER embutida e riscos financeiros.	Plenamente executada – O extinto MDA e o antigo Ministério da Fazenda (MF) fizeram ajustes no PRONAF Agroecologia em relação ao diferencial positivo, como condições de juros mais baixos, prazo de carência longo e bônus por adimplência. Além da criação do PRONAF Produtivo Orientado que permite o pagamento da ATER embutida no financiamento.
Iniciativa 3 - Implantar sistema de acompanhamento da efetivação do crédito rural da agricultura familiar e não familiar de sistemas produção orgânica e de base agroecológica.	Plenamente executada – Extinto MDA e antigo Ministério da Fazenda aperfeiçoaram o Sistema de Operações de Crédito Rural (SICOR) do Banco Central, para identificar as operações de crédito rural relativas à produção orgânica e agroecológica.
Iniciativa 4 - Capacitar 500 técnicos ou funcionários dos agentes financeiros sobre sistemas produção orgânica e de base agroecológica.	Não executada
Iniciativa 5 - Qualificar 1200 técnicos em crédito rural para implantação de sistemas produção orgânica e de base agroecológica, articulado com as Chamadas de ATER.	Parcialmente executada - alcance maior que 50%. Foram capacitados 767 técnicos de ATER, o que corresponde a 63,9% da meta.
Iniciativa 6 - Desenvolver normas e instrumentos de crédito específico para sistemas produção orgânico e de base agroecológica, facilitando o acesso das mulheres e jovens.	Sem informação

Iniciativa 7 - Incluir módulos específicos sobre igualdade de gênero e de juventude e as linhas de financiamento para estes públicos, com foco na produção orgânica e de base agroecológica, nas capacitações dos técnicos ou funcionários dos agentes financeiros. **Plenamente executada.** Em 2014 a Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas (DPMRQ), do extinto MDA, participou de 3 reuniões técnicas, nas quais foram incluídos módulos específicos sobre o acesso de mulheres ao crédito, com destaque para o PRONAF Mulher e PRONAF Agroecologia.

Iniciativa 8 - Capacitar 150 operadores de crédito nas linhas de financiamento específicas para as mulheres e jovens, com foco na produção orgânica e de base agroecológica. **Não executada**

Iniciativa 9 - Capacitar 150 técnicos/as, lideranças e agricultoras sobre linhas de financiamento específicas para as mulheres, com foco na produção orgânica e de base agroecológica. **Plenamente executada.** 960 profissionais e lideranças foram capacitados, representando uma execução de 640% da meta.

Iniciativa 10 - Disponibilizar 5% dos recursos do PRONAF em sistemas orgânicos e de base agroecológica, em modalidades de custeio e investimento. **Parcialmente executada - alcance abaixo de 50%.** Dos R\$ 2,5 bilhões previstos, R\$ 63,1 milhões foram aplicados em 1.973 contratos de crédito, representando 2,5% dos recursos disponibilizados.

Iniciativa 11 - Disponibilizar recursos para custeio e investimento, com condições diferenciadas, de forma a estimular a conversão para sistemas orgânicos de produção e a ampliação da produção orgânica, por meio das linhas de crédito do Plano Agrícola e Pecuário. **Parcialmente executada - alcance abaixo de 50%.** Dos R\$ 4,5 bilhões disponibilizados, R\$ 9,2 milhões foram executados, representando 0,2% dos recursos disponibilizados.

Iniciativa 12 - Implementar tabelas de referências de custos e preços, com incorporação de serviços socioambientais, adequada aos produtos orgânicos e de base agroecológica no PGPAF. **Não executada**

Iniciativa 13 - Implementar tabelas de referências de preços diferenciados e adequados aos produtos orgânicos e de base agroecológica para incorporação na PGPM. **Não executada**

Iniciativa 14 - Criar um Cadastro de entidades e organizações do campo da agroecologia e da produção orgânica para acesso à PNAPO. **Não executada**

Meta 2 - Apoiar pelo menos 30 redes voltadas à articulação e fortalecimento da produção, processamento, certificação e comercialização de produtos orgânicos e de base agroecológica

Iniciativas

Resultados alcançados

- Iniciativa 1 - Levantar as normas e realizar parcerias para incentivar o direcionamento dos fundos existentes para iniciativas da sociedade civil de promoção de agroecologia e produção orgânica. Sem informação
- Iniciativa 2 - Financiar 10 projetos para fomento à agroindustrialização, à comercialização e atividades pluriativas solidárias para organizações de agricultores/as familiares, assentados/as da RA, PCTs, jovens e mulheres, por meio do Programa TERRA FORTE. **Parcialmente executada - alcance abaixo de 50%.** Para essa ação foram apresentadas 256 propostas, das quais apenas 32 foram habilitadas a concorrer ao edital. Destas apenas 6 foram aprovadas, mas apenas 3 foram contratadas até o final de 2015.
- Iniciativa 3 - Apoiar 30 redes de agroecologia, produção orgânica e extrativismo, assegurando meios para fomentar as dinâmicas sociais e de redes relacionadas às atividades do PLANAPO e recursos para investimentos, por meio do Programa ECOFORTE. Plenamente executada. Foram atendidas 28 redes pelo Programa ECOFORTE Redes. Por pressão da sociedade civil e em articulação com o MMA e ICMBio foi lançado o ECOFORTE Extrativismo que selecionou 10 propostas. Assim, a meta foi extrapolada, representando execução de 126,6%
- Iniciativa 4 - Financiar 350 projetos para fomento à agroindustrialização, à comercialização e atividades pluriativas solidárias para organizações que acessaram PNAE, PAA e PGPMBio, por meio do Programa ECOFORTE. Plenamente executada. Por meio de dois editais lançados pela CONAB/BNDES foram selecionados 393 projetos beneficiando agricultores familiar pela melhor estruturação de seus empreendimentos, via aquisição de equipamentos de processamento, transporte e melhoria da estrutura de armazenamento da produção.
- Iniciativa 5 - Apoiar 100 cooperativas e associações integrantes das redes selecionadas na execução de empreendimentos de produção orgânica, de base agroecológica e extrativista com recursos para investimentos e tecnologias sociais, por meio do Programa ECOFORTE. **Não executada**
- Iniciativa 6 - Garantir que pelo menos 30% dos projetos para fomento à agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas solidárias sejam para mulheres. Sem informação
- Iniciativa 7 - Implantar 60.000 unidades de tecnologias sociais de acesso à água para produção de alimentos (Segunda Água) em unidades de produção orgânica e de base agroecológica. Plenamente executada. Foram implementadas mais de 143 mil cisternas com a aplicação de R\$1,4 bilhão, o que representa 238% de execução. O alto desempenho deve-se à priorização do tema na agenda de governo, sendo meta específica do Plano Brasil Sem Miséria, além da simplificação do processo de execução do Programa após a promulgação da Lei 12.873/2013 e do Decreto 8.038/2013.

Meta 3 - Criar meios que propiciem a facilitação do registro de pelo menos 50 tipos diferentes de produtos fitossanitários para uso na produção orgânica

Iniciativas	Resultados alcançados
Iniciativa 1 - Contratar 400 estudos e testes voltados ao estabelecimento de especificações de referência para viabilizar o registro simplificado de produtos fitossanitários com uso aprovado para agricultura orgânica.	Parcialmente executada - alcance abaixo de 50%. Ao final dos 3 anos do Plano, apesar da previsão financeira de R\$ 9 milhões, apenas R\$ 2,2 milhões foram aplicados, portanto as pesquisas não foram concluídas.
Iniciativa 2 - Contratar projetos para identificação, desenvolvimento e validação de 20 produtos fitossanitários com uso aprovado para agricultura orgânica e 20 tecnologias voltadas à produção e armazenamento de produtos fitossanitários pelos agricultores/as.	Sem informação
Iniciativa 3 - Regulamentar 50 especificações de referência, para orientação da produção e registro simplificado, de produtos fitossanitários para uso na produção orgânica.	Parcialmente executada - alcance maior que 50%. 27 especificações de referência foram regulamentadas. Com base nessas especificações foram registrados, entre 2012-2015, 50 produtos fitossanitários com uso aprovado para a agricultura orgânica.

Meta 4 - Ajustar, criar e publicar 15 regulamentos técnicos e realizar projetos de pesquisa relacionados à disponibilização e uso de insumos de forma a facilitar e estimular à produção orgânica e de base agroecológica.

Iniciativas	Resultados alcançados
Iniciativa 1 - Ajustar e publicar pelo menos 5 regulamentos diretamente relacionados à produção de insumos destinados a produção orgânica e de base agroecológica.	Parcialmente executada - alcance menor que 50%. Foram publicados três regulamentos.
Iniciativa 2 - Ajustar e publicar pelo menos 10 regulamentos diretamente relacionados à produção orgânica ou a produtos e processos importantes para o setor.	Parcialmente executada - alcance menor que 50%. Foram publicados três regulamentos, quais sejam: IN nº 17, que atualiza os regulamentos da produção animal e da produção vegetal; IN nº 18 que institui o selo único e oficial do Sistema Brasileiro De Avaliação da Conformidade Orgânica; e a IN nº 13 que reestrutura a composição e as atribuições da Subcomissão Temática da Produção Orgânica e das Comissões da Produção Orgânica nas Unidades da Federação.

Iniciativa 3 - Contratar projetos para identificar/validar/avaliar/caracterizar variedades de sementes apropriadas à produção orgânica e de base agroecológica e disponibilizar tecnologias alternativas para conservação de sementes e controle de pragas, que sejam adequadas aos sistemas orgânicos de produção, que não causem danos à saúde e ao meio ambiente. **Parcialmente executada - alcance menor que 50%.** A meta desta iniciativa era contratar no mínimo 10 e no máximo 26 projetos. Foram contratados 9 projetos até 2015.

Iniciativa 4 - Contratar projetos para identificação, desenvolvimento e validação de 10 tecnologias voltadas à descontaminação de produtos ou matérias primas utilizadas na nutrição de plantas e fertilidade dos solos. **Parcialmente executada - alcance menor que 50%.** Foi contratado apenas 1 projeto.

Iniciativa 5 - Contratar 4 projetos para identificação de fontes alternativas alimentares apropriadas para animais em sistemas orgânicos de produção ou de base agroecológica. **Parcialmente executada - alcance igual a 50%.** Foram contratados 2 projetos.

Meta 5 - Criar um programa nacional para a redução do uso de agrotóxicos.

Iniciativas	Resultados alcançados
Iniciativa 1 - Criar Grupo de Trabalho na CNAPO para o desenvolvimento de Programa Nacional para Redução do Uso de Agrotóxicos.	Plenamente executada. Ainda em 2013 foi criado o Grupo de Trabalho "GT Agrotóxicos" que contava com representantes do governo e da sociedade civil. Em 2014 a proposta do PRONARA foi fechada, ficando a cargo do Governo Federal sua aprovação, no entanto o Programa ainda não foi lançado, pois o MAPA não concordou em ratificá-lo.
Iniciativa 2 - Fomentar a elaboração e implementação de planos de vigilância em saúde de populações expostas aos agrotóxicos, nas 27 UFs.	Plenamente executada. Foram implantados Sistemas de Vigilância em Saúde de Populações Expostas aos Agrotóxicos (VSPEA) nas 27 UFs.
Iniciativa 3 - Revisar a legislação da aviação agrícola e de agrotóxicos ampliando os mecanismos de controle considerando o grau de risco dos produtos utilizados e da situação da ocupação territorial e ambiental da área de uso.	Não executada. Uma comissão chegou a ser formada dentro do MAPA apenas em dezembro de 2015, portanto nenhum trabalho foi realizado até o fim do Plano.
Iniciativa 4 - Elaborar Diretriz Nacional com orientações técnicas para o monitoramento de agrotóxicos na água para consumo humano.	Plenamente executada. O Ministério da Saúde publicou o documento "Orientações técnicas para o monitoramento de agrotóxicos na água para consumo humano" que trata dos procedimentos para implantação e implementação do monitoramento de agrotóxicos na água para consumo humano.



Escola Nacional de Administração Pública

Iniciativa 5 - Realizar estudo para subsidiar a revisão dos níveis toleráveis de agrotóxicos descritos no padrão de potabilidade da água de consumo humano.

Não executada. O Ministério da Saúde realizou uma chamada pública para seleção de projetos de pesquisa, porém não recebeu nenhuma proposta. O Ministério decidiu contratar diretamente a Universidade Federal de Viçosa, mas até o encerramento do Plano a contratação não havia sido concluída.

Iniciativa 6 - Publicar anualmente dados de monitoramento de agrotóxicos na água para consumo humano pelo Controle e Vigilância da qualidade da água.

Plenamente executada. Foram publicados boletins anuais com dados do monitoramento de agrotóxicos na água para consumo humano nos anos de 2011 a 2014.

Iniciativa 7 - Criar lista de agrotóxicos prioritários para reavaliação de suas autorizações para uso no Brasil, que passará a ser referência para definição de priorização de pesquisas e agilização de registros de produtos alternativos.

Não executada. A Anvisa listou 16 agrotóxicos a serem reavaliados, dos quais 8 foram concluídas e as demais em andamento. No entanto nenhuma lista foi publicada e nenhuma pesquisa foi realizada para a substituição deles.

Meta 6 - Alcançar 50.000 unidades de produção adequadas aos regulamentos brasileiros para a produção orgânica.

Iniciativas	Resultados alcançados
Iniciativa 1 - Consolidar e garantir o funcionamento de uma Comissão da Produção Orgânica – CPOrg, em cada uma das 27 unidades da federação.	Parcialmente executada - alcance acima de 50%. Foram estruturadas 22 CPOrgs, restando concluir a estruturação das CPOrgs nos estados do Amapá, Rondônia, Mato Grosso, São Paulo e Santa Catarina.
Iniciativa 2 - Promover à qualificação de 2.000 técnicos e 182.000 agricultores/as e extrativistas sobre os procedimentos necessários à regularização no âmbito de legislação de orgânicos, articulado com as Chamadas de ATER no PLANAPO.	Parcialmente executada - alcance abaixo de 50%. Foram qualificados 52.779 técnicos e agricultores. Houve dificuldade em monitorar a atividade separando as categorias, no entanto, em 2015 houve melhora substancial no monitoramento, tendo encerrado o ano com 26.733 pessoas capacitadas, das quais 7.722 técnicos e 19.011 agricultores.
Iniciativa 3 - Apoiar a organização de pelo menos 1000 grupos de produtores orgânicos para a utilização de mecanismos de controle social para a garantia da qualidade orgânica.	Parcialmente executada - alcance abaixo de 50%. Poucos organismos de controle social foram criados, sendo 97 Organizações de Controle Social (OCS), e 4 Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade Orgânica (SPGs). Ainda o número de grupos de agricultores familiares inseridos em processos de venda direta aumentou de 163 para 260. O número total de agricultores inseridos em mecanismos de controle social (OCS ou SPG) passou de 3.835 para 6.772.
Iniciativa 4 - Aplicar os mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica em 28.000 unidades de produção.	Parcialmente executada - alcance abaixo de 50%. O ano de 2015 se encerrou com 13.916 Unidades de Produção Orgânica atuando por meio de mecanismos de controle previstos da legislação brasileira.



Anexo B - PLANAPO I

EIXO 1 - PRODUÇÃO

Objetivo 2 – Reconhecer e valorizar o protagonismo das mulheres na produção orgânica e de base agroecológica, fortalecendo sua autonomia econômica.

Meta 7 - Ampliar ações de fortalecimento da produção orgânica e de base agroecológica para 4.000 mulheres por meio do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais.

Iniciativas	Resultados alcançados
Iniciativa 1 - Promover ATER específica para 4 mil mulheres com foco na sociobiodiversidade, agroecologia e produção orgânica.	Plenamente executada. Por meio de chamadas públicas de ATER, 5.200 mulheres foram beneficiadas, superando a meta prevista.
Iniciativa 2 - Apoiar 100 grupos produtivos de mulheres com enfoque na produção orgânica e de base agroecológica.	Plenamente executada. 512 grupos foram apoiados por meio de 17 projetos para o desenvolvimento de atividades econômicas, beneficiando 5.566 mulheres rurais.
Iniciativa 3 - Realizar 40 atividades formativas para agricultoras e gestores sobre gênero e as políticas públicas estratégicas que integram o PLANAPO.	Plenamente executada. 72 atividades foram realizadas, beneficiando 1223 cursistas entre agricultoras e técnicos(as).
Iniciativa 4 - Promover 4 formações internas para servidores da EMBRAPA sobre gênero e as políticas públicas estratégicas que integram o PLANAPO.	Não executada.
Iniciativa 5 - Formar guardiões de sementes garantindo a participação de no mínimo 50% de mulheres nas atividades de capacitação.	Plenamente executada. Em 2014 foram formados 46 guardiões, sendo 67% mulheres. Em 2015, foram 200 formandos, sendo 50% mulheres.

Fonte: Compilação de análises do Relatório de balanço (2016), Sambuichi *et al.* (2017), IPEA (2019) e Relatórios extraídos do SIOP.

Anexo C - PLANAPO I

EIXO 2 - USO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Objetivo 3 – Promover, ampliar e consolidar processos de acesso, uso sustentável, gestão, manejo, recomposição e conservação dos recursos naturais e ecossistemas em geral.

Meta 8 – Ampliar processos para a produção, manejo, conservação, aquisição e distribuição de recursos genéticos de interesse da agroecologia e da produção orgânica.

Iniciativas	Resultados alcançados
-------------	-----------------------

Iniciativa 1 - Elaborar um mapeamento contínuo de organizações e instituições, redes e de suas iniciativas envolvidas com a conservação de recursos genéticos da agrobiodiversidade, de interesse da agroecologia e da produção orgânica, in situ, ex situ e on farm. Plenamente executada. Por meio do Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas (PROBIO II) as instituições foram mapeadas por biomas, cobrindo todo o território nacional.

Iniciativa 2 - Apoiar a estruturação e fortalecimento de 10 redes locais da sociedade civil voltadas ao resgate, conservação, intercâmbio e uso da agrobiodiversidade e para favorecer a articulação entre si e com as iniciativas governamentais pertinentes ao tema. Sem informação.

Iniciativa 3 - Mapear a ocorrência de variedades crioulas, locais e tradicionais em Unidades de Conservação de Uso Sustentável e suas respectivas zonas de amortecimento (RESEX, RDS, FLONA e outras). Plenamente executada. Por meio do Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas (PROBIO II) foi feito um levantamento de 10 espécies priorizadas do gênero Manihot. Ainda no âmbito dessa consultoria, foram feitas recomendações técnicas de ações voltadas à conservação desse patrimônio genético.

Iniciativa 4 - Mapear a distribuição geográfica dos parentes silvestres de espécies de valor econômico atual e potencial em Unidades de Conservação de Proteção Integral e suas respectivas zonas de amortecimento, com vistas ao estabelecimento de estratégias específicas para a promoção do conhecimento e uso desses materiais genéticos. Plenamente executada. Por meio de consultoria foram realizados levantamentos de dados no herbário MBM, em Curitiba, sobre a ocorrência e distribuição de parentes silvestres do gênero Manihot. As atividades foram realizadas no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, Parque Nacional Serra da Canastra, Parque Nacional Serra do Cipó e Parque Nacional de Brasília.

Iniciativa 5 - Avaliar e caracterizar 10 variedades por espécie vegetal de importância para a soberania e segurança alimentar e nutricional, considerando um mínimo de 5 espécies em cada região geográfica, para sistemas orgânicos/de base agroecológica. **Parcialmente executada - alcance abaixo de 50%.** A avaliação e caracterização de variedade foram realizadas pela EMBRAPA por meio de cinco projetos contratados, abrangendo 108 cultivares de 15 espécies. Com exceção do número de espécies estudado na região Nordeste (dez), o número de espécies e de cultivares por espécie previsto por região não foi alcançado, sendo que na região Norte não foi realizado nenhum estudo.

Iniciativa 6 - Estimular, nos editais do PLANAPO, a realização de ensaios participativos de avaliação de sementes junto às redes territoriais de uso e conservação da agrobiodiversidade com o objetivo de gerar conhecimentos adaptados às variadas realidades socioambientais e culturais.

Parcialmente executada - alcance superior a 50%. Estava prevista a realização de vinte ensaios participativos de avaliação de sementes. 18 foram realizados por meio de convênio de ATER do MDA com a Associação Estadual dos Pequenos Agricultores do Goiás (AEPAGO), que selecionou variedades de milho, mandioca e feijão. Também, por meio de Chamada pública, foram realizados ensaios participativos tentando variedades de milho e feijão caupi.

Iniciativa 7 - Apoiar organizações produtivas para a implementação e qualificação das casas, bancos e dos guardiões de sementes e mudas.

Parcialmente executada alcance abaixo de 50%. 390 bancos comunitários de sementes foram apoiados, da meta de 800, um cumprimento de 48,75%. Foram apontadas dificuldades de falta de pessoal para atuar nas atividades e de disponibilidade de recursos para deslocamento, além de problemas na articulação com os estados.

Iniciativa 8 - Estruturação produtiva de bancos comunitários de sementes no semiárido.

Sem informação.

Iniciativa 9 - Regulamentar um procedimento para acesso pelos agricultores/as organizados aos bancos de germoplasma de trabalho nas diversas unidades da EMBRAPA.

Sem informação. O relatório de balanço traz a informação de que uma normativa interna da EMBRAPA garante o acesso ao banco de germoplasma desta instituição, no entanto o artigo do IPEA, diverge desta informação, em que não houve consenso a respeito da proposta de normatização. Tendo em vista a divergência, a classificação ficou em "sem informação".

Iniciativa 10 - Apoiar ações de fortalecimento da produção, seleção, uso, conservação e troca de recursos genéticos de interesse para produção orgânica/agroecológica entre grupos de mulheres nos editais do Programa de Organização Produtiva e ATER para Mulheres.

Sem informação.

Iniciativa 11 - Apoiar a conservação, multiplicação, disponibilização, distribuição e comercialização de sementes e mudas crioulas e varietais, adequadas a produção orgânica e de base agroecológica.

Plenamente executada. A meta dessa iniciativa era a aplicação de R\$ 12 milhões. Até o final de 2015 R\$ 21.049.649,22 foram aplicados, superando em 175% a previsão orçamentária inicial.

Iniciativa 12 - Aprimorar mecanismo para a compra e distribuição de sementes crioulas e varietais, e outros materiais propagativos de culturas alimentares, pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), fazendo com que o valor destas aquisições atinja 5% dos recursos aplicados anualmente, até 2015.

Parcialmente executada - alcance abaixo de 50%. Em 2013, atingiu-se 1,3% dos recursos aplicados no PAA. Em 2014, 0,4% e em 2015, 2,8%. Embora não se tenha atingido a meta de 5% observou-se um aumento expressivo do percentual de recursos aplicados na aquisição de sementes, devido ao aprimoramento do marco legal do PAA em 2014 (Decreto 8.293/2014).

Iniciativa 13 - Realizar estudo que fundamente a regulamentação no PAA de normas e procedimentos específicos para aquisição de recursos genéticos de animais. **Não executada.**

Iniciativa 14 - Apoiar a implementação de projetos de formação e intervenção em educação ambiental na agricultura familiar para o uso, gestão, manejo e conservação dos recursos naturais com enfoque agroecológico por meio de chamada pública. Plenamente executada. Por meio de edital do Fundo Nacional do Meio Ambiente 19 projetos foram aprovados, sendo 12 conveniados até 2015. A meta eram 10 projetos.

Meta 9 – Elaborar um diagnóstico da produção extrativista e estabelecer parâmetros técnicos para o manejo sustentável de pelo menos 30 espécies e/ou produtos florestais não madeireiros.

Iniciativas	Resultados alcançados
Iniciativa 1 - Identificar e incentivar a participação das mulheres na construção e gestão de tecnologias de acesso à água, no âmbito dos programas de Acesso a Água do MDS (água para consumo e água para produção), por meio de ajustes ao SIG Cisterna.	Plenamente executada. Cerca de 50% dos beneficiários da política são mulheres. Além disso, cerca de 69% dos quintais produtivos e 61% da criação animal associada às tecnologias são geridos por mulheres.
Iniciativa 2 - Demonstrar o valor nutricional de espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial e o papel que essas espécies podem desempenhar na promoção da segurança alimentar e nutricional, bem como na composição de regimes alimentares saudáveis.	Plenamente executada. A iniciativa está relacionada ao projeto "Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade para Melhoria da Nutrição e do Bem-Estar Humano" relacionada ao Projeto <i>Biodiversity, Food and Nutrition</i> (BFN). Até dezembro de 2015 foram compilados dados de 48 espécies, enquanto a meta prevista era de 40. Todos os dados foram inseridos em um banco de dados interativo do Sistema de Informações sobre a Biodiversidade Brasileira (SiBBR).
Iniciativa 3 - Elaborar e divulgar parâmetros técnicos para o manejo sustentável de 30 espécies e/ou produtos florestais não madeireiros.	Plenamente executada. A meta prevista era de 30 documentos técnicos. Ao MAPA coube a responsabilidade de consolidar 17 documentos para adoção de boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável e elaborar 9 cadernos para extrativistas produtores. Ao MMA coube o mesmo trabalho para 13 espécies e a elaboração de 21 cadernos.
Iniciativa 4 - Elaborar um diagnóstico sobre a produção extrativista e de produtos da sociobiodiversidade pelas populações tradicionais das FLONA, RESEX e RDS com ocorrência de populações tradicionais.	Plenamente executada. Foram estudadas 77 unidades de conservação. O diagnóstico (levantamento socioeconômico) colheu dados sobre o perfil dos moradores, caracterização da área, condições de saúde e educação, produção e comercialização e aspectos ambientais. Com base nesses dados, será possível fazer um planejamento de apoio as atividades econômicas do extrativismo.

Iniciativa 5 - Disponibilizar e disseminar informações sobre acesso ao patrimônio genético, conhecimento tradicional associado e repartição de benefícios, com linguagem apropriada aos diferentes públicos. Plenamente executada. A iniciativa se materializou por meio de um informativo intitulado "Cartilha sobre Acesso e Repartição de Benefícios" publicado em meio eletrônico.

Iniciativa 6 - Promover Assistência Técnica e Extensão Rural com foco no manejo de espécies florestais não madeireiras para 345 famílias agroextrativistas. Plenamente executada. Ao todo 990 famílias foram contempladas com essa iniciativa nos biomas Amazônia e Cerrado, o que representa uma superação da meta em 286%.

Iniciativa 7 - Promover formação técnica em manejo florestal madeireiro e de espécies da sociobiodiversidade com enfoque em sistemas de base agroecológica para agentes técnicos. Parcialmente executada - alcance maior que 50%. O SFB fez chamadas públicas para selecionar instituições prestadoras de serviços de ATER. 343 agentes técnicos foram formados nos biomas Caatinga e Amazônia. A meta foi cumprida em 95%, tendo em vista a meta física de capacitar 360 agentes.

Iniciativa 8 - Apoiar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e/ou o Programa de Recuperação Ambiental (PRA) de 50 mil imóveis rurais coletivos e 182 mil imóveis individuais da agricultura familiar de base agroecológica. **Não executada.** No final de 2015, houve a inserção de atividade específica de elaboração do CAR pelas equipes de ATER, em todos os contratos vigentes (167) por meio de um aditivo contratual. Com esse aditivo, visa-se alcançar 173.740 imóveis rurais.

Iniciativa 9 - Revisar, organizar e publicar resultados de levantamento relativo aos aspectos botânico-ecológicos e das diferentes possibilidades de uso de espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial das Regiões Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Norte do país. **Não executada.**

Iniciativa 10 - Promover ações de Assistência Técnica e Extensão Rural para o manejo florestal sustentável de uso múltiplo da Caatinga com enfoque agroecológica, em 54 assentamentos de famílias agroextrativistas (PI, RN, PE, CE). Parcialmente executada alcance maior que 50%. De 54 assentamentos previstos, 47 receberam assistência técnica, sendo: 15 em Pernambuco, 5 no Piauí, 12 no Ceará e 15 no Rio Grande do Norte, totalizando 87% da meta.

Fonte: Compilação de análises do Relatório de balanço (2016), Sambuichi *et al.* (2017), IPEA (2019) e Relatórios extraídos do SIOP.

Anexo D - PLANAPO I

EIXO 3 - CONHECIMENTO

Objetivo 4 – Ampliar a capacidade de geração e socialização de conhecimentos em sistemas de produção orgânica e de base agroecológica, por meio da valorização e intercâmbio do conhecimento e cultura local e da internalização da perspectiva agroecológica nas instituições e ambientes de ensino, pesquisa e extensão.

Meta 10 – Universalizar a Assistência Técnica e Extensão Rural com enfoque agroecológico para agricultores familiares orgânicos e agroecológicos e a qualificação de suas organizações econômicas.

Iniciativas	Resultados alcançados
Iniciativa 1 - Promover Assistência Técnica e Extensão Rural com base na agroecologia, incorporando estratégias de fortalecimento de ações em rede, para 75.000 UFP.	Parcialmente executada - alcance maior que 50%. Na modalidade ATER agroecologia foram lançadas duas chamadas públicas que originaram 58 contratos e permitiu o atendimento a 46.110 famílias.
Iniciativa 2 - Promover Assistência Técnica e Extensão Rural para 70.700 UFP para sistemas sustentáveis de produção, com abordagem agroecológica.	Parcialmente executada - alcance maior que 50%. Na modalidade ATER sustentabilidade foram lançadas duas chamadas públicas. A primeira atendeu 61.140 famílias. A segunda teve foi lançada especificamente para o Estado de São Paulo e atendeu 5.550 famílias, num total de 66.690 famílias atendidas.
Iniciativa 3 - Promover Assistência Técnica e Extensão Rural para 26.000 famílias beneficiárias do Bolsa Verde em Unidades de Conservação de Uso Sustentável Federais e Assentamentos Ambientalmente Diferenciados da Reforma Agrária.	Plenamente executada. Apesar de dificuldades de ordem financeira (dos R\$ 132 milhões orçados, apenas 11% - R\$ 11 milhões - foram empenhados), a meta foi alcançada, com 26.054 famílias recebendo ATER.
Iniciativa 4 - Promover assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola para 6.000 pescadores artesanais e aquicultores familiares, para a estruturação de sistemas produtivos sustentáveis, incluindo atividades para mulheres e jovens.	Parcialmente executada - alcance maior que 50%. 4.200 pescadores artesanais e aquicultores familiares foram atendidos. O principal motivo do não alcance da meta se deu pela pouca experiência das entidades prestadoras de ATER com este público, além de restrições de pessoal que tornaram os processos de contratação mais morosos. Some-se a isto, um número significativo de beneficiários de Resex (Reserva Extrativista) não estava inscrito do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) e muitos também não possuem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), dificultado a identificação e localização dos beneficiários.
Iniciativa 5 - Garantir contratação de pelo menos 20% de jovens como agentes de ATER nas equipes de Chamadas do PLANAPO, em especial os egressos de cursos com enfoque agroecológico e agroextrativista, e/ou que tiveram formação acadêmica extracurricular em agroecologia - EIV, Projetos de Extensão, Residência Agrária, entre outras.	Plenamente executada. Os editais lançados pelo MDA e INCRA no período previam a contratação de pelo menos 20% dos técnicos com idades entre 18 e 35 anos.

Iniciativa 6 - Garantir que 30% dos recursos nas Chamadas Públicas de ATER com enfoque Agroecológico do MDA e INCRA sejam aplicados em atividades específicas para mulheres em atividades extrativistas e na produção orgânica e agroecológica.

Plenamente executada. Embora se registre que estes patamares vêm sendo alcançados, ainda existem dificuldades de monitoramento acerca do cumprimento deste percentual nas atividades de ATER. É necessário que seja desenvolvida metodologia para apurar, além do quantitativo proporcional, o impacto da garantia desses recursos.

Iniciativa 7 - Garantir que as Chamadas Públicas da SAF e INCRA busquem em seus editais o atendimento prioritário de no mínimo 50% de mulheres, para o conjunto das ações a serem realizadas.

Plenamente executada. No caso de ATER esse patamar vem sendo alcançado desde 2013. Segundo dados do Sistema Informatizado de ATER (SIATER), em 2015, as mulheres representavam 88% do público beneficiário dos contratos cujo objeto é a agroecologia.

Iniciativa 8 - Garantir a participação de no mínimo 30% de mulheres entre os técnicos/as participantes das ações de formação, capacitação e qualificação nas Chamadas de ATER com enfoque agroecológico.

Plenamente executada. Esta meta foi superada com 50% do público dessas chamadas composto por mulheres.

Meta 11 – Promover formação inicial e continuada e qualificação profissional com enfoque agroecológico e sistemas orgânicos de produção para 32.000 beneficiários, entre agentes de ATER, educadores/as, agricultores/as familiares, assentados/as da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres rurais, de acordo com as especificidades regionais.

Iniciativas	Resultados alcançados
Iniciativa 1 - Promover formação técnica em agroecologia ou com enfoque agroecológico para 1.000 agricultores/as familiares de acordo com as demandas e realidades regionais, articulada, quando possível, com as Chamadas de ATER (800h). ¹	Plenamente executada. O total de alunos matriculados foi de 6.017, sendo 2.004 em 2014 e 4.013 em 2015.
Iniciativa 2 - Promover formação inicial e continuada para 10.000 agricultores/as familiares em agroecologia ou com enfoque agroecológico de acordo com as demandas e realidades regionais, articulada, quando possível, com as Chamadas de ATER (160h). ²	Plenamente executada. A previsão de atendimento era de 10 mil agricultores familiares (meta 11), 3 mil técnicos (meta 11) e 10 mil jovens agricultores (meta 13), totalizando 23 mil beneficiários. Segundo as fichas de monitoramento, 34 mil alunos foram matriculados, o que representa uma execução física de 150%.
Iniciativa 3 - Promover formação inicial e continuada de 3.000 técnicos/as em agroecologia ou com enfoque agroecológico de acordo com as demandas regionais, articulada, quando possível, com as Chamadas de ATER (160 h). ²	Plenamente executada. A previsão de atendimento era de 10 mil agricultores familiares (meta 11), 3 mil técnicos (meta 11) e 10 mil jovens agricultores (meta 13), totalizando 23 mil beneficiários. Segundo as fichas de monitoramento, 34 mil alunos foram matriculados, o que representa uma execução física de 150%.

Iniciativa 4 - Incluir no Guia Pronatec o curso de Formação Inicial e Continuada – FIC de Gestão dos Recursos Naturais e Práticas Produtivas Sustentáveis. **Não executada.** Esta inclusão não foi realizada por falta de solicitação da instituição demandante junto à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica SETEC/MEC.

Iniciativa 5 - Promover a formação de 300 educadores e 10.000 extrativistas beneficiários do Programa Bolsa Verde, em agricultura de base agroecológica, manejo sustentável de recursos naturais e gestão de suas organizações. **Parcialmente executada - alcance abaixo de 50%.** Em 2013 foram capacitados 120 educadores multiplicadores. Porém, em razão da estratégia de atuação junto ao MEC não estar consolidada, optou-se por suspender a formação de novos educadores. Em 2014 foi assinado acordo de cooperação técnica entre MEC e MMA iniciando a demanda "Pronatec Bolsa-Verde Extrativismo". Em 2015 foram pactuadas mais de mil vagas e 870 extrativistas matriculados.

Iniciativa 6 - Formar alunos de nível médio e superior visando a capacitação e formação profissional de trabalhadores rurais em agroecologia e produção orgânica. Parcialmente executada - alcance maior que 50%. Foram formadas 2.676 pessoas, valor um pouco abaixo da meta prevista de 2.760.

Iniciativa 7 - Realizar cursos de formação profissional de trabalhadores rurais com enfoque em agroecologia e produção orgânica. Sem informação. O relatório de balanço traz a formação de 4.410 pessoas, dentro de uma meta de 5.600. O plano traz como meta a formação de 2.860 pessoas. A avaliação do IPEA considera o não cumprimento da meta, visto que os valores relatados são inconsistentes.

Iniciativa 8 - Promover formação técnica em manejo florestal madeireiro e de espécies da sociobiodiversidade com enfoque em sistemas orgânicos e de base agroecológica para 200 técnicos (EAD). **Não executada.** O termo de cooperação técnica entre MMA, SFB e EMBRAPA não foi assinado em função de mudanças internas no MMA. Esta seria uma ação importante para formar técnicos de ATER com capacitação adequada para atender às chamadas de ATER extrativista, uma dificuldade observada na execução das iniciativas da meta 10. A dificuldade para se construir um arranjo institucional adequado para viabilizar essa iniciativa resultou em uma morosidade que contribuiu para inviabilizar sua execução.

Iniciativa 9 - Apoiar 35 ações e projetos com foco em saúde do trabalhador e agroecologia, em articulação com CEREST Estaduais e Regionais. **Parcialmente executada - alcance abaixo de 50%.** Não há informação sobre o percentual de execução física.

Iniciativa 10 - Elaborar Programa Nacional de Formação Continuada de Formadores para o fortalecimento e criação de novos cursos de pós-graduação com enfoque Agroecológico. Sem informação.

Iniciativa 11 - Criar linha específica de Agroecologia em Edital do Programa de Educação Tutorial – PET, fortalecendo os grupos de estudos de agroecologia e produção orgânica nas universidades. **Não executada.** O Relatório de balanço cita a não realização desta iniciativa.

Iniciativa 12 - Promover a formação presencial e à distância de 1000 educadores ambientais e agentes populares de educação ambiental na agricultura familiar com enfoque agroecológico. **Parcialmente executada - alcance maior que 50%. 661 agentes foram formados.**

¹ Essa iniciativa foi construída conjuntamente com a iniciativa 4 da meta 13, portanto seus resultados foram agregados.

² Essa iniciativa foi construída conjuntamente com as iniciativa 5 da meta 13, portanto seus resultados foram agregados.

Meta 12 – Fortalecer e ampliar processos de construção e socialização de conhecimentos e práticas relacionados à agroecologia e aos sistemas orgânicos de produção, por meio de programas, projetos e ações integrando atividades de pesquisa, ensino e extensão rural.

Iniciativas	Resultados alcançados
Iniciativa 1 - Apoiar 33 projetos que incentivem a produção de conhecimento e tecnologias agroecológicas (inovação) e fortaleça a ação em Rede (Redes de ATER), no campo da agroecologia, levando em consideração as dimensões de gênero e juventude.	Parcialmente executada - alcance abaixo de 50%. 5 projetos de redes de núcleos de agroecologia (R-NEAs) foram apoiados.
Iniciativa 2 - Realizar 124 oficinas em todo território nacional para fortalecer a Rede Temática de Agroecologia e incorporar o tema nas demais Redes.	Parcialmente executada - alcance abaixo de 50%. Foram realizadas 22 oficinas temáticas, alcançando 3.210 participantes.
Iniciativa 3 - Criar estratégia de comunicação para a produção e disponibilização de conhecimentos sobre agroecologia, sociobiodiversidade e produção orgânica em diversas formas de mídia.	Não executada. Ao longo dos 3 anos de execução do Plano não se conseguiu avançar na definição de uma estratégia coordenada de comunicação para a disponibilização de conhecimentos sobre agroecologia, sociobiodiversidade e produção orgânica. No entanto, alguns produtos de comunicação e difusão de conhecimento foram elaborados: "Guia Alimentar para a População Brasileira", "Alimentos regionais Brasileiros", "Caderno Boas Práticas de ATER", "Caderno PRONAF Agroecologia" e "Mulheres e Agroecologia - Coletânea sobre Estudos Rurais de Gênero".

- Iniciativa 4 - Apoiar a sistematização e disponibilização de conhecimentos de ensino e inovações agroecológicas via plataforma "Agroecologia em Rede", com destaque para experiências protagonizadas por jovens e mulheres. Sem informação. A meta desta iniciativa era a sistematização e disponibilização de 100 inovações por ano, totalizando 300 ao fim do Plano. O propósito foi otimizar a plataforma "Agroecologia em rede" como veículo para disponibilização de informações relativas às experiências. Três editais foram publicados para o apoio a 100 Núcleos de Agroecologia. Não há dados referentes aos recursos financeiros empenhados ou o quantitativo de conhecimentos/inovações sistematizadas.
- Iniciativa 5 - Apoiar 150 projetos de instituições de ensino que integrem atividades de pesquisa, educação e extensão para a construção e socialização de conhecimentos e práticas relacionados à Agroecologia e aos Sistemas Orgânicos de Produção. Plenamente executada. Esta iniciativa finaliza o primeiro ciclo do PLANAPO com 181 Núcleos e Projetos apoiados, sendo 156 em instituições de ensino e 25 em instituições de pesquisa. A iniciativa foi operacionalizada por meio de 5 editais. O valor total de recursos financeiros executados foi da ordem de R\$ 33,4 milhões.
- Iniciativa 6 - Apoiar 130 Programas e Projetos em Extensão Universitária (PROEXT) com enfoque agroecológico, definindo linhas de apoio a Estágios Interdisciplinares de Vivência – EIV e iniciativas estudantis com enfoque agroecológico. Plenamente executada. Foram apoiados 161 projetos
- Iniciativa 7 - Produção de 300 publicações e outros informativos técnicos destinados a disponibilizar conhecimentos relacionados a tecnologias e práticas apropriadas a sistemas orgânicos de produção. **Parcialmente executada - alcance abaixo de 50%.** 113 publicações foram produzidas sendo elas: 103 "Fichas agroecológicas com Tecnologias Apropriadas à Produção Orgânica", nove cadernos de boas práticas para o extrativismo sustentável orgânico e um caderno do Plano de Manejo Orgânico.
- Iniciativa 8 - Incluir como linha de pesquisa o tema da Agroecologia para Mulheres no edital do Prêmio Margarida Alves. Plenamente executada. Na 4ª edição do Prêmio Margarida Alves de Estudos Rurais e Gênero foram selecionados trabalhos com o tema "Mulheres e Agroecologia".
- Iniciativa 9 - Elaborar material pedagógico específico sobre gênero e agroecologia para instituições de ensino. **Não executada.** O Relatório de balanço apenas menciona a não execução da iniciativa.
- Iniciativa 10 - Formar 100 jovens cientistas por ano para atuar com agroecologia assegurando a paridade entre homens e mulheres, por meio de cursos e estágios. Plenamente executada. Essa meta foi superada, com oferta pelas Unidades Descentralizadas da EMBRAPA de estágios em áreas relacionadas à agroecologia e produção orgânica para mais de 100 jovens por ano.

<p>Iniciativa 11 - Executar projetos de pesquisa, desenvolvimento e de transferência de tecnologia componentes do Portfólio de sistemas de produção de base ecológica.</p>	<p>Plenamente executada. O plano não especificou o número de projetos e nem o montante de recursos previstos para essa iniciativa. Foi lançada uma chamada específica para estimular a formação de projetos de pesquisa na área da agroecologia e produção orgânica que resultou no apoio a 64 projetos em 2013, 64 projetos em 2014 e 50 em 2015.</p>
<p>Iniciativa 12 - Implantar 20 núcleos de pesquisa em agroecologia e produção orgânica em todas as unidades da EMBRAPA e OEPAS.</p>	<p>Parcialmente executada - alcance igual a 50%. Até o fim do Plano foram implantados 10 núcleos com a participação de 15 unidades da EMBRAPA, com o apoio do MDA/CNPq.</p>
<p>Iniciativa 13 - Criar um programa de capacitação de curta, média e longa duração para pesquisadores e analistas da EMBRAPA em agroecologia e a produção orgânica.</p>	<p>Não executada. Uma primeira versão deste programa foi elaborada, mas não houve recursos financeiros para sua execução.</p>
<p>Iniciativa 14 - Atualizar e internalizar o Marco Referencial de Agroecologia da EMBRAPA.</p>	<p>Não executada. A expectativa é de que o novo marco seja um norteador dos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, porém esta ação não chegou a ser finalizada por falta de recursos financeiros.</p>
<p>Iniciativa 15 - Elaborar um manual técnico sobre transição agroecológica</p>	<p>Plenamente executada. Foi elaborado o material técnico intitulado "Coleção Transição Agroecológica" sendo os volumes 01 e 02 publicados entre 2013 e 2015.</p>

Fonte: Compilação de análises do Relatório de balanço (2016), Sambuichi *et al.* (2017), IPEA (2019) e Relatórios extraídos do SIOP.

Anexo E - PLANAPO I

EIXO 3 - CONHECIMENTO

Objetivo 5 – Estimular a autonomia, visando à emancipação da juventude rural, na produção orgânica e de base agroecológica, por meio da sua permanência e sucessão no campo.

Meta 13 – Inclusão sócio-produtiva de pelo menos 15.000 jovens rurais com enfoque agroecológico e produção orgânica.

Iniciativas	Resultados alcançados
<p>Iniciativa 1 - Fortalecer a inclusão social e produtiva de 4.800 jovens rurais com formação agroecológica e cidadã.</p>	<p>Plenamente executada. A iniciativa foi iniciada em 2013 com a metodologia de formação de multiplicadores. Ao fim de 2013, 400 jovens haviam sido formados. Em 2014 foi desenvolvido junto a Secretaria Nacional de Juventude o Programa de Formação Agroecológica e Cidadã, que aprimorou a metodologia anterior, formando 6.240 jovens ao final do Plano.</p>

Iniciativa 2 - Promover Assistência Técnica e Extensão Rural agroecológica com base na inclusão e fortalecimento produtivo para 4.800 jovens rurais. **Não executada.** Esta iniciativa não conseguiu ser operacionalizada até o fim do período do Plano.

Iniciativa 3 - Promover Assistência Técnica e Extensão Rural na perspectiva agroecológica para 5.460 jovens rurais, com foco na pedagogia da alternância, com enfoque territorial. Plenamente executada. 5.460 jovens foram atendidos, o que corresponde a 100% de execução da meta. Esta iniciativa representou uma inovação no modelo de ATER oferecido, pois além de focar o público específico da juventude rural, utilizou uma metodologia com proposta pedagógica bem definida, voltada para aspectos da vida no rural e convergente com os princípios de agroecologia.

Iniciativa 4 - Promover formação técnica em agroecologia ou com enfoque agroecológico para 3.000 jovens agricultores/as familiares de acordo com as demandas e realidades regionais e articulada, quando possível, com as Chamadas de ATER (800h).¹ Plenamente executada. O total de alunos matriculados foi de 6.017, sendo 2.004 em 2014 e 4.013 em 2015.

Iniciativa 5 - Promover formação inicial e continuada em agroecologia ou com enfoque agroecológico para 10.000 jovens agricultores/as familiares de acordo com as demandas e realidades regionais e articulada, quando possível, com as Chamadas de ATER (160h).² Plenamente executada. A previsão de atendimento era de 10 mil agricultores familiares (meta 11), 3 mil técnicos (meta 11) e 10 mil jovens agricultores (meta 13), totalizando 23 mil beneficiários. Segundo as fichas de monitoramento, 34 mil alunos foram matriculados, o que representa uma execução física de 150%.

Iniciativa 6 - Incluir no Guia do PRONATEC cursos de Formação Inicial e Continuada FIC de Produtor/a de Quintais Agroecológicos. **Não executada.**

Iniciativa 7 - Implementar atividades de Educação Integral, vinculadas ao Macrocampo Agroecologia nas escolas do campo. **Parcialmente executada - alcance abaixo de 50%.** As metas desta iniciativa eram apoiar 10.184 escolas em 2013, 15.000 em 2014 e 20.000 em 2015. Em 2013, 10.184 escolas aderiram ao Programa, 7.323, em 2014 e em 2015 não houve adesão.

Iniciativa 8 - Promover formação técnica em manejo florestal madeireiro e de espécies da sociobiodiversidade com enfoque em sistemas de base agroecológica para 1.600 estudantes de ensino médio. Parcialmente executada - alcance maior que 50%. 1.166 alunos foram atendidos por meio desta iniciativa, o que representa 72,9% da meta.

¹ Essa iniciativa foi construída conjuntamente com a iniciativa 1 da meta 11, portanto seus resultados foram agregados.

² Essa iniciativa foi construída conjuntamente com as iniciativas 2 e 3 da meta 11, portanto seus resultados foram agregados.

Anexo F - PLANAPO I

EIXO 4 - COMERCIALIZAÇÃO E CONSUMO

Objetivo 6 – Fortalecer e ampliar o consumo de produtos orgânicos e de base agroecológica com ênfase nos circuitos curtos de comercialização (mercados locais e regionais), mercados institucionais e compras governamentais.

Meta 14 – Apoio à promoção e comercialização de produtos orgânicos e de base agroecológica.

Iniciativas	Resultados alcançados
Iniciativa 1 - Qualificar a gestão de 150 Organizações Econômicas Familiares (OEF) de agricultores/as agroecológicos e/ou orgânicos, ampliando o acesso dos produtos orgânicos e agroecológicos aos mercados institucionais, convencionais e diferenciados, incluindo empreendimentos de jovens e mulheres.	Parcialmente executada - alcance abaixo de 50%. O MDA, por meio do Projeto Mais Gestão, ofertou assistência técnica para 50 cooperativas, 33% da meta da iniciativa. Em 2015 esse Ministério lançou o Programa Nacional de Fomento e Fortalecimento do Cooperativismo e Associativismo Solidário da Agricultura Familiar e Reforma Agrária (COOPERAF) com vistas a ampliar suas ações.
Iniciativa 2 - Disponibilizar, até 2015, 5% dos recursos do PNAE para aquisições de alimentos orgânicos e de base agroecológica.	Parcialmente executada - alcance abaixo de 50%. A previsão orçamentária para os três anos era de R\$ 138 milhões. Em 2013 o PAA aplicou 1,2% dos seus recursos (R\$ 5,5 milhões), em 2014, 1,4% (R\$ 8,5 milhões) e em 2015, 1,41% (R\$ 7,15 milhões). No total foram aplicados R\$ 21,15 milhões, 15,3% do orçamento inicial.
Iniciativa 3 - Disponibilizar, até 2015, 5% dos recursos do PAA para aquisições de alimentos orgânicos e de base agroecológica.	Parcialmente executada - alcance abaixo de 50%. Nos anos de 2013, 2014 e 2015 as aquisições de produtos orgânicos e agroecológicos via PNAE alcançaram 3,05%, 3,09% e 2,5% respectivamente, e somaram R\$ 316,9 milhões em compras, o que supera a meta orçamentária de R\$ 150 milhões. Mesmo que os percentuais não tenham sido atingidos, considerou-se a meta alcançada visto que o valor total investido mais que dobrou.
Iniciativa 4 - Disponibilizar recursos para promover a participação de agricultores/as familiares, assentados/as e comunidades e povos tradicionais em feiras para promoção de produtos da sociobiodiversidade, orgânicos e de base agroecológica.	Plenamente executada. O relatório de balanço traz a informação que os recursos investidos, para promoção dessa participação, foram de cerca de R\$ 1 milhão. Já o relatório do IPEA, informa a execução de R\$ 25,3 milhões. Apesar da divergência, os grupos e organizações participaram das três edições da Feira Biobrazil 2013, 2014 e 2015 e de duas edições da Biofach em 2014 e 2015, portanto considera-se a meta plenamente executada.

Iniciativa 5 - Realizar campanha anual da Semana Nacional do Alimento Orgânico, fazendo uma abordagem sobre os benefícios ambientais, sociais e nutricionais desses produtos, estimulando o seu consumo e divulgando os princípios agroecológicos.

Plenamente executada. A Semana do Alimento Orgânico teve sua primeira edição em 2004 e permanece como campanha anual. A atividade traz implícita uma abordagem para o grande público sobre os benefícios ambientais, sociais e nutricionais desses produtos, estimulando seu consumo e divulgando os princípios agroecológicos. A execução financeira alcançou R\$ 542 mil, o que corresponde a 31,9% do orçamento inicial.

Iniciativa 6 - Disponibilizar anualmente, até 2015, 1% dos recursos específicos da PGPM para aquisição e subvenção de produtos da sociobiodiversidade, orgânicos e de base agroecológica.

Parcialmente executada - alcance abaixo de 50%. A Conab aplicou, nos três anos do Plano, um total de R\$ 17,3 milhões na subvenção ao produtor extrativista, mas não foi informado o percentual que esse valor representa. A subvenção para produtos orgânicos e de base agroecológica não foi implementada.

Iniciativa 7 - Garantir que as chamadas de ATER-mulheres e de Organização Produtiva contemplem atividades de capacitação, elaboração de projetos e assessoria aos grupos de mulheres ao acessarem o PAA, PNAE e PGPM.

Parcialmente executada - alcance abaixo de 50%. Entre 2013 e 2014 foram lançadas duas chamadas públicas que contemplaram assessoria para elaboração e implementação de projetos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). No entanto não foram encontrados dados quantitativos relativos ao alcance da meta prevista - atendimento a 2.000 mulheres.

Iniciativa 8 - Incluir nas chamadas públicas para Organizações Produtivas de Mulheres Rurais, o apoio à realização de feiras de produtos/ sementes agroecológicos e orgânicos.

Plenamente executada. O Chamamento Público de Apoio a Organização Produtiva para Mulheres Rurais nº 001/2014 estabeleceu uma modalidade de apoio a "Feiras e/ou Mostras da Economia Feminista e Solidária do âmbito estadual ou regional, com foco na produção agroecológica, visando divulgar e comercializar os produtos das agricultoras familiares e assim, fortalecer sua organização produtiva." Em 2013 também foi realizada a mostra "Brasil agroecológico feito por elas". Participaram da mostra 16 grupos de mulheres rurais, dentre assentadas da Reforma Agrária, agricultoras, pescadoras, quilombolas, indígenas e outras.

Iniciativa 9 - Promover capacitação de 60 técnicos contratados (ATER, ATER mulheres, organização produtiva de mulheres), sobre o acesso dos grupos de mulheres ao PAA e comercialização de produtos da sociobiodiversidade, produção orgânica e de base agroecológica.

Plenamente executada. Ao todo foram formados 506 técnicos, uma superação da meta em 843%.



Escola Nacional de Administração Pública

Iniciativa 10 - Monitorar a inclusão dos gêneros orgânicos e/ou agroecológicos nas aquisições do PNAE realizadas pelas entidades executoras, por meio do Sistema de Contas Online.	Plenamente executada. Os registros de classificação dos produtos adquiridos como "orgânicos" são realizados pelos gestores no Sistema de Contas online (SIGPC). Identificou-se a necessidade de qualificar a informação nas prestações de contas para diminuir a subjetividade da classificação feita pelos gestores.
Iniciativa 11 - Pesquisa sobre a inclusão dos gêneros orgânicos e/ou agroecológicos nas aquisições do PNAE.	Plenamente executada. A ação foi realizada por meio da descentralização de recursos para o Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Os dados foram coletados em 2013 e 2014 e os relatórios foram apresentados em 2013 e 2015.
Iniciativa 12 - Promover a formação de Responsáveis Técnicos pela alimentação escolar nas entidades executoras para o incentivo a inclusão dos gêneros orgânicos e/ou agroecológicos nos cardápios da alimentação escolar.	Não executada. Até o fim do plano a operacionalização dessa iniciativa não estava completa, ficando oficinas temáticas adiadas para 2016 com público estimado de 1.400 profissionais.
Iniciativa 13 - Produção de material informativo para incentivar a inclusão dos produtos orgânicos e/ou agroecológicos nas aquisições para a alimentação escolar.	Parcialmente executada - alcance igual a 50%. A meta era produzir dois materiais, mas apenas um foi elaborado. Uma cartilha temática foi elaborada pela CECANE em 2015.

Fonte: Compilação de análises do Relatório de balanço (2016), Sambuichi *et al.* (2017), IPEA (2019) e Relatórios extraídos do SIOP.

Anexo G – PLANAPO II

EIXO 1 - PRODUÇÃO

Objetivo 1 – Ampliar e fortalecer a produção, manipulação e processamento de produtos orgânicos e de base agroecológica, tendo como público prioritário agricultores/as familiares, assentados/as da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e suas organizações econômicas, micro e pequenos empreendimentos rurais, cooperativas e associações, considerando também os da agricultura urbana e periurbana.

Meta 1 – Elaborar e implantar instrumento de identificação de sistemas de produção de base agroecológica e transição agroecológica.

Iniciativas	Resultados alcançados
Iniciativa 1 - Elaborar normativa que identifique sistemas de produção de base agroecológica e transição agroecológica, em conjunto com a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO) e com a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO).	Sem informação.

Iniciativa 2 - Elaborar e implantar instrumento de identificação de sistemas de produção de base agroecológica e transição agroecológica, em conjunto com a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO) e com a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO).

Sem informação. No relatório SIOP 2016 foi encontrada uma meta semelhante a essa iniciativa: "Consolidar um banco de informações sobre a produção orgânica e de base ecológica no Brasil, com dados desagregados por sexo" que obteve a seguinte análise situacional: "O referido estudo não foi levado adiante pois só poderá ser realizado no próximo Censo Agropecuário do IBGE, em 2016." Essa meta não estava presente nos relatórios seguintes (2017 a 2019), não se podendo concluir se foi ou não executada.

Meta 2 – Viabilizar o acesso de agricultores/as familiares, assentados/as da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, incluindo os da agricultura urbana e periurbana, e os produtores orgânicos, às políticas e instrumentos de financiamento, seguro e segurança de renda, adequadas aos sistemas de produção de base agroecológica, à produção orgânica, e da sociobiodiversidade.

Iniciativas	Resultados alcançados
Iniciativa 1 - Efetivar 2 mil operações de crédito rural no conjunto das linhas do PRONAF de projetos de produção orgânica e de base agroecológica, destinando 35% das operações efetivadas e 20% do volume total para mulheres e 20% para jovens.	Plenamente executada. Foram feitos 1.394 contratos pela linha PRONAF Agroecologia, representando 0,036% do universo total de contratos feitos pelo PRONAF. Foram aplicados R\$ 23 milhões. Destes contratos, 201 foram realizados por mulheres (14,41% do total) e 147 contratos por jovens (10,54%). Ao se somar as quatro linhas de crédito do PRONAF Verde (Agroecologia, Semiárido, Floresta e ECO) foram realizados 107.248 contratos e os recursos efetivamente aplicados somam R\$753,3 milhões. Durante o período do PLANAPO II, 1.216 contratos foram para a linha PRONAF Jovem, aplicados R\$ 12,4 milhões. O número de contratos corresponde a 0,0030% do total de contratos do PRONAF e 0,0018% do total de recursos disponibilizados. Já o PRONAF Mulher, o total de contratos é de 10.802, ou 0,27% do total de contratos, com R\$ 76,2 milhões aplicados, ou 0,11% do total de todo o PRONAF.
Iniciativa 2 - Orientar técnicos/as de ATER, agentes financeiros e integrantes de sindicatos e movimentos de trabalhadores/as rurais acerca das linhas de crédito relacionadas aos sistemas de produção orgânica e de base agroecológica.	Sem informação. Meta: capacitar 3.800 pessoas.

Iniciativa 3 - Desenvolver ação para melhorar e ampliar cobertura do Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) para agricultores de base agroecológica e orgânica.

Plenamente executada. A meta desta iniciativa era a publicação de 1 normativo. A partir do Termo de Execução Descentralizada, firmado com a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, o MAPA utilizou a estrutura da referida companhia para realizar o monitoramento dos empreendimentos do SEAF. Durante o ano de 2019, foram realizados 365 monitoramentos nos procedimentos de verificação de perdas em projeto piloto, que culminou em relatório a ser encaminhado ao Banco Central do Brasil para tomada de providências relacionadas ao bom desenvolvimento do procedimento de verificação de perdas, contribuindo para mitigar riscos deste processo. Além disso a partir da safra 2015-2016 o SEAF passou a permitir a cobertura de até 80% da receita esperada.

Iniciativa 4 - Desenvolver novas metodologias para viabilizar a inclusão de culturas agrícolas e produtos da sociobiodiversidade com importância regional à agricultura familiar no Seguro da Agricultura Familiar (SEAF)

Plenamente executada. Foi publicada a resolução 4.528 de 20 de setembro de 2016 pelo CMN, que dispõe sobre a ampliação do SEAF para culturas olerícolas e permanentes, que são os tipos de culturas usualmente implementadas nos sistemas de base agroecológica e orgânica.

Iniciativa 5 - Capacitar 500 técnicos/as executores/as das chamadas de ATER, lideranças e agricultoras sobre linhas de financiamento específicas para as mulheres, com foco na produção orgânica e de base agroecológica.

Plenamente executada. Foram capacitados 899 agentes de ATER. No entanto, em 2019 não houve nenhuma contratação, devido à reforma administrativa realizada pelo Governo federal no início do exercício de 2019. A SEAD (antigo MDA) foi incorporada pelo MAPA e suas atribuições foram diluídas na nova estrutura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. As atribuições institucionais também foram redefinidas e, com isso, também foram redefinidas as atribuições de gestão das ações do PPA.

Iniciativa 6 - Identificar fundos de apoio à agroecologia e incentivar parcerias para o direcionamento de recursos a iniciativas da sociedade civil de promoção da agroecologia e da produção orgânica.

Sem informação. Meta: identificar 2 parceiros.

Iniciativa 7 - Aplicar projetos experimentais a serem executados em diferentes municípios para o maior envolvimento de agentes de ATER e agentes financeiros na operacionalização das linhas de crédito agroecológicas.

Sem informação. Meta: 5 projetos implementados

Meta 3 – Viabilizar o acesso de agricultores/as familiares, assentados/as de reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e de produtores/as orgânicos a políticas públicas gerais que estimulem a produção orgânica, de base agroecológica e da sociobiodiversidade pactuadas entre governo e sociedade civil.

Iniciativas

Resultados alcançados

Iniciativa 1 - Destinar 30% dos recursos do Terra Sol para projetos de agroindustrialização e beneficiamento de base agroecológica ou de produtos da sociobiodiversidade. **Parcialmente executada - alcance abaixo de 50%.** De acordo com o relatório extraído do SIOP, o Programa Terra Sol (Agroindustrialização e Comercialização) foram atendidas 11.895 famílias (ações e obras concluídas). Não há relatos da porcentagem que esse atendimento é do total dos recursos previstos do Programa. No entanto, os gestores relatam que dentre os fatores que dificultaram a execução do Objetivo, destaca-se a restrição orçamentária e financeira presente no PPA 2016-2019, que culminaram no não atingimento das metas estabelecidas, em especial nas ações Infraestrutura, Terra Sol, PRONERA e Assistência Técnica.

Iniciativa 2 - Garantir que 40% dos projetos do Terra Sol de base agroecológica ou de produtos da sociobiodiversidade sejam destinados a mulheres. Sem informação.

Iniciativa 3 - Instituir e implementar o Programa Nacional de Fomento à Agroecologia para a agricultura familiar. Sem informação.

Iniciativa 4 - Promover o fortalecimento e a ampliação das redes, cooperativas e organizações socioprodutivas e econômicas de agroecologia, extrativismo e produção orgânica, no âmbito do Programa de Fortalecimento e Ampliação das Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica – ECOFORTE. Plenamente executada. Em 2017 foi publicado o Edital n° 2017/30 do ECOFORTE Redes e o Regulamento n° 2017/3. Juntos disponibilizaram recursos no valor de R\$ 25 milhões do Fundo Social e do Fundo Amazônia, administrados pelo BNDES. Em janeiro de 2019 foram publicados os projetos aprovados: ao todo, 28 projetos foram selecionados, com uma previsão de atendimento de cerca de mil pessoas diretamente.

Meta 4 - Alcançar, no mínimo, 33.000 unidades de produção controladas adequadas aos regulamentos brasileiros para a produção orgânica, priorizando a agricultura familiar, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais.

Iniciativas	Resultados alcançados
Iniciativa 1 - Ampliar a quantidade de produtores/as habilitados/as ao acesso a políticas públicas para a produção orgânica em virtude de inclusão no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos.	Parcialmente executada - alcance maior que 50%. A meta propunha a inclusão de 33.000 produtores incluídos no Cadastro Nacional, dos quais 22.077 foram. Apesar do não alcance da meta, cabe salientar que em dezembro de 2015 eram 11.478 produtores cadastrados, demonstrando uma evolução de 92,34% no quadriênio 2016-2019.
Iniciativa 2 - Promover a qualificação de técnicos/as, agricultores/as e extrativistas sobre os procedimentos necessários à regularização no âmbito de legislação de orgânicos, articulada às chamadas de ATER no PLANAPO.	Não executada. O reduzido número de servidores e os severos cortes orçamentários aplicados à Ação 8606 determinaram a priorização das ações de controle e fiscalização, em cumprimento às exigências da Lei 10.831/2003 e das atribuições regimentais aplicadas à Coordenação de Produção Orgânica - CPOR/MAPA, impossibilitando a execução da iniciativa.

Iniciativa 3 - Apoiar a organização e Sem informação.

qualificação de grupos de produtores/as em controle social por meio de 20 organismos participativos de avaliação da conformidade orgânica (SPG) e 250 organizações de controle social (OCS), para a regularização e atuação na rede de produção orgânica.

Iniciativa 4 - Criar meios para estabelecer Sem informação.

acordos de parceria e pelo menos 5 convênios entre o Governo Federal e as Unidades da Federação para fomento, cadastramento e fiscalização de Organizações de Controle Social (OCS).

Iniciativa 5 - Apoiar agricultores/as familiares, assentados/as da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, organizados em grupos, na obtenção de garantia da qualidade orgânica da Unidade de Produção Familiar, de forma a serem incluídos no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos.

Plenamente executada. A meta era cadastrar 5.000 produtores. Foram cadastrados 8.307 produtores. A presente meta tem sido realizada através da identificação dos agricultores familiares (cadastrados no banco de dados de Diagnóstico de Aptidão ao Pronaf – DAP) que compõe o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO) do Sistema Brasileiro de Orgânicos (SisOrg). A partir dessa iniciativa, as informações referentes ao mecanismo da garantia da qualidade orgânica de cada produtor(a) cadastrado como orgânico estão sendo georreferenciadas. Com tais informações, pode-se observar as localidades onde se encontra a oferta de produtos reconhecidamente orgânicos e agroecológicos, possibilitando se relacionar tais dados com a demanda de mercado e articulação com outras políticas que envolvam a mesma temática e público. Foram ainda construídos mapas a partir de dados do IBGE de produção orgânica por Unidade Federativa.

Iniciativa 6 - Assessorar 5 mil agricultores/as Sem informação.

familiares para a consolidação de Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica já incluídos no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos.

Iniciativa 7 - Capacitar 330 técnicos em mecanismos de garantia da qualidade orgânica.

Não executada. Essa iniciativa estava diretamente articulada com o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (atual Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário) e em razão dos cortes orçamentários aplicados ao PO PROORGÂNICO (Ação 8606), a Coordenação de Agroecologia e Produção Orgânica ficou impossibilitada de apoiar diretamente a execução da iniciativa.

Iniciativa 8 - Aperfeiçoar e manter atualizada a base de dados de informações da produção orgânica (Cadastro Nacional da Produção Orgânica) para o controle, disponibilização e divulgação de dados e estatísticas sobre a produção orgânica brasileira.

Não executada. A Coordenação de Produção Orgânica disponibilizou em 2017 recursos para a conclusão de uma segunda versão do sistema, com o objetivo de aprimoramento na inserção de dados, no fornecimento de relatórios e implementação de uma nova dinâmica nas constantes atualizações dos Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. O Sistema de Informações Gerenciais da Produção Orgânica - SigOrgWeb reúne os dados da rede de produção orgânica, fornecendo o número de produtores orgânicos cadastrados, o número de unidades de produção e outras informações relevantes para o controle da produção, como dados pessoais dos produtores, localização e dimensão das unidades de produção, e dados quali-quantitativos da produção orgânica. Entretanto, por razões técnicas dos prestadores de serviço, a nova versão do Sistema de Informações Gerenciais da Produção Orgânica (SigOrgWeb) encontra-se indisponível para alimentação, por parte dos Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica - OAC e das Superintendências Federais de Agricultura, o que prejudica disponibilização e divulgação de dados e estatísticas sobre a produção orgânica brasileira.

Iniciativa 9 - Apoiar o funcionamento da Subcomissão Temática de Produção Orgânica e das 27 Comissões da Produção Orgânica nas Unidades da Federação.

Plenamente executada. Encontra-se em funcionamento as Comissões da Produção Orgânica - CPOrgs de 26 unidades de federação. Não foi estabelecida a Comissão de Produção Orgânica do Distrito Federal, por falta de estruturação funcional da Superintendência Federal de Agricultura do Distrito Federal. Com a publicação do Decreto 9.759/2019 o processo de eleição e constituição da nova Subcomissão Temática de Produção Orgânica ficou prejudicado, em virtude da demanda de esclarecimentos jurídicos necessários para averiguação da continuidade desses conselhos. Espera-se em 2020 sejam eleitos novos membros para compor a Subcomissão Temática de Produção Orgânica.

Meta 5 – Promover a autonomia econômica das mulheres rurais, reconhecendo seu protagonismo na agroecologia e produção orgânica, por meio da inclusão produtiva e da geração de renda.

Iniciativas

Resultados alcançados



Iniciativa 1 - Atender 8.000 mulheres rurais em grupos produtivos com ações integradas de ATER, crédito, comercialização e gestão, fortalecendo a produção agroecológica.

Parcialmente executada - alcance abaixo de 50%. Em 2017 foi lançado o Chamamento Público de Seleção de Projetos para o Fortalecimento, Dinamização, Estruturação (PROINF), apoio as Mulheres e Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar. Na linha específica para apoio a grupos produtivos de mulheres rurais, foram empenhados recursos para apoio a 60 projetos, que serão contratados em 2018. Em abril de 2018, a SDR lançou o Manual Operacional de Seleção de Projetos de Apoio a Organização Econômica e Promoção da Cidadania de Mulheres Rurais (Proinf), com recursos da ação orçamentária 210W, modalidade Investimento. Foram empenhados R\$ 2.365.018,43, atendendo um total de 15 projetos de municípios das cinco regiões do Brasil. A previsão é que 836 mulheres sejam beneficiadas diretamente e 3.317 mulheres sejam beneficiadas indiretamente pelos projetos aprovados. Por não dispor de informações detalhadas sobre os grupos produtivos de mulheres que serão contemplados em cada projeto, consideraremos 14 o total de grupos beneficiados. A prestação de ATER específica para mulheres rurais não contou com novas contratações pela ANATER no ano de 2019.

Iniciativa 2 - Inserir 5.000 mulheres rurais em grupos produtivos em mercados institucionais, justos e solidários e promover feiras feministas.

Parcialmente executada - alcance abaixo de 50%. Em 2017 estiveram vigentes 2 projetos em parceria com universidades federais, estabelecidas via Termo de Execução Descentralizada (TED), com foco na inserção de grupos produtivos de mulheres em mercados justos e solidários. O TED formalizado junto à Universidade Federal do Pará (UFPA) em 2015 apresentava, dentre suas metas, a realização de estudos de viabilidade econômica da produção agroflorestal das mulheres das regiões do Médio Mearim e Transamazônica e ações de apoio à comercialização de produtos já desenvolvidos por grupos de mulheres identificados no projeto. O TED formalizado junto à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) em 2016 conta, dentre suas metas, com ações para viabilizar a participação das mulheres rurais nos espaços de acesso a mercado, a partir dos produtos agroecológicos, além da realização de feira de troca de sementes para mulheres. Em 2018, a CGAT formalizou dois TED, sendo um com a UFPI, no valor de R\$ 318.544,70, e outro com o Instituto Federal do Piauí, no valor de R\$ 298.717,42, visando beneficiar diretamente 70 mulheres rurais, através da implementação de quintais produtivos agroecológicos. Os dois projetos preveem a realização de feiras agroecológicas com a participação das beneficiárias dos projetos.

Iniciativa 3 - Apoiar a articulação de 2.000 mulheres rurais em grupos produtivos em redes.

Parcialmente executada - alcance abaixo de 50%. Não houve êxitos nesse sentido no ano de 2017, porém em 2018, foi formalizado um TED com a Universidade Federal de Viçosa (UFV), no valor de R\$ 169.854,18, visando apoiar a finalização da sistematização da produção e renda de agricultoras familiares da Zona da Mata de Minas Gerais e das Regiões Sudeste, Sul, Amazônia e Nordeste do Brasil, através do instrumento Caderneta Agroecológica, que foi construído a partir da contribuição de uma rede de organizações do campo agroecológico aglutinadas em torno de um Programa de Formação do projeto Mulheres e Agroecologia em Rede, que se desenvolveu em 5 regiões do país.

Iniciativa 4 - Atender 15.000 agricultoras familiares com ATER específica para mulheres.

Plenamente executada. Até março de 2018 186.411 mulheres foram atendidas. A prestação de ATER específica para mulheres rurais não contou com novas contratações pela ANATER no ano de 2019. O ano de 2019 foi marcado pela reforma administrativa realizada pelo Governo federal no início do exercício. A SEAD foi incorporada pelo MAPA e suas atribuições foram diluídas na nova estrutura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. As atribuições institucionais também foram redefinidas e, com isso, também foram redefinidas as atribuições de gestão das ações do PPA.

Iniciativa 5 - Atender 12.500 mulheres rurais em situação de vulnerabilidade social, fomentando suas atividades específicas, com foco na agroecologia.

Parcialmente executada - alcance abaixo de 50%. Essa iniciativa tem sua execução no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria com enfoque no rural. O PBSM foi lançado em julho de 2011 como uma estratégia do Governo Federal para a erradicação da pobreza extrema elevando a renda das famílias. No que concerne à esta Meta, a prioridade do programa é a inclusão produtiva, estruturando a capacidade de produção de base agroecológica das agricultoras familiares com uma assistência técnica diferenciada e específica, apoiando a organização das produtoras para o acesso aos mercados institucionais, a formação de grupos produtivos e fomento para a geração de renda. No ano de 2017, estiveram vigentes 3 (três) contratos de ATER específica para Mulheres Rurais no âmbito do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, oriundos da Chamada Pública nº 02/2014/DPMRQ/MDA. Os 3 contratos foram responsáveis pelo atendimento de 879 mulheres em situação de vulnerabilidade social nos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Em 2017, assim como em 2016, não foram realizadas novos chamamentos públicos de ATER neste sentido. Em 2018, apenas um contrato de Ater específica para Mulheres Rurais, lançado no âmbito do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, oriundos da Chamada Pública nº 02/2014/DPMRQ/MDA, esteve vigente, contemplando 240 mulheres no Estado da Paraíba. No total, 1.119 mulheres foram atendidas.

Iniciativa 6 - Implementar 5.000 quintais produtivos para apoio à produção e à transição agroecológica dos alimentos produzidos pelas mulheres. **Parcialmente executada - alcance abaixo de 50%.** 82 quintais foram implementados. Em 2018, a CGAT/SDR/SEAD formalizou dois Termos de Execução Descentralizada (TED), sendo um com a UFPI, no valor de R\$ 318.544,70, e outro com o Instituto Federal do Piauí, no valor de R\$ 298.717,42, visando beneficiar diretamente 70 mulheres rurais, através da implementação de 70 quintais produtivos agroecológicos. Os dois projetos foram viabilizados com recursos da ação orçamentária 210W – Apoio à Organização Econômica e Promoção da Cidadania de Mulheres Rurais, modalidade Custeio. Em 2016, a antiga DPMRQ/MDA repassou recurso à UFRB, através de TED, para o desenvolvimento do projeto "Mulheres de Fibra: formação em agroecologia para mulheres rurais do estado da Bahia", que prevê a implementação de 12 unidades demonstrativas de quintais agroecológicos. Em 2018, este TED foi prorrogado visando possibilitar a implementação dos quintais, estando vigente até agosto de 2019. O Departamento de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas DPMRQ foi extinta pela Medida Provisória 726/2016. A pauta de mulheres foi incorporada à antiga SEAD. Esta foi extinta em 2019, sendo transformada em uma Secretaria do MAPA. Não há no momento uma diretoria ou coordenação que trabalhe especificamente com as pautas das mulheres rurais. Entretanto, as ações voltadas ao fomento dos quintais produtivos são desenvolvidas pela Coordenação de Projeto de Inclusão Produtiva da SAF/MAPA.

Iniciativa 7 - Criar e implantar instrumento de identificação do acesso das mulheres rurais às políticas públicas, especialmente ao crédito PRONAF e mercados institucionais (PAA e PNAE), com foco na agroecologia. **Plenamente executada.** O acesso às informações a respeito do PRONAF é retirado da Matriz de dados do Crédito Rural. De acordo com o compêndio de estudos da Conab, a participação das mulheres no PAA só vem aumentando sendo de 57% em 2016, 71% em 2017 e 84% em 2018. Os dados de 2019 ainda não foram publicados.

Iniciativa 8 - Realizar pesquisa sobre o acesso das mulheres às políticas públicas para o meio rural. **Plenamente executada.** Em 2017 houve a contratação do serviço de uma consultora, através de projeto de cooperação técnica com o IICA, buscando, entre outras atividades, avaliar a efetividade do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) e o impacto das políticas públicas na vida das mulheres rurais nos Estados de SP e MG. Em 2018, houve a contratação do serviço de 2 (duas) consultorias, através de projeto de cooperação técnica com o IICA, buscando, entre outras atividades, avaliar o acesso das mulheres às políticas públicas para o meio rural no âmbito nacional.

Iniciativa 9 - Ampliar o acesso das mulheres ao Programa de Fomento Mulher para produção de base agroecológica. **Parcialmente executada - alcance maior que 50%.** A meta era apoiar 60.000 projetos. 59.497 mulheres foram atendidas com o Fomento Mulher, um atendimento de 99% da meta.

Iniciativa 10 - Apoiar ações de fortalecimento da produção, seleção, uso, conservação e troca de recursos genéticos de interesse para produção orgânica/agroecológica e de produtos da sociobiodiversidade entre grupos de mulheres, nos editais do Programa de Organização Produtiva e de ATER para Mulheres.

Sem informação. Em 2015, deu-se continuidade à contratação dos projetos aprovados no edital do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais lançado em 2014. O referido edital apoiou três modalidades: Apoio a Grupos Produtivos, Apoio a Redes de Organização Produtiva e a Feiras da Economia Feminista e Solidária, com o objetivo de apoiar grupos produtivos de mulheres por meio de formação, capacitação, estudos e pesquisas, promoção comercial e acesso às políticas públicas, com vistas a ampliar o protagonismo das mulheres na economia rural, por meio de: Apoio à produção agroecológica; Apoio à gestão e à comercialização, baseados nos princípios da economia feminista e solidária e da agroecologia; Troca de informações, conhecimentos técnicos e organizacionais; Fortalecimento das cadeias produtivas em que as mulheres estão inseridas; Qualificação dos processos de beneficiamento e transformação de produtos. Não há informações sobre metas quantitativas alcançadas (meta prevista no PLANAPO: apoio a 6 atividades) e nada a respeito de ações realizadas nos anos seguintes.

Meta 6 – Criar e implementar programa nacional de insumos apropriados à produção orgânica e de base agroecológica (Programa Bioinsumos).

Iniciativas	Resultados alcançados
Iniciativa 1 - Criar um GT para, no prazo de até 6 meses, elaborar a proposta do Programa Bioinsumos.	Plenamente executado. O Grupo de Trabalho foi criado em maio de 2019, sendo o Programa Bioinsumos lançado em 27 de maio de 2020.
Iniciativa 2 - Contratar 400 estudos e testes dirigidos ao estabelecimento de especificações de referência para viabilizar o registro simplificado de produtos fitossanitários com uso aprovado para a agricultura orgânica.	Sem informação.
Iniciativa 3 - Viabilizar a realização de estudos e testes de eficiência agronômica para 50 agentes de controle biológico.	Sem informação.
Iniciativa 4 - Regulamentar 50 especificações de referência para orientação da produção e registro simplificado de produtos fitossanitários para uso na produção orgânica.	Parcialmente executada - alcance maior que 50%. 43 especificações de referência foram publicadas, sete dessas especificações foram publicadas recentemente e ainda não deram origem a nenhum registro de produto. As outras 36 especificações publicadas serviram de base para o registro de 125 produtos fitossanitários com uso aprovado para a agricultura orgânica.

- Iniciativa 5 - Ajustar e publicar pelo menos 10 regulamentos diretamente relacionados à produção orgânica ou a produtos e processos importantes para o setor. **Parcialmente executada - alcance abaixo de 50%.** Dois regulamentos estão em fase final de revisão (Instrução Normativa nº 46 e nº 19) que em 2019 contou com as contribuições das CPOrg-UF, a realização de consulta pública e a composição de Grupo de Trabalho de especialistas para a sistematização das contribuições vindas da consulta pública. Espera-se a publicação da norma revisada em 2020.
- Iniciativa 6 - Ajustar e publicar pelo menos 5 regulamentos diretamente relacionados à produção de insumos destinados a produção orgânica e de base agroecológica, de forma a viabilizar e simplificar os seus registros. **Parcialmente executada - alcance abaixo de 50%.** O Decreto 10.375 de 26 de maio de 2020 que institui o Programa Nacional de Bioinsumos e o Conselho Estratégico do Programa Nacional de Bioinsumos foi publicado
- Iniciativa 7 - Elaborar 110 publicações técnicas dirigidas a ampliar e qualificar a produção e uso de bioinsumos adequados à produção orgânica, de base agroecológica e à sociobiodiversidade. **Não executada.** O reduzido número de servidores e os severos cortes orçamentários aplicados à Ação 8606 determinaram a priorização das ações de controle e fiscalização, em cumprimento às exigências da Lei 10.831/2003 e das atribuições regimentais aplicadas à Coordenação de Produção Orgânica/MAPA, impossibilitando a execução da iniciativa.
- Iniciativa 8 - Criar e manter atualizado um catálogo dos insumos aprovados para uso na produção orgânica e de base agroecológica, disponibilizado ao público em meios eletrônico e impresso. **Plenamente executada.** A EMBRAPA lançou o aplicativo Bioinsumos que contempla o catálogo nacional de insumos biológicos. O aplicativo foi lançado em maio, após a publicação do Programa Bioinsumos.
- Iniciativa 9 - Promover pelo menos uma campanha anual, de âmbito nacional, para a divulgação e ampliação do uso de bioinsumos na agricultura. **Não executada.** Tendo em vista que o lançamento do Programa se deu em maio de 2020 essa iniciativa somente se daria após um ano da publicação do Programa.
- Iniciativa 10 - Realizar levantamento identificando os gargalos para a produção e uso de bioinsumos, considerando os aspectos legislativo, tecnológico, mercadológico, de políticas públicas, dentre outros. **Sem informação.**
- Iniciativa 11 - Realizar levantamento identificando experiências nacionais e internacionais relativas a programas e políticas de estímulo à produção e uso de bioinsumos. **Sem informação.**
- Iniciativa 12 - Realizar levantamentos e sistematização de conhecimentos científicos e empíricos relacionados à produção e uso de bioinsumos para a agricultura. **Sem informação.**

Iniciativa 13 - Promover treinamento e formação para qualificação de 5.000 agentes de ATER, agricultores/as e assentados/as da reforma agrária, dirigidos à produção e uso de bioinsumos. Sem informação.

Iniciativa 14 - Apoiar o processo de incubação para 60 empresas produtoras de bioinsumos para a agricultura orgânica e de base agroecológica. Sem informação.

Iniciativa 15 - Criar e disponibilizar listagem nacional de laboratórios habilitados para a realização de análises de bioinsumos. Sem informação.

Iniciativa 16 - Apoiar a qualificação profissional de 1.000 técnicos/as para atuação em pesquisa, assistência técnica e produção de bioinsumos. Sem informação.

Meta 7 – Implementar e monitorar o Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos.

Iniciativas	Resultados alcançados
Iniciativa 1 - Instituir e monitorar o Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos (PRONARA), em articulação com a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO) e com a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO).	Não executada. O PRONARA continua como desafio. O PRONARA foi transformado em projeto de lei, sendo apresentado em 2016 à Comissão de Legislação Participativa e formalizado como PL 6670/2016. Em dezembro de 2018 o PL, que cria a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNARA), foi aprovado pela comissão especial da Câmara, devendo seguir ainda para votação em plenário.

Meta 8 – Elaborar proposta de agroecologia e produção orgânica para ser incorporada ao Plano de Agricultura Urbana e Periurbana da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN.

Iniciativas	Resultados alcançados
Iniciativa 1 - Constituir comissão mista (CONSEA, CONDRAF e CNAPO) para elaboração da Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana de Base Agroecológica.	Plenamente executada. A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou em 2017 o Projeto de Lei 906/15 que cria a Política Nacional de Agricultura Urbana, no entanto a PL seguiu para o Senado onde encontra-se até hoje, sem nenhum novo trâmite.
Iniciativa 2 - Elaborar diretriz para orientação e organização das ações de promoção da agricultura urbana e periurbana.	Sem informação.

Meta 9 – Ajustar, criar e publicar regulamentos técnicos e legislações adequados à promoção da segurança sanitária na produção orgânica, de base agroecológica e da sociobiodiversidade.

Iniciativas	Resultados alcançados
-------------	-----------------------

Iniciativa 1 - Elaborar e implementar plano de ação para promover inclusão produtiva com segurança sanitária, priorizando sistemas de produção de base agroecológica.

Plenamente executada. A ANVISA instituiu, com a Portaria 523/2017, o Programa para Inclusão Produtiva e Segurança Sanitária (PRAISSAN). O programa, com desenvolvimento nas três esferas de governo, busca estender as ações de vigilância sanitária às crescentes relações de consumo que se estabelecem em torno dos produtos e serviços oriundos do micro empreendedorismo. O PRAISSAN tem por objetivo aperfeiçoar o trabalho realizado pelo Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) junto aos microempreendedores individuais (MEI), empreendimentos familiares rurais (EFR) e empreendimentos econômicos solidários (EES), contribuindo, entre outras coisas, para a melhoria das condições sanitárias dos produtos e serviços ofertados por esses atores.

Iniciativa 2 - Realizar regulamentação de pelo menos uma norma sanitária incidente sobre os elos das cadeias de produtos da sociobiodiversidade no âmbito da competência da ANVISA.

Não executada. A ANVISA se propôs a em cumprir essa iniciativa a partir da regulamentação de produtos de Povos e Comunidades Tradicionais conforme determinação do artigo 19 do Decreto 8.772 de 11 de maio de 2016. A Coordenação de Articulação Social e Cidadania (COACI) do SNVS se propôs a coordenar um trabalho interno para a produção da normativa, mas este trabalho ainda não foi iniciado.

Anexo H – PLANAPO II

EIXO 2 - USO E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Objetivo 2 – Promover, ampliar e consolidar processos de acesso, uso sustentável, gestão, manejo, recomposição e conservação dos recursos naturais e ecossistemas em geral.

Meta 10 – Implementar iniciativas para o uso, a produção, o manejo, a conservação, a aquisição e a distribuição de recursos genéticos, com acesso facilitado, de interesse da agroecologia e da produção orgânica.

Iniciativas	Resultados alcançados
Iniciativa 1 - Ampliar e consolidar as ações de apoio à produção, manejo, uso e conservação de sementes crioulas e variedades, por meio da implantação de 1.000 bancos de sementes no Semiárido brasileiro e para povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, assegurando orçamento para o período do PLANAPO II.	Parcialmente executada - alcance maior que 50%. Em 2016 foram implantados 600 bancos de sementes, beneficiando diretamente 12 mil famílias de agricultores localizados no meio rural de 202 municípios em 9 estados abrangidos pelo semiárido. Além disso, também foi ampliada parceria na região, de forma que foi viabilizada a implantação de mais 72 bancos de sementes comunitários em 2017, com atendimento de mais 1.440 famílias. Além disso, a EMBRAPA e a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) elaboraram um plano de multiplicação e conservação de sementes no projeto Agrobiodiversidade do Semiárido, no programa INOVASOCIAL, envolvendo 53 municípios, 147 casas de sementes e 3.660 famílias. A meta era implantar 1.000 bancos.

Iniciativa 2 - Elaborar plano de multiplicação, disponibilização e conservação dinâmica de recursos genéticos de interesse da agroecologia e produção orgânica.

Sem informação. O Decreto 8.772 de 11 de maio de 2016, que regulamenta a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade, foi publicado. No entanto não foi encontrado nenhum plano específico de interesse da agroecologia e produção orgânica.

Iniciativa 3 - Fortalecer sistemas de abastecimento de sementes por meio da compra e distribuição de sementes crioulas, variedades e outros materiais propagativos de culturas para alimentação humana e animal, pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), fazendo com que o valor destas aquisições atinja 5% dos recursos aplicados anualmente pelo programa, priorizando mulheres, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.

Parcialmente executada - alcance abaixo de 50%. Em 2016 foram aplicados cerca de 0,9% na aquisição de sementes (R\$ 4 milhões de R\$ 429,8 milhões), 1,4% em 2017 (R\$ 5 milhões de R\$ 357,4 milhões) e 0,9% em 2018 (R\$ 2,2 milhões de R\$ 261 milhões).

Iniciativa 4 - Promover arranjo produtivo de pequenos animais no Semiárido, com o fim de conservar e multiplicar a base genética adequada à produção de base agroecológica, buscando atender 2.000 agricultores familiares.

Sem informação.

Iniciativa 5 - Apoiar a estruturação de bancos comunitários de sementes de interesse da agroecologia e da produção orgânica, estimulando a paridade de gênero na gestão dos bancos.

Parcialmente executada - alcance abaixo de 50%. Em 2018, em razão dos cortes orçamentários aplicados ao Plano Orçamentário PROORGÂNICO (Ação 8606), a Coordenação de Agroecologia e Produção Orgânica ficou impossibilitada de executar efetivamente a iniciativa, reduzindo suas atividades ao âmbito de dois estados Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. Assim, foram apoiados 65 Bancos de Sementes crioulas ou de adubos verdes, 312 agricultores atendidos e 1.346 estudantes e técnicos capacitados. Já em 2019, o reduzido número de servidores e os severos cortes orçamentários aplicados à Ação 8606 determinaram a priorização das ações de controle e fiscalização, em cumprimento às exigências da Lei 10.831/2003 e das atribuições regimentais aplicadas à CPOR/MAPA, impossibilitando a execução da iniciativa.

Iniciativa 6 - Apoiar a estruturação de Unidades de Beneficiamento de Sementes (UBS) de interesse da agroecologia e da produção orgânica

Sem informação.

Iniciativa 7 - Promover o acesso e apoiar projetos que viabilizem a produção e multiplicação de sementes e mudas varietais e crioulas, incluindo ensaios participativos de avaliação de recursos genéticos e de produtos da sociobiodiversidade de interesse da agroecologia, junto às redes territoriais de uso e conservação da sociobiodiversidade, por meio do Programa Nacional de Sementes e Mudas da Agricultura Familiar, priorizando a participação de mulheres e povos e comunidades tradicionais.

Não executada. O ano de 2019 foi marcado pela reforma administrativa realizada pelo Governo federal no início do exercício. A SEAD foi incorporada pelo MAPA e suas atribuições foram diluídas na nova estrutura do MAPA. As atribuições institucionais também foram redefinidas e, com isso, também foram redefinidas as atribuições de gestão das ações do PPA. A vigência do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO para o período 2016 - 2019 se encerrou no ano passado. Não foi instituído novo Plano e os colegiados que coordenavam a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - CNAPO e CIAPO - foram extintos. A CIAPO era de coordenação da extinta SEAD e não foi continuada no MAPA. Parte das ações previstas nos eixos do PLANAPO referentes a sociobiodiversidade e extrativismo foram incorporadas no Programa Bioeconomia Brasil Sociobiodiversidade, lançada pelo MAPA em junho de 2019.

Iniciativa 8 - Apoiar a estruturação de uma rede de mantenedores de cultivares de interesse da produção orgânica e de base agroecológica.

Não executada. Essa iniciativa visa apoiar por meio de Chamadas junto ao CNPq ou Termos de Execução Descentralizada junto a instituições públicas federais ações para a implementação e qualificação de unidades de produção, melhoramento, conservação e distribuição de material propagativo vegetal de interesse da agroecologia e produção orgânica. Em razão dos cortes orçamentários aplicados ao PO PROORGÂNICO (Ação 8606), a Coordenação de Agroecologia e Produção Orgânica ficou impossibilitada de executar efetivamente a iniciativa.

Iniciativa 9 - Revisar a Portaria nº 51/2007 - SEAD/CC/PR, referente ao registro de sementes, por meio de Grupo de Trabalho Operacional do SEAD/CC/PR, com participação de representantes da sociedade civil.

Sem informação.

Iniciativa 10 - Estabelecer mecanismos de incentivo à identificação, produção e conservação de sementes orgânicas adequadas aos sistemas de produção orgânica e de base agroecológica, para as diferentes regiões do país.

Plenamente executado. A EMBRAPA lançou o aplicativo Biosemeie que foi desenvolvido para controlar o estoque de sementes crioulas, contribuindo para a conservação da biodiversidade.

Iniciativa 11 - Elaborar diretrizes para o reconhecimento de Zonas Livres de Transgênicos e Agrotóxicos, especialmente em regiões de forte presença de agricultura familiar, assentamentos de reforma agrária, territórios de povos e comunidades tradicionais, unidades de conservação e seu entorno.

Sem informação.

Meta 11 – Promover o aproveitamento de fontes renováveis de energia para a agricultura familiar, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, associadas às atividades de base agroecológicas.

Iniciativas	Resultados alcançados
Iniciativa 1 - Criar e implementar o GT para elaboração da proposta do Programa Nacional de Aproveitamento de Fontes Renováveis de Energia pela Agricultura Familiar	Plenamente executada. A proposta de elaboração e implementação do Programa Nacional de Aproveitamento de Fontes Renováveis de Energia pela Agricultura Familiar (PRONAFER) tem como objetivo estruturar em nível nacional as ações de gestão e fomento que viabilizem a utilização de fontes de energias renováveis - eólica, solar e biomassa - tanto para o autoconsumo quanto para o sistema produtivo da agricultura familiar. Algumas articulações com outros órgãos governamentais, setor privado e bancos foram iniciadas. A Portaria 224, de 20 de outubro de 2016 instituiu o GT.
Iniciativa 2 - Elaborar a proposta do Programa Nacional de Aproveitamento de Fontes Renováveis de Energia pela Agricultura Familiar	Plenamente executada. O MAPA lançou em junho de 2019 o Programa Bioeconomia Brasil Sociobiodiversidade. O Programa tem como objetivo: "promover a articulação de parcerias entre o Poder Público, pequenos agricultores, agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e seus empreendimentos e o setor empresarial, visando a promoção e estruturação de sistemas produtivos baseados no uso sustentável dos recursos da sociobiodiversidade e do extrativismo, da mesma forma a produção e utilização de energia a partir de fontes renováveis que permitam ampliar a participação desses segmentos nos arranjos produtivos e econômicos que envolvam o conceito da bioeconomia."
Iniciativa 3 - Mapear o potencial de aproveitamento de fontes renováveis de energia pela agricultura familiar, pelos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, considerando a demanda existente.	Parcialmente executada - alcance abaixo de 50%. Os trabalhos de estudos, diagnósticos e prospecções sobre biomassa, florestas energéticas e o biogás estão mais avançados, pois partem de ações já estruturadas a partir de incentivos de programas existentes, consultorias contratadas, projetos aprovados e acordos de cooperação técnica realizados. Os trabalhos de estudos, diagnósticos e prospecções sobre energia solar e energia eólica ainda são iniciais e não apresentam resultados em números.

Iniciativa 4 - Sistematizar e difundir, por meio de publicações, capacitações e eventos, informações e instruções para viabilizar o aproveitamento de fontes renováveis de energia pela agricultura familiar, pelos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.

Parcialmente executada - alcance abaixo de 50%. foram realizados pela SEAD três cursos teóricos e práticos de formação de multiplicadores em energias renováveis para agricultura familiar para técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural do DF, GO, e MS e foram implementadas, por meio de Termo de Execução Descentralizada com a EMBRAPA Clima Temperado, 6 unidades técnicas demonstrativas no Rio Grande do Sul, para identificar o potencial de incremento na renda das propriedades familiares pela geração de energia produzida a partir de fontes renováveis, estimular a adoção da tecnologia pelos agricultores e fornecer subsídios para a elaboração de políticas públicas ligadas ao tema. a meta eram 10 eventos/publicações/capacitações realizadas, no entanto, apenas foi quantificado 3 cursos.

Iniciativa 5 - Capacitar Agentes de ATER na geração distribuída (como biogás, eólica, solar e uso de biomassa), entre outras tecnologias.

Parcialmente executada - alcance abaixo de 50%. Com incentivos e sinergia do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), foi criado em 2010 o Programa Nacional de Produção Sustentável da Palma de Óleo. O MDA participou ativamente de sua construção e acompanhamento com vários instrumentos de apoio para a cadeia: criação da linha de crédito Pronaf Eco Dendê, a capacitação de agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural e o monitoramento e articulação com atores envolvidos no tema. A meta prevista era a capacitação de 300 agentes de ATER, no entanto não houve quantificação da meta no relatório SIOP.

Iniciativa 6 - Implementar unidades de referência de aproveitamento de fontes renováveis de energia pela agricultura familiar, pelos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em empreendimentos de base agroecológica.

Parcialmente executada - alcance abaixo de 50%. 6 unidades de referência foram implantadas por meio de TED com a EMBRAPA Clima Temperado. A meta era a implantação de 50 unidades de referência.

Meta 12 – Propiciar segurança hídrica (acesso, manejo sustentável, conservação e distribuição de água), com base em princípios agroecológicos.

Iniciativas	Resultados alcançados
Iniciativa 1 - Implantar 50.000 unidades de tecnologias sociais de acesso à água para produção de alimentos (Segunda Água) em unidades de produção orgânica e de base agroecológica, garantindo a participação de mulheres na gestão de pelo menos 70% destas unidades.	Parcialmente executada - alcance acima de 50%. Em 2016 17.460 cisternas foram implantadas. Em 2017, 10.696, totalizando 28.156 cisternas implantadas. Entre 2016 e 2018 foram beneficiadas diretamente 37 mil famílias, e em 2019 mais 4.784 famílias.

Meta 13 – Promover ações de apoio à conservação e restauração ambiental.

Iniciativas	Resultados alcançados
-------------	-----------------------

Iniciativa 1 - Financiar projetos para recuperação florestal.

Parcialmente executado - alcance abaixo de 50%. O relatório SIOP destaca dois projetos que vêm sendo financiados (Edital FNDF 01/2015 e Edital FNMA 01/2015) para recuperação florestal. A meta prevista era de 18 projetos. Por fim, cumpre salientar que outras ações mencionadas na análise situacional do ano de 2018, tais como, Recupera Cerrado (DF), segunda etapa do Edital FNDF 01/2015, estão sendo reavaliadas, por conta das mudanças políticas e alterações da agenda institucional do SFB. Inicialmente, cabe destacar as duas principais dificuldades para a atuação do FNDF em escala compatível com os desafios a serem enfrentados, quais sejam: (1) baixa capacidade operacional da Gerência de Fomento e Inclusão Florestal (GEFI); (2) baixa dotação orçamentária para apoio a projetos que permitam ampliar o protagonismo do FNDF no setor. Além disso, durante o acompanhamento técnico dos contratos do Edital FNDF nº 01/2015 foram solucionados problemas de sobreposição de competência referentes a realização do cadastro ambiental rural por outras instituições, com o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) do Ministério do Desenvolvimento Regional e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF).

Iniciativa 2 - Implementar núcleos de coletas de sementes e produção de mudas - Programa Arboretum

Parcialmente executada - alcance abaixo de 50%. Destaca-se o apoio do SFB, em parceria com a UFLA, formalizada por meio do Termo de Execução Descentralizada – TED nº 01/2018, cujo objetivo é fortalecer o Centro de Desenvolvimento Florestal Sustentável Programa Arboretum, de forma a ampliar e consolidar as atividades de fomento à produção de mudas e sementes na região do extremo sul do estado da Bahia. No âmbito desta ação, em 2019, ressaltam-se as seguintes atividades: (1) oferta de assistência técnica continuada nos temas de coletas de sementes, produção de mudas, silvicultura de espécies nativas e técnicas de recomposição florestal em 4 núcleos da região; (2) a implantação de 3 unidades demonstrativas, contemplando a área aproximada de 7 hectares com técnicas de recomposição implementadas. A meta prevista era de 7 núcleos implantados.

Iniciativa 3 - Elaborar regulamentação da Lei 13.153 de 2015, que institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e seus instrumentos.

Não executada.

Iniciativa 4 - Implantar sistema eletrônico (Webambiente) para disponibilizar soluções tecnológicas para a adequação da paisagem rural, visando o uso, recuperação e restauração de áreas degradadas.

Plenamente executada. O Sistema Webambiente foi implantado, no entanto está em andamento a assinatura de Acordo de Cooperação Técnica entre o SFB e a EMBRAPA de forma a operacionalizar a integração do SICAR com o programa WEBAmbiente

Iniciativa 5 - Coletar, sistematiza e validar soluções tecnológicas para a recuperação de áreas degradadas em seis biomas nacionais. Plenamente executada. O banco de dados fornecido pelo CAR está presente em todos os biomas nacionais.

Iniciativa 6 - Apoiar a inscrição de imóveis rurais no Cadastro Ambiental Rural - CAR, incluindo territórios de povos e comunidades tradicionais. Plenamente executada. Após a implantação do CAR em 06/05/2014 já foram declarados no CAR mais 6,4 milhões de imóveis rurais, que correspondem à mais de 543.703.650,46 milhões de hectares (Boletim Informativo do SICAR de 31 de janeiro de 2020 disponível em: <http://www.florestal.gov.br/documentos/car/boletim-do-car/4418-revisao-boletim-car-encaminhar-07abril2020-1/file>). A meta prevista era de 100.000 imóveis rurais inscritos.

Iniciativa 7 - Apoiar a implementação dos Programas de Recuperação Ambiental (PRAs) nos Estados, por meio da oferta do módulo "PRA" no SICAR. Plenamente executada. Foram disponibilizados aos órgãos estaduais competentes, por meio do SICAR, os módulos de cadastro, análise de equipe, de Regularização Ambiental (PRA) monitoramento, gestão de acesso e relatórios. Atualmente, 17 estados e o Distrito Federal optaram por utilizar os módulos do SICAR, 4 estados utilizam o SICAR de forma customizada e 5 estados estão operando com sistema próprio e efetuando integrações com o SICAR.

Iniciativa 8 - Criar e implementar sistema de gestão para as atividades executadas no Programa Assentamentos Verdes (PPA). **Não executada.** O Termo de Execução Descentralizado - TED entre Incra e a Universidade Federal de Lavras - UFLA a fim de auxiliar a retificação dos assentamentos bem como realizar a manutenção e melhoria de aplicativos/programas associados ao cadastro/retificação junto ao CAR foi prorrogado até 31/12/2021.

Iniciativa 9 - Atender 1.000 projetos de assentamento pelo Programa Assentamentos Verdes, ampliando a atuação para a Caatinga e o Cerrado (PPA). **Parcialmente executada - alcance abaixo de 50%.** Apesar de 2.936 assentamentos terem sido atendidos pelo Programa Assentamentos Verdes, a atuação na Caatinga e Cerrado não ocorreu.

Meta 14 – Promover o uso e manejo sustentável dos solos com base em princípios agroecológicos.

Iniciativas	Resultados alcançados
Iniciativa 1 - Implementar ação de formação técnica de multiplicadores para o Programa de Manejo e Conservação dos Solos, para o controle dos processos erosivos e a promoção de sistemas sustentáveis de produção, visando à segurança hídrica e alimentar.	Sem informação.
Iniciativa 2 - Implantar Unidades de Recuperação de Áreas Degradadas e Redução da Vulnerabilidade Climática na Região Semiárida Brasileira - URADs.	Sem informação. Apesar de editais terem sido abertos em parceria com o Instituto Interamericano de Agricultura (IICA) não foram encontradas informações sobre as unidades implantadas.

EIXO 3 - CONHECIMENTO**Objetivo 3 – Ampliar a capacidade de construção e socialização de conhecimentos em agroecologia e sistemas orgânicos de produção, por meio da valorização da cultura local e intercâmbio.****Meta 15 – Promover serviços de ATER qualificados, na perspectiva agroecológica e de forma continuada, para 1.368.000 famílias da agricultura familiar, assentadas da reforma agrária, extrativistas e pertencentes a povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.**

Iniciativas	Resultados alcançados
Iniciativa 1 - Qualificar 20 mil agentes de ATER, garantindo a participação de pelo menos 40% de mulheres entre as pessoas capacitadas.	Parcialmente executada - alcance maior que 50%. As ações de formação de agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural visam contribuir para a expansão do aprendizado e qualificação profissional de técnicos e técnicas e agricultores e agricultoras familiares, de forma a permitir a atualização, o aprofundamento, a construção e a troca de conhecimentos com ênfase nos conceitos e princípios da Política Nacional de ATER (PNATER), dos 20.000 agentes de ATER previstos inicialmente foram formados 19.800, 99% do previsto devido a convênios e contratos de repasse firmados com entidades de ATER e atuação da ANATER na capacitação inicial das chamadas públicas.
Iniciativa 2 - Prestar Ater qualificada e continuada para 1 milhão de agricultores familiares, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, assegurando que pelo menos 50% do público atendido seja de mulheres e que 30% do orçamento seja destinado a atividades específicas de mulheres.	Parcialmente executada - alcance maior que 50%. Embora os cortes e contingenciamentos orçamentários tenham impactado negativamente o desempenho da ação, no período de 2016 a 2019 foram atendidos 551.890 agricultores familiares perfazendo um total de 62,7% do previsto.
Iniciativa 3 - Prestar Ater qualificada, direcionada e continuada para 368.000 famílias assentadas da reforma agrária e extrativistas, assegurando que pelo menos 50% do público atendido seja de mulheres e que 30% do orçamento seja destinado a atividades específicas de mulheres.	Plenamente executada. A execução desta Meta tem por finalidade dotar os Projetos de Assentamento do Programa Nacional de Reforma Agrária com ações de Assistência Técnica (ATER), visando possibilitar o desenvolvimento técnico, social e ambiental das famílias assentadas. Em 2019, foram atendidas 10.972 famílias na região Sudeste, 2.903 famílias na região Centro-Oeste e 1.529 famílias na região Norte, totalizando apenas 15.404 famílias atendidas em 2019. Considerando o acumulado no PPA 2016-2019, temos um total de 593.214 famílias atendidas, o que representa 161% da meta prevista. Importante esclarecer que todos os contratos de ATER foram definitivamente suspensos em 2019, tendo em vista as limitações orçamentárias do Programa e a impossibilidade de manter a regularidade dos contratos vigentes.

Iniciativa 4 - Implementar plano de formação e qualificação de Agentes de ATER, e estabelecer parcerias garantindo conteúdos e módulos específicos sobre mulheres rurais e gênero.

Plenamente executada. Esta iniciativa foi realizada em 2017 através do Termo de Execução Descentralizada nº 45/2015, firmado entre a SEAD e a Universidade Federal do Ceará (UFC) em 2015, cuja vigência foi prorrogada até junho de 2018. Este TED tem por objeto apoiar e fortalecer, a partir de processos de formação/capacitação e pesquisa, a organização produtiva e de formação no tema mulheres e agroecologia, na Região Nordeste, nos Estados do Ceará e Bahia, com enfoque de trabalho para com mulheres atingidas por barragens. O projeto envolve a participação de 100 agentes de ATER e contou com a realização de cursos sobre a temática de Feminismo, Agroecologia e Convivência com o Semiárido em 2017. Em 2018 não foram realizadas ações específicas de capacitação de agentes de ATER para atuação com mulheres e foco na agroecologia com recursos, oriundos da ação orçamentária 210W. Quanto às capacitações realizadas pela ANATER em 2018, foi observado que a programação apresentada contemplou um módulo, com 1h30 de duração, para tratar da temática “Gênero”, e um módulo denominado “Agroecologia”, com 3h00 de duração.

Iniciativa 5 - Implementar capacitação técnica em instrumentos de apoio à gestão ambiental territorial rural (Zoneamento Ambiental e Produtivo em Territórios Rurais - ZAP e Indicadores de Sustentabilidade em Agroecossistemas - ISA)

Sem informação.

Iniciativa 6 - Assegurar a formação técnica em manejo florestal de uso múltiplo para técnicos de ATER, como forma de promover o uso sustentável da biodiversidade.

Plenamente executada. A execução do Projeto Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia, com o lançamento do Portal Saberes da Floresta e a disponibilização de quatro cursos na plataforma de Educação à Distância – EAD do SFB, totalizando 3.014 pessoas capacitadas; realização de cursos de capacitação, presenciais ou à distância, em assuntos relacionados ao processo de regularização ambiental e à temática florestal, perfazendo o quantitativo de 11.638 pessoas capacitadas. Em 2019 foram disponibilizados dois novos cursos no portal Saberes da Floresta, quais sejam, “Introdução à Concessão Florestal” e “Gestão de Empreendimentos Comunitários”, bem como foram abertas novas turmas dos cursos já disponibilizados em 2017, resultando na aprovação de 2.535 pessoas.

Meta 16 – Fomentar processos de construção e socialização coletiva do conhecimento em agroecologia, integrando atividades de ensino, pesquisa e extensão rural.

Iniciativas

Resultados alcançados

- Iniciativa 1 - Estimular a formação de pelo menos 20 profissionais da EMBRAPA em programas de pós-graduação em agroecologia, produção orgânica e áreas correlatas. Sem informação. Os relatórios SIOP não indicam em quais áreas do conhecimento seus profissionais foram capacitados. Dois pesquisadores concluíram sua capacitação em programas de pós-graduação stricto sensu em nível de doutorado e onze concluíram a capacitação cientista visitante (pós-doutorado) tanto no Brasil como no exterior, em áreas emergentes do conhecimento como Nutrição Animal, Ciência da Planta e Solo e Biotecnologia. Ademais, 951 receberam capacitações de curta duração em diferentes temáticas. Tem-se um total de 4.829 pesquisadores capacitados assim distribuídos: 1.552 em 2019; 961 em 2018; 1.403 em 2017 e 913 em 2016.
- Iniciativa 2 - Ampliar o número de projetos de pesquisa, intercâmbio e construção do conhecimento componentes do Portfólio de Sistemas de Produção de Base Ecológica. Plenamente executada. As soluções em agroecologia e produção orgânica produzidas pela EMBRAPA já somam 189, organizadas em um bando de dados da empresa.
- Iniciativa 3 - Estruturar 2 novos arranjos regionais de projetos de pesquisa, intercâmbio e construção do conhecimento em agroecologia e produção orgânica. Plenamente executada. A EMBRAPA, por meio de suas Unidades Descentralizadas, regionaliza seus estudos promovendo arranjos regionais dos projetos.
- Iniciativa 4 - Incluir os temas relacionados à agroecologia e produção orgânica nas agendas de prioridades das Unidades Descentralizadas da EMBRAPA. Sem informação. No plano diretor da EMBRAPA 2020-2024 os sistemas de produção de base ecológica estão como parte do portfólio de projetos prioritários. No entanto, não há informação sobre essa priorização nos anos do PLANAPO e nem se essa prioridade é mantida nas UDs.
- Iniciativa 5 - Promover ações de sensibilização e formação dos/as profissionais, gestores/as da EMBRAPA e parceiros em agroecologia, gênero e diversidade cultural. **Parcialmente executada - alcance abaixo de 50%.** O Plano tinha como meta 20 eventos de sensibilização. Alguns eventos foram realizados como apoio aos Congressos de Agroecologia, cursos e workshops de Agroecologia entre outros, mas não foi encontrado o quantitativo certo.
- Iniciativa 6 - Sistematizar 60 experiências com foco nas práticas desenvolvidas nos sistemas de produção agroecológicos, com recorte de gênero, a fim de promover a inovação social junto a agricultores e agricultoras familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais. **Parcialmente executada - alcance abaixo de 50%.** 12 tecnologias sociais foram incorporadas. Sendo: mandacaru sem espinho, criação de galinha caipira, projeto bem diverso (que internaliza boas práticas de manejo da biodiversidade e cria estratégias para a inserção desses produtos no mercado), hortaliças não convencionais, quintais orgânicos de frutas, partitura da biodiversidade (P BIO - coleção de variedades crioulas ou originadas em instituições de pesquisa oferecidas aos agricultores para testagem), entre outras não mencionadas diretamente.

Iniciativa 7 - Divulgar o valor nutricional de espécies nativas da flora brasileira, de valor econômico atual ou potencial, e o papel que essas espécies podem desempenhar na promoção da segurança alimentar e nutricional, bem como na composição de regimes alimentares saudáveis. Plenamente executada. O Projeto Biodiversidade para Alimentação e Nutrição (BFN) encerrou-se em outubro de 2018 com destaque para os resultados: i) a análise da composição nutricional de 70 espécies nativas; ii) produção de um banco de dados e de curso on-line; e iii) edição de Portaria Interministerial MMA/MDS, com a Lista Oficial de Espécies Nativas da Sociobiodiversidade Brasileira de Valor Alimentício.

Iniciativa 8 - Efetivar a participação de 8 mil pesquisadores/as, agentes de ATER e agricultores/as familiares em redes temáticas de construção e compartilhamento de conhecimento e tecnologias, garantindo a participação de, pelo menos, 50% de mulheres. Parcialmente executada - alcance maior que 50%. Em relação à participação de pesquisadores, agentes de ATER e agricultores familiares em redes temáticas de construção e compartilhamento de conhecimento e tecnologias dos 8.000 previstos conseguimos atingir a meta de 5.663 pesquisadores envolvidos em projetos que articulam ensino, pesquisa e extensão para a construção do conhecimento agroecológico.

Iniciativa 9 - Apoiar financeiramente a implantação e funcionamento de núcleos de estudos em agroecologia e produção orgânica, em instituições de ensino superior e de educação profissional em projetos que articulem as áreas de ensino, pesquisa e extensão, apropriados às realidades locais, para educadores, educandos, técnicos e agricultores/as, estimulando o intercâmbio e a formação de redes entre os NEAs. Parcialmente executada - alcance maior que 50% A meta era apoiar 200 núcleos, no entanto, até o fim da vigência do Plano, 139 projetos foram apoiados. A Chama Pública 02/2016 (MCTI/MAPA/CNPq) apoiou 44 projetos de implementação e/ou manutenção de NEAs em instituições da Rede Federal de Educação Profissional. Também em 2016 foi lançada a Chamada 21/2016 (MCTI/MAPA/MEC/SAF-CASA CIVIL/CNPq) no valor de R\$ 10,7 milhões com a finalidade de apoiar a implantação e manutenção de NEAs e CVTs em universidades. Esta Chamada apoiou 96 projetos divididos em: criação de NEAs (50 projetos), manutenção de NEAs (32 projetos), criação de CVTs (9 projetos) e manutenção de CVTs (5 projetos).

Iniciativa 10 - Implantar e/ou fortalecer espaços de referência tecnológica em agroecologia e produção orgânica em 15 Unidades Descentralizadas da EMBRAPA, criando áreas demonstrativas de apoio à pesquisa, ensino e extensão. Sem informação.

Iniciativa 11 - Implementar 25 novos Núcleos Temáticos de Agroecologia e Produção Orgânica nas Unidades Descentralizadas da EMBRAPA e OEPAS e fortalecer os existentes. Plenamente executada.



Escola Nacional de Administração Pública

Iniciativa 12 - Desenvolver, validar e socializar 500 tecnologias e boas práticas adequadas à produção orgânica e de base agroecológica, adaptadas às realidades locais. Parcialmente executada - alcance maior que 50%. 228 tecnologias apropriadas aos sistemas de produção orgânica e de base agroecológica foram disponibilizadas. O não alcance da meta se deu por conta dos cortes orçamentários impostos à Ação 8606 de 2017 a 2019, cuja dotação orçamentária passou de R\$ 5.700.000,00 em 2016, para R\$ 3.031.558,00,00 em 2017, R\$ 2.900.00,00 em 2018 e R\$ 2.764.500,00, em 2019, representando uma redução de 52% dos recursos anuais. Sem recursos orçamentários, foi necessário priorizar as ações de controle e fiscalização, em cumprimento às exigências da Lei 10.831/2003 e das atribuições regimentais aplicadas à CPO/MAPA.

Iniciativa 13 - Realizar seminário de avaliação sobre Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) agroecológica, com prestadores das chamadas públicas de Ater, Estados e instituições da sociedade civil. Sem informação.

Meta 17 - Promover educação com enfoque agroecológico e em sistemas orgânicos de produção, para estudantes, agentes de Ater, produtores/as, agricultores/as familiares, extrativistas, pescadores/as, assentados/as de reforma agrária, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres rurais, de acordo com as especificidades regionais.

Iniciativas	Resultados alcançados
Iniciativa 1 - Promover educação profissional técnica de nível médio com enfoque agroecológico e em sistemas orgânicos de produção para estudantes da Rede CEFFAs (Centros Familiares de Formação por Alternância), produtores/as, agricultores/as familiares, assentados/as da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres rurais, de acordo com as especificidades regionais.	Sem informação.
Iniciativa 2 - Promover formação inicial e continuada - FIC ou qualificação profissional com enfoque agroecológico e em sistemas orgânicos de produção para estudantes, produtores/as, agricultores/as familiares, assentados/as da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres rurais, de acordo com as especificidades regionais.	Sem informação.
Iniciativa 3 - Formar 5000 alunos de nível médio e superior visando a capacitação e formação profissional de trabalhadores rurais em agroecologia e produção orgânica.	Parcialmente executada - alcance maior que 50%. As ações do PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - não informam se a formação foi em agroecologia e produção orgânica, no entanto 4.025 alunos foram formados no período do Plano.

Iniciativa 4 - Realizar 15 cursos de formação profissional de trabalhadores/as rurais, com enfoque em agroecologia e produção orgânica - Residência Agrária. **Não executada.** Considerando os projetos políticos pedagógicos aprovados para novos cursos (em torno de 110), temos uma demanda para novos projetos de aproximadamente 15.000 novos estudantes aptos a incorporar as metas do PRONERA, mas que não se tornaram em projetos em execução em razão do orçamento insuficiente sendo redução de 17,8% em 2016, 63,6% em 2017, 90,1% em 2018 e 80% em 2019 do orçamento do PRONERA.

Iniciativa 5 - Ofertar 4.000 vagas a jovens de 18 a 29 anos por meio de ações voltadas à elevação da escolaridade na educação básica integrada à qualificação profissional e ao desenvolvimento da participação cidadã. **Plenamente executada.** O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) é um dos programas de ação suplementar, responsável pela elevação da escolaridade na educação básica integrada à qualificação profissional e ao desenvolvimento da participação cidadã. É voltado à inclusão educacional e social dos jovens de 18 a 29 anos que saibam ler e escrever, mas não concluíram o ensino fundamental. O objetivo do Programa é elevar a escolaridade de jovens por meio da modalidade de educação de jovens e adultos (EJA) integrada à qualificação profissional, e do desenvolvimento de ações comunitárias com exercício da cidadania. Os cursos têm duração de 18 meses no PROJOVEM Urbano e de 24 meses no PROJOVEM Campo. Em 2017, foram lançadas novas edições para o PROJOVEM Urbano e PROJOVEM Campo – Saberes da Terra (Resoluções CD/FNDE/MEC nº 11/2017 e nº 13/2017, respectivamente), destinadas aos entes federados que dispunham de saldo em conta específica do Programa e desejavam participar de nova edição para entrada de estudantes (saldo em conta igual ou superior a R\$ 630 mil, no caso do PROJOVEM Urbano, e R\$ 130 mil, para o PROJOVEM Campo). A edição 2017 do PROJOVEM Urbano contou com a adesão de 38 entes federados, dentre os quais 13 estados e 25 municípios, e do PROJOVEM Campo, 56 entes federados, dentre os quais 11 estados e 45 municípios. Esse processo corresponde à oferta de, aproximadamente, 53 mil vagas no âmbito do Programa. A oferta de vagas trata da adesão que ocorreu no final de 2017. As matrículas e as aulas iniciaram em 2018, que encerraram ao longo de 2019. Não houve oferta de novas vagas em 2018 e 2019.

Iniciativa 6 - Fortalecer e ampliar a linha de agroecologia nos editais do Programa de Extensão Universitária (PROEXT). **Parcialmente executada - alcance de 50%.** Em 2016 foi lançado um edital PROEXT que tinha como linha temática a agroecologia e produção orgânica. Não foram encontrados outros editais. A meta prevista era a publicação de 2 editais.

Meta 18 - Ampliar a formação da juventude em agroecologia e sua participação em processos de educação, produção, gestão e comercialização de produtos orgânicos e de base agroecológica e da sociobiodiversidade, visando sua emancipação, permanência e autonomia e contribuindo para a sucessão rural, com atendimento de, pelo menos, 50% de mulheres.

Iniciativas	Resultados alcançados
Iniciativa 1 - Apoiar a contratação de 50 projetos de desenvolvimento da juventude rural por meio de suas associações e cooperativas, com foco em agroecologia e produção orgânica	Parcialmente executada - alcance menor que 50%. Os relatórios SIOP mencionam projetos executados, mas não os quantifica. Ainda há menção ao ProCoopJovem - Programa de Estímulo e Promoção do Cooperativismo para a Juventude, mas também sem quantificações, apenas destaca a plena execução de Convênio com a Empresa de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EPAGR/SC).
Iniciativa 2 - Realizar pesquisa sobre juventude rural no Brasil, com destaque para os desafios e as potencialidades da transição agroecológica.	Sem informação.
Iniciativa 3 - Promover ATER agroecológica para 80 mil jovens rurais da agricultura familiar, com foco em agroecologia e produção orgânica	Não executada. Em 2017 foi desenhada pela SEAD uma nova Chamada de ATER específica para a juventude e encaminhada para a Agência Nacional de ATER (ANATER). Entretanto, as contratações pela ANATER estiveram em fase inicial de operacionalização durante o ano de 2017 e a nova Chamada de juventude não foi iniciada. Em 2018, foram realizadas reuniões e diálogos com os gestores da ANATER para a elaboração e construção das diretrizes, eixos, estratégias, metodologias e atividades da chamada pública de ATER específica para juventude rural, para atendimento de 2.500 jovens da região Norte. No entanto, a mesma não foi publicada em 2018. A ANATER informou a impossibilidade de publicação da chamada devido à falta de orçamento para sua execução. A Chamada Pública específica para a juventude não foi lançada em 2019, mas as metas de juventude foram inseridas em diversas outras Chamadas Públicas lançadas entre 2018 e 2019. Hoje a ANATER atende em instrumentos firmados por todo o Brasil 50 mil jovens segundo dados retirados do Sistema de Gestão de Ater (SGA).
Iniciativa 4 - Instituir o Programa de Formação Agroecológica e Cidadã, beneficiando 20 mil jovens rurais.	Parcialmente executada - alcance menor que 50%. O Governo Federal lançou em 3 de maio de 2016 o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural (Decreto 8.736/2016) que possuía entre suas metas e iniciativas o Programa de Formação Agroecológica e Cidadã que entram em fase de conclusão em 2018, alcançando um público de 9.600 jovens rurais. O Programa foi encerrado em 2019, conforme já estava previsto.

Meta 19 - Implementar estratégias de socialização do conhecimento e comunicação, com vistas à ampla disseminação da agroecologia e da produção orgânica e à divulgação de seus benefícios ambientais, sociais e à saúde, frente ao público específico da política e à sociedade em geral.

Iniciativas	Resultados alcançados
Iniciativa 1 - Mapear e apoiar ações e projetos com foco em saúde do trabalhador e agroecologia, em articulação com CEREST Estaduais e Regionais nas 27 Unidades da Federação.	Sem informação. O relatório SIOP traz informações a respeito da cobertura das CERESTs sendo acima de 70% nos 4 anos do Plano. O mesmo documento informa da reavaliação de procedimentos clínicos quanto a intoxicação por agrotóxicos, mas não informa a respeito de projetos vinculados à agroecologia.
Iniciativa 2 - Revisar, organizar e publicar resultados de levantamento relativo aos aspectos botânico-ecológicos e das diferentes possibilidades de uso de espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial das Regiões Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Norte do país.	Parcialmente executada - alcance menor que 50%. Em 2017 foi publicado o livro "Espécies Nativas da Flora Brasileira de Valor Econômico Atual ou Potencial - Plantas para o Futuro" - Centro-Oeste. NO PLANAPO I foi publicado livro para a região Sul. Estavam previstas 4 publicações.
Iniciativa 3 - Inserir os conceitos e benefícios ambientais e sociais da agroecologia e da produção orgânica no documento "Diretrizes Nacionais para a Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos", a ser publicado e divulgado pelo Ministério da Saúde, de forma a apresentá-las como estratégias para promoção à saúde.	Plenamente executado. O documento foi publicado em 2017.
Iniciativa 4 - Elaborar e divulgar a versão revisada do Marco Referencial de Agroecologia da EMBRAPA.	Não executado. O Marco Referencial de Agroecologia data de 2006. Não foi encontrada nenhuma versão revisada desse documento.
Iniciativa 5 - Realizar 160 eventos de pesquisa, intercâmbio e construção do conhecimento em agroecologia, produção orgânica e áreas correlatas, que contribuam para o processo de internalização do tema na EMBRAPA, de forma integrada com ensino, ATER e agricultores/as familiares, povos e comunidades tradicionais.	Parcialmente executada - alcance menor que 50%. A EMBRAPA realizou vários eventos para construção do conhecimento agroecológico como congressos, simpósios, workshops, no entanto não foram encontrados dados quantitativos específicos.
Iniciativa 6 - Realizar Seminário de Educação em Agroecologia, em parceria com a Associação Brasileira de Agroecologia.	Plenamente executado. O Seminário ocorreu entre os dias 25 a 27 de outubro de 2016 na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ.

- Iniciativa 7 - Elaborar material educativo direcionado a trabalhadores/as rurais, apresentando a agroecologia e a produção orgânica como alternativas sustentáveis de produção de alimentos saudáveis e como impulsionadoras da promoção à saúde. Plenamente executado. Em 2018 a Escola de Saúde Pública de Minas Gerais publicou a cartilha "Mulheres, agroecologia e as lutas por saúde30 anos do SUS, 20 anos do setor de saúde do MST-MG". Disponível em: <https://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/mulheres-agroecologia-esp-2018.pdf>
- Iniciativa 8 - Realizar estudos para avaliar a contribuição de sistemas agroecológicos sobre os serviços ecossistêmicos no âmbito dos ODS e da INDC do Brasil. Plenamente executada. A EMBRAPA lançou em 2018 cadernos que demonstram a atuação da empresa junto aos ODS, fortalecendo a contribuição dos sistemas agroecológicos. Para mais informações: <https://www.embrapa.br/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>
- Iniciativa 9 - Realizar estudos para avaliar a contribuição do PLANAPO na agenda do clima em territórios selecionados. Sem informação.
- Iniciativa 10 - Desenvolver e manter atualizado portal sobre as políticas de agroecologia, com produção de notícias específicas, em parceria com as ASCOMs dos órgãos envolvidos no PLANAPO e organizações da sociedade civil. Plenamente executada. A promoção do acesso à informação sobre as políticas de fomento à agroecologia e produção orgânica, através do portal Agroecologia.gov.br, lançado em 2017 em ocasião do Plano Safra. O portal continua em funcionamento, sendo que em 2018 foram registrados 25.024 acessos ao sítio, que disponibiliza publicações, eventos, material informativo, calendário das reuniões da Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO) e da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO).
- Iniciativa 11 - Desenvolver uma estratégia de comunicação referente ao PLANAPO e às ações, informações e conhecimentos cuja comunicação poderá potencializar a efetividade do Plano. Plenamente executada. O portal Agroecologia foi a estratégia utilizada para comunicar as ações referentes ao PLANAPO (www.agroecologia.com.br). De acordo com a CIAPO, a intenção é que o portal seja uma ferramenta de comunicação da PNAPO, não apenas um portal de notícias relacionadas ao tema. Para que isso e outras ações nesse campo sejam possíveis, tais como o cumprimento da estratégia de comunicação, foi criado um Grupo de Trabalho de Comunicação (GTCom) no âmbito da CIAPO, no entanto, o GT apesar de formalmente instituído, seus membros não foram nomeados devido ao contexto de eleições e mudanças de gestão vivido no Governo Federal desde o final de 2018.



Escola Nacional de Administração Pública

Iniciativa 12 - Realizar 5 Seminários Regionais de Agroecologia e Produção Orgânica Parcialmente executada - alcance maior que 50%. Em 2017, já haviam sido realizados os Seminários Regionais de Agroecologia e Produção Orgânica nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, com participação de 600 representantes locais de governos e organizações nos estados, envolvidos na elaboração de leis e planos estaduais de agroecologia e produção orgânica. No ano de 2018, dando continuidade ao apoio à realização dos Seminários de Agroecologia e Produção Orgânica, foi realizado um seminário da região Centro-Oeste (Campo Grande – MS) que contou com a participação de 200 pessoas. A meta previa a realização de 3 seminários em 2017, que foi cumprida, e dois em 2018, em que apenas um seminário foi realizado.

Anexo J – PLANAPO II

EIXO 4 - COMERCIALIZAÇÃO E CONSUMO

Objetivo 4 – Fortalecer a comercialização dos produtos orgânicos, de base agroecológica e da sociobiodiversidade nos mercados locais, regionais, nacional, internacional e nas compras públicas e promover a ampliação do consumo de tais produtos.

Meta 20 – Promover a comercialização e o consumo de produtos orgânicos, de base agroecológica e da sociobiodiversidade.

Iniciativas	Resultados alcançados
Iniciativa 1 - Garantir, até 2019, pelo menos 5% dos recursos aplicados anualmente pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para aquisições de alimentos orgânicos, da sociobiodiversidade e de base agroecológica.	Parcialmente executada - alcance abaixo de 50%. O percentual de participação dos orgânicos nas aquisições do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ainda não chegaram à meta de 5%, sendo 2% em 2016 e 2,5% em 2017.
Iniciativa 2 - Realizar eventos periódicos com gestores públicos responsáveis pelas aquisições do PNAE, visando incentivar a aquisição de alimentos de origem orgânica, agroecológica e da sociobiodiversidade nos cardápios da alimentação escolar.	Plenamente executada. o FNDE passou a viabilizar a criação de espaços intersetoriais de construção coletiva, dialógica e multiprofissional para a promoção da saúde no ambiente escolar. Entre eles: Encontro Técnicos de Nutricionistas e Encontros Técnicos da Rede Federal de Nutricionistas.
Iniciativa 3 - Monitorar a inclusão dos gêneros orgânicos e/ou agroecológicos nas aquisições do PNAE realizadas pelas entidades executoras.	Sem informação.

Iniciativa 4 - Produzir material informativo para incentivar a inclusão dos produtos orgânicos e/ou agroecológicos nas aquisições para a alimentação escolar.

Plenamente executada. Foi encontrado um material informativo na página do FNDE. Cartilha disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-area-gestores/pnae-apresentacoes> Além disso, No exercício de 2019 também foram produzidos e disponibilizados pelo FNDE os seguintes produtos: 1) Caderno de Legislação - PNAE/2019; 2) Livro Educação Alimentar e Nutricional – Articulação de Saberes (disponível em PDF); 3) Livro Jornada EAN: Melhores Relatos da Educação Infantil e Ensino Fundamental - 2ª Edição (2018); e 4) vídeos (disponibilizados na página do FNDE no YouTube), abordando os temas: “Merendeira como agente transformadora da alimentação escolar”; “Sustentabilidade na Alimentação Escola”; “Imagem corporal e bullying”; “Movimento + Comida de Verdade= Saúde”.

Iniciativa 5 - Realizar campanha permanente de promoção dos produtos orgânicos, fazendo uma abordagem sobre os benefícios ambientais, sociais e nutricionais desses produtos, estimulando o seu consumo e divulgando os princípios agroecológicos.

Plenamente executada. A Coordenação de Produção Orgânica/MAPA promove a realização da Semana do Alimento Orgânico desde 2005, que acontece sempre na última semana de maio com objetivo de promover o produto orgânico e conscientizar os consumidores sobre os princípios agroecológicos que regem a produção orgânica e a importância do consumo responsável. Cabe salientar que, em 2020, devido às restrições impostas pela pandemia do Corona Vírus, a campanha ocorreu de forma online.

Iniciativa 6 - Implementar as recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira, em ações e estratégias de Educação Alimentar e Nutricional, intrasetorial, intersetorial e transetorial, reforçando o consumo de alimentos regionais e as práticas produtivas sustentáveis que respeitem a biodiversidade.

Plenamente executada. Uma das ações intersetoriais propostas foi a alteração das capas dos livros didáticos distribuídos no PNLD. Iniciou em 2015 e, desde então, todas as capas dos exemplares distribuídos pelo PNLD (2017, 2018, 2019 e 2020) passaram a conter ilustrações de temas afetos à segurança alimentar e nutricional. Essas imagens visaram incentivar a reflexão sobre a alimentação e sua interface, por exemplo, com a cultura, com as questões da vida cotidiana, com o sistema alimentar (produção, distribuição, comercialização e consumo), com a sustentabilidade e fomentar a formação de hábitos alimentares saudáveis dos estudantes, alinhadas às recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira (MS). Assim, no ano de 2019, foram distribuídos 126.099.033 exemplares de livros didáticos contendo mensagens de promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar, em 147.857 unidades escolares, atendendo a 35.177.899 estudantes matriculados no Ensino Fundamental e Médio, com o total de R\$ 1.102.025.652,17 investidos em aquisição e distribuição.

Iniciativa 7 -Incentivar a estruturação de 40 feiras, redes e/ou centrais de comercialização locais e regionais para beneficiários do PNRA. **Parcialmente executada - alcance abaixo de 50%.** Por todo o Brasil há feiras da Reforma Agrária. Não foi encontrado o número total de feiras existentes.

Iniciativa 8 - Fortalecer e agilizar o reconhecimento de equivalência de regulamentos e procedimentos relacionados à garantia da qualidade orgânica, com outros países, prioritariamente com os da América Latina. **Parcialmente executada - alcance abaixo de 50%.** Em setembro de 2018 foi assinado o Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile sobre o reconhecimento mútuo de analogias e semelhanças nas normativas da produção orgânica e mecanismos de controle da qualidade orgânica em ambos os países. Em dezembro de 2018 foi assinado o primeiro Plano de Trabalho do Memorando de Entendimento entre o Ministério da Agricultura da República do Chile e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil com conseqüente início do fluxo comercial de produtos orgânicos entre o Chile e Brasil. A meta prevista nesta iniciativa era a equivalência reconhecida em 3 países, no entanto só foi firmado apoio com um.

Iniciativa 9 - Qualificar a gestão de organizações econômicas da agricultura familiar de base orgânica ou agroecológica através do COOPERAF/Mais Gestão nas áreas de gestão, produção, agroindustrialização e acesso aos mercados, considerando sua diversidade e suas especificidades.

Plenamente executada. No intuito ampliar as ações de fortalecimento das organizações econômicas da Agricultura Familiar, o MDA criou, por meio da Portaria Ministerial nº 204/2015, o Programa Nacional de Fomento e Fortalecimento do Cooperativismo e Associativismo Solidário da Agricultura Familiar e Reforma Agrária – COOPERAF. O programa visa apoiar o cooperativismo e associativismo da agricultura familiar, por meio de, entre outros, oferta de ações de assistência técnica, apoio a qualificação de processos de gestão, produção e comercialização, organização social e formação técnica. Ou seja, o ATER Mais Gestão passou a ser um eixo estratégico do programa. Para a seleção do público beneficiário a Secretaria Especial publicou edital de adesão ao programa COOPERAF, no qual foi priorizada as organizações com o maior número de quilombolas e indígenas no seu quadro social. Foram atendidas 1.689 cooperativas/associações. Por fim, é importante registrar que a extinção em 2016 do Ministério do Desenvolvimento Agrário que foi transformado em Secretaria Especial, que por sua vez em 2019 foi extinta, impactaram no alcance da meta, considerando a perda de recursos orçamentários e de servidores.

Iniciativa 10 - Apoiar a inserção da agricultura familiar em feiras e eventos de produtos orgânicos e de base agroecológica de abrangência estadual, nacional e internacional.

Plenamente executada. O apoio à inserção da agricultura familiar em feiras e eventos de abrangência estadual, nacional e internacional ocorreu, sobretudo, com a participação da SEAD em três feiras internacionais, com a participação de 22 empreendimentos e beneficiando cerca de 12 mil famílias de agricultores familiares. Em nível regional, houve o apoio da Secretaria para a participação em cinco feiras com a participação de 142 empreendimentos. Em 2019 a SAF realizou em conjunto com a Conab eventos intitulados "Encontros de Oportunidades para Empreendimentos da Agricultura Familiar e da Sociobiodiversidade" cujo objetivo foi: Conectar ofertantes e demandantes de produtos da sociobiodiversidade visando a geração de negócios e oportunidades mediante o estabelecimento de arranjos/parcerias com o setor empresarial e mercados institucionais. Foram realizados 4 Encontros nos estados do Rio de Janeiro/RJ, João Pessoa/PB, Salvador/BA e Belém/PA. Beneficiários diretos: 764 Cooperativas e Associações Beneficiários Indiretos: 3.120 famílias 14.880 agricultores familiares. Em 2019, as atribuições para Promoção Comercial Internacional da SEAD foram transferidas para a Secretaria de comércio e Relações Internacionais SCRI, de modo que a estratégia é desenvolvida por eles, e a Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo SAF pode participar através do financiamento de feiras ou rodadas de negócios. Em 2019 não foram realizadas ações voltadas para a agricultura familiar.

Iniciativa 11 - Revisar portaria do SIPAF para permitir identificação de produção de base agroecológica e orgânica.

Plenamente executada. O SIPAF foi criado pela portaria MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) nº 45, de 28 de julho de 2009, buscando identificar os produtos oriundos da agricultura familiar. Ação que busca favorecer o fortalecimento da identidade social da agricultura familiar perante os consumidores, informando e divulgando a presença significativa da deste tipo de produção de alimentos e serviços. A nova portaria do Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar (SIPAF), nº 129, de 7 de março de 2018 foi revisada e publicada. De acordo com o documento, o SIPAF passa a ter validade de dois anos e não mais de cinco, como determinava a portaria nº 7, de 2012.

- Iniciativa 12 - Promover a inserção de 150 produtos da agrobiodiversidade brasileira na estratégia de resgate e apoio à comercialização, via parceria com o movimento "Slow food".
- Plenamente executada. Quanto à inserção da agricultura familiar no movimento "Slow Food", com foco no uso e produção a partir da sociobiodiversidade brasileira, em 2018 foram realizadas as últimas atividades do TED nº 43/2015, celebrado em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com realização de seminários, oficinas, visitas técnicas e capacitações beneficiando diretamente 960 agricultores(as), além de publicação de 2.500 cartilhas, 1.000 postais sobre as Fortalezas "Slow Food", um livro com os principais resultados do projeto, e, por fim, a elaboração de demais materiais audiovisuais (vídeo, banco de imagens) disponibilizados no site web do projeto (www.slowfoodbrasil.com/). No total, foi possível beneficiar 33.696 agricultores/as familiares e jovens rurais em todo o país
- Iniciativa 13 - Capacitar 500 jovens rurais em eco-gastronomia, por meio de parceria com o movimento "Slow Food".
- Sem informação. Não foram encontrados valores específicos de capacitação de jovens.
- Iniciativa 14 - Propiciar a participação de agricultores familiares beneficiários de projetos apoiados por meio da parceria entre SEAD/CC/PR e o movimento "Slow Food", relativos à sociobiodiversidade, em feiras e eventos.
- Parcialmente executada - alcance abaixo de 50%.** Foram encontradas informações referentes a 3 feiras: Ação Slow Fish na Feira com Eudes Assis por Slow Food Saudável, 'Mente/SP - 2016, Chef na Feira', na Feira do Modelódromo do Ibirapuera (São Paulo/SP) - 2016 e Festival Comida de Verdade ocupa o centro de São Paulo em defesa da Feira do MST - 2019. A meta previa a participação em 10 feiras.
- Iniciativa 15 - Fornecer material de consumo e permanente para composição de kits feira para em empreendimentos agroecológicos.
- Plenamente executado. A SEAD lançou, no dia 31 de agosto de 2017, edital simplificado de chamamento público para a seleção de empreendimentos da agricultura familiar ao recebimento da doação de kits-feira. A ideia é disponibilizar 3.200 kits, que beneficiarão 320 organizações em todo o país.
- Iniciativa 16 - Implementar projeto de inserção da Agricultura Familiar no mercado de plantas medicinais e fitoterápicos, baseado na produção sustentável, promoção da saúde e segurança alimentar e nutricional.
- Plenamente executada. O projeto foi implantado por meio de TED em parceria com a Fiocruz, com pagamento em 2018 de parcela no valor de R\$ 276.521,49. Foram realizadas entre 2015 e 2018 oito oficinas em sete estados.

Iniciativa 17 - Efetivar planos de ação de comercialização de plantas medicinais, por bioma, a partir do mapeamento de 12 espécies já realizado.

Plenamente executada. Em 2018, além das atividades de análise do marco regulatório, elaboração do Guia de Dinâmica de Atuação em Redes para Articulação Nacional da Comunidade de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e do mapeamento de espécies de plantas medicinais para o diagnóstico de Cadeias de Valor de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, foram realizadas 3 oficinas do projeto em parceria com a GIZ (Macapá/AP, Marabá/PA e Belém/PA) com a participação de 128 representantes (lideranças locais), sendo beneficiários indiretos mais de 1.500 agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais (seringueiros e quebradeiras de coco babaçu). Apesar de não ter sido implementado nenhum plano de ação no exercício, foi realizado o mapeamento de 19 espécies de plantas medicinais, totalizando 26 espécies mapeadas até 2018. Esta iniciativa não integrou o planejamento da Secretaria de Agricultura Familiar em 2019.

Anexo K – PLANAPO II

EIXO 5 - TERRA E TERRITÓRIO

Objetivo 5 – Garantir o acesso à terra e a territórios, como forma de promover o etnodesenvolvimento dos povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e assentados da reforma agrária.

Meta 21 – Ampliar e assegurar o acesso à terra e aos territórios, promovendo a regularização fundiária e garantindo os direitos territoriais e de acesso aos recursos naturais aos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e assentados/as da reforma agrária.

Iniciativas	Resultados alcançados
Iniciativa 1 - Titular 25 mil hectares em benefício de comunidades quilombolas.	Sem informação. 2.248 famílias de territórios quilombolas foram reconhecidas como beneficiárias do PNRA. Até 2017 2.086 hectares foram titulados.
Iniciativa 2 - Publicar 60 relatórios técnicos de Identificação e Delimitação.	Parcialmente executada - alcance maior que 50%. Estão disponíveis na página do INCRA 40 RTIDs.
Iniciativa 3 - Aprimorar o processo de regularização dos territórios quilombolas por meio da normatização da titulação em terras públicas e privadas e da normatização do levantamento fundiário.	Plenamente executada. No período do PLANAPO foram publicadas a Lei 13.465 de 11 de julho de 2017, que modificou a lei 11.952/09 e o Decreto 9.309 de 15/03/2018 que Regulamenta a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009.

Iniciativa 4 - Emitir 20 decretos de desapropriação por interesse social de territórios quilombolas.

Plenamente executada. A presidenta Dilma Rousseff assinou em 1º de abril de 2016, 25 decretos de desapropriação de imóveis rurais para reforma agrária e regularização de territórios quilombolas, no total de 56,5 mil hectares. Segundo Dilma, 21 decretos vão assegurar 35,5 mil hectares de terras para a reforma agrária em 14 estados. Na cerimônia no Palácio do Planalto, também foram assinados quatro decretos de regularização de territórios quilombolas, atendendo a 799 famílias no Maranhão, Pará, Rio Grande do Norte e Sergipe, somando 21 mil hectares.

Iniciativa 5 - Emitir 40 portarias de reconhecimento de territórios quilombolas.

Parcialmente executada - alcance maior que 50%. Em 2016 foram publicadas 22 portarias e em 2017 foram 12.

Iniciativa 6 - Avaliar 30 mil hectares em imóveis inseridos em territórios quilombolas decretados.

Parcialmente executada - alcance maior que 50%. Em 2016 foram avaliados 19.349,73 hectares em imóveis inseridos em territórios quilombolas decretados; e em 2017 foram avaliados 7.740 hectares nessas mesmas circunstâncias.

Iniciativa 7 - Assentar 120.000 famílias em projetos de assentamentos de reforma agrária, com o fim de assegurar a adoção de práticas agroecológicas, priorizando projetos ambientalmente diferenciados.

Parcialmente executada - alcance abaixo de 50%. Em 2016 foram beneficiadas 1.686 famílias pelo PNRA, sendo que 426 são jovens e destas, 212 mulheres. Em 2018 foram assentadas 7.819 famílias no PNRA. No exercício de 2019, o Incra assentou 5.409 famílias resultante de reconhecimento de famílias, dos projetos de desenvolvimento sustentável e de regularização de lotes para acesso as políticas do Programa Nacional de Reforma Agrária, conforme abaixo:
1) Projeto de assentamento reconhecido pelo Incra, de unidades de conservação de uso sustentável e de territórios quilombolas, total 424 famílias;
2) Projeto de desenvolvimento sustentável, total de 301 famílias; e 3) Regularização de lotes em Projetos de assentamento, total 4.684 famílias.

Iniciativa 8 - Ampliar a regularização fundiária em 2,5 milhões de hectares nas Unidades de Conservação Federais de Uso Sustentável

Plenamente executada. Em 2016 foram 542 milhões de hectares regulamentados e em 2017 foram 571.533,39 milhões de hectares.

Iniciativa 9 - Delimitar ao menos 25 terras indígenas.

Parcialmente executada. Foram delimitadas 20 terras indígenas.

Iniciativa 10 - Garantir a destinação de 5% dos novos lotes da reforma agrária para a juventude rural.

Não executada. Incluir na oferta de novos lotes da reforma agrária, a inclusão da juventude rural, por meio do critério **FILHOS QUE RESIDAM NO MESMO PROJETO DOS PAIS ASSENTADOS – FRA**, aplicado para a unidade familiar que contenha filho com idade entre dezoito e vinte e nove anos e cujo pai ou mãe seja assentado residente na mesma área do projeto de assentamento para o qual se destina a seleção, atribuindo-se dez pontos. Esse critério promoverá resultados para a juventude rural, em percentuais a serem conhecidos em 2020, após a aplicação da nova Instrução Normativa nº 98/2019, editada em dezembro de 2019.

Meta 22 – Fortalecer a gestão compartilhada dos territórios.

Iniciativas	Resultados alcançados
Iniciativa 1 - Ampliar de 155 para 185 as Unidades de Conservação Federais dotadas de plano de manejo, priorizando as UCS com famílias em situação de vulnerabilidade social.	Plenamente executada. 195 Unidades de Conservação Federais foram dotadas de plano de manejo.
Iniciativa 2 - Aumentar de 265 para 283 o número de Unidades de Conservação Federais com Conselhos Gestores criados.	Plenamente executada. 286 UCs possuem Conselhos Gestores (85,62% das UCs)
Iniciativa 3 - Apoiar a elaboração e revisão de 20 Planos de Gestão Territorial e Ambiental - PGTA's e a implementação de ações integradas em 40 terras indígenas.	Plenamente executada. Foram elaborados 42 PGTAs em vários territórios indígenas do país.
Iniciativa 4 - Publicar e implantar o Plano Integrado de implementação da PNGATI, visando a garantia da posse plena dos povos indígenas quanto aos seus territórios.	Plenamente executada. Plano Integrado de Implementação da PNGATI foi publicado em 2016. Cabe salientar que o Comitê Gestor da PNGATI foi extinto por meio do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal.
Iniciativa 5 - Implementar modelo inicial de gestão local participativa do PLANAPO em pelo menos 6 territórios.	Sem informação.
Iniciativa 6 - Implementar instrumentos de gestão ambiental e territorial em territórios quilombolas por meio de apoio a projetos de gestão ambiental e territorial	Sem informação. Quanto à territorialização, especial investimento ocorreu na continuidade discussão sobre as implicações da gestão ambiental em territórios quilombolas, quando foi possível avançar na pactuação entre setores do governo e da sociedade civil sobre desafios, oportunidades. A discussão ocorreu, mas não há dados sobre os instrumentos implementados.

Meta 23 – Consolidar assentamentos da reforma agrária, unidades de conservação de uso sustentável, territórios de povos e comunidades tradicionais e povos indígenas como áreas prioritárias para a promoção da produção orgânica e de base agroecológica.

Iniciativas	Resultados alcançados
Iniciativa 1 - Divulgar o Selo Quilombos do Brasil, junto às comunidades quilombolas e assessorar as comunidades para acesso ao selo.	Plenamente executada. Em 2018 foram realizadas pela SAF 16 ações de divulgação e orientação sobre os Selos da Agricultura Familiar, ocasiões em que foram divulgados os Selos Quilombos do Brasil e Indígenas.
Iniciativa 2 - Atender 40.000 famílias indígenas por ano, com projetos de etnodesenvolvimento voltados à segurança alimentar e nutricional e à geração de renda.	Plenamente executada. A meta proposta foi atingida e mais que duplicada, atingindo um total de 90.674 famílias no que concerne à segurança alimentar, nutricional e geração de renda.
Iniciativa 3 - Divulgar o Selo Indígenas do Brasil, junto aos povos indígenas e assessorá-los no acesso ao selo, visando a qualificação da produção tradicional indígena e a ampliação do acesso aos mercados institucionais e privados.	Plenamente executada. Ao longo de 2017, a Coordenação-Geral de Políticas para Mulheres Rurais, Juventude e Povos e Comunidades Tradicionais articulou, junto à Coordenação-Geral de Diversificação Econômica e Apoio à Agroindustrialização e Comercialização da Subsecretaria de Agricultura Familiar, estratégias para promover e dar visibilidade da produção tradicional indígena, buscando ampliar as formas de acesso a novos mercados. Nesse sentido, dando continuidade à ação, no ano de 2017 foram concedidas 17 permissões de uso do Selo Indígenas do Brasil, todas para comunidades indígenas localizadas no estado do Amapá. Dessa forma, entre os anos de 2016 e 2017 foram concedidos 31 Selos Indígenas do Brasil a diversas comunidades existentes no território nacional, valorizando assim o produtor indígena, por meio da identificação de seus produtos. Em 2018 foram realizadas pela SAF 16 ações de divulgação e orientação sobre os Selos da Agricultura Familiar, ocasiões em que foram divulgados os Selos Quilombos do Brasil e Indígenas. No entanto, em 2018, não houve emissão de Selos Indígenas. O ano de 2019 foi marcado pela reforma administrativa realizada pelo Governo federal no início do exercício. A SEAD foi incorporada pelo MAPA e suas atribuições foram diluídas na nova estrutura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. As atribuições institucionais também foram redefinidas e, com isso, também foram redefinidas as atribuições de gestão das ações do PPA. Não havendo, pois, emissão de selo indígena.

Anexo L – PLANAPO II

EIXO 6 - SOCIOBIODIVERSIDADE

Objetivo 6 – Promover o reconhecimento da identidade sociocultural, o fortalecimento da organização social e a garantia dos direitos de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores/as familiares.

Meta 24 – Disseminar conhecimentos e informações que demonstrem a importância da sociobiodiversidade e da valorização da identidade dos povos indígenas, povos e comunidades.

Iniciativas	Resultados alcançados
Iniciativa 1 - Aprimorar a metodologia de coleta de dados sobre o extrativismo e a contribuição dos produtos da sociobiodiversidade para a economia de cada região nos Censos Agropecuário e Demográfico do IBGE.	Plenamente executada. Os arranjos produtivos locais vinculados à sociobiodiversidade, além de terem sido levantados tornaram-se objeto de publicação, ajudando na propagação de empreendimentos de base comunitária fundamentais para a geração de renda na escala local. Nesse particular, receberam especial atenção as unidades de conservação, que se beneficiaram de investimentos de inclusão produtiva e desenvolvimento de novos mercados. Destaca-se o livro “Arranjos Produtivos Locais – APLs de Produtos da Sociobiodiversidade”, o qual pode ser acessado através do link: < http://www.mma.gov.br/publicacoes/desenvolvimentorural/category/75-sociobiodiversidade >.
Iniciativa 2 - Incentivar a elaboração de Protocolos Comunitários para orientar o uso comunitário e as negociações com atores externos em caso de acesso ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade.	Plenamente executada. Cabe ao DPG (Departamento de Patrimônio Genético) do MMA cuidar dos temas de Biossegurança de Organismos geneticamente modificados, biologia sintética, negociações internacionais sobre acesso e repartição de benefícios, protocolos comunitários de conhecimentos de povos e comunidades. Várias tratativas foram realizadas nesse sentido.
Iniciativa 3 - Elaborar a 1ª edição da enciclopédia nacional de conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade sobre o manejo sustentável e uso tradicional de plantas medicinais, como instrumento de garantia dos direitos de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores/as familiares sobre seus conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade.	Sem informação.

Meta 25 – Fomentar o uso e a conservação da biodiversidade e a promoção do extrativismo e agroextrativismo sustentável nos biomas brasileiros, a partir dos modos de vida e de práticas de gestão territorial dos povos e comunidades tradicionais.

Iniciativas	Resultados alcançados
Iniciativa 1 - Produzir e disseminar materiais (cadernos técnicos e didáticos) de recomendações de boas práticas de manejo de 30 espécies nativas da sociobiodiversidade, com linguagem adequada aos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores/as familiares.	Parcialmente executada - alcance maior que 50%. Foram elaborados de 21 cadernos técnicos e 21 cadernos extrativistas, embasados pela IN MAPA/MMA nº 17, de 28 de maio de 2009, com o objetivo de produzir subsídios para a adoção e divulgação de boas práticas de manejo de produtos florestais não madeireiros visando a construção de Projetos Extrativistas Sustentáveis. A meta previa 30 cadernos técnicos e 30 cadernos didáticos.

Iniciativa 2 - Desenvolver, no mínimo, um estudo de cadeia da sociobiodiversidade para inclusão de um produto fitoterápico tradicional no SUS. Plenamente executada. Em dezembro de 2019 iniciou-se a construção de conteúdos que irão compor a oferta pedagógica de formação em plantas medicinais e fitoterápicos para tratamento de feridas.

Iniciativa 3 - Sistematizar subsídios para regulamentar o Código Florestal no que se refere às temáticas relacionadas ao manejo florestal comunitário familiar, incentivando o manejo e uso sustentável de espécies. Sem informação. Não foram encontradas informações a respeito de regulamentação do Código Florestal relacionadas ao manejo florestal comunitário familiar. No entanto, durante o ano de 2018, foram executadas atividades de apoio ao manejo florestal comunitário na RESEX Verde para sempre, no estado do Pará, dentro de um arranjo institucional envolvendo 3 instituições federais (SFB, ICMBio, UFPA) e 2 organizações não governamentais (IFT e IEB). Os recursos foram aplicados no custeio da exploração sustentável de florestas, capacitação de manejadores comunitários e em reuniões e capacitação das organizações comunitárias para comercialização da produção. Estas atividades atenderam 305 famílias, em 6 comunidades. Esta parceria será continuada em 2019, com vistas a ampliação de captação de recursos e expansão do fomento ao Manejo Florestal Comunitário para mais 4 Unidades de Conservação de Uso Sustentável.

Meta 26 – Apoiar e fortalecer a organização social e produtiva de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.

Iniciativas	Resultados alcançados
Iniciativa 1 - Apoiar projetos voltados à estruturação de empreendimentos econômicos coletivos, visando às etapas de produção, beneficiamento e/ou comercialização de produtos oriundos do uso sustentável da sociobiodiversidade no bioma Amazônia, no âmbito do Programa de Fortalecimento e Ampliação das Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica – ECOFORTE.	Plenamente executada. O Edital 2016/007 do ECOFORTE Extrativismo, tinha a finalidade de apoiar projetos alinhados à promoção da conservação e uso sustentável do bioma Amazônia. Foram selecionadas 23 propostas, com um investimento total de R\$ 12,4 milhões. A meta era investir R\$ 8 milhões nesses projetos, portanto a meta foi extrapolada em 155%.
Iniciativa 2 - Formar 100 profissionais de instituições governamentais sobre as especificidades das cadeias de produtos da sociobiodiversidade e dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores/as familiares.	Parcialmente executada - alcance abaixo de 50%. Não há informações a respeito da quantidade de profissionais capacitados. Em 2018, com auxílio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no âmbito do Projeto BRA/08/012, fomentado em parte com recursos da Ação Orçamentária 20VQ, foi executado o processo de <i>Joint Operations Facility</i> - JOF-0176-31008/2017, o qual realizou capacitações para o fortalecimento das organizações sociais e das atividades produtivas e/ou econômicas sustentáveis de comunidades tradicionais beneficiárias das Reservas Extrativistas Federais nos estados do Maranhão, Piauí e Tocantins.

Anexo M – PLANAPO II**Objetivo 7 – Apoiar a produção, beneficiamento, armazenamento, distribuição e comercialização dos produtos da sociobiodiversidade e ampliar sua visibilidade e consumo.****Meta 27 – Aprimorar e ampliar a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater) e a formação profissional dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores/as familiares.**

Iniciativas	Resultados alcançados
Iniciativa 1 - Emitir 100 mil Documentos de Aptidão ao PRONAF (DAP), promovendo a devida adequação da declaração às especificidades de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em todo país.	Plenamente executada. Adicionalmente, o total de DAPs ativas para o público referente aos povos e comunidades tradicionais (Extrativistas, Indígenas, Pescadores/as artesanais e Quilombolas) até 2018, foi de 221.612. A meta prevista para essa iniciativa era a emitir 100.683 DAPs.
Iniciativa 2 - Elaborar diretrizes estratégicas para o desenvolvimento de serviços de ATER específico para territórios extrativistas (RESEX, PAE e PDS).	Plenamente executada. As diretrizes estratégicas para o desenvolvimento de serviços de ATER específicos para territórios extrativistas - Reservas Extrativistas (RESEX), Projetos de Assentamentos Extrativista (PAEs) e Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) - foram definidas em um documento elaborado em 2017. Esta iniciativa se fez necessária porque no primeiro PLANAPO foi identificado como um dos desafios conciliar a ATER com a política ambiental dentro das RESEX e PAEs. Tanto que a ATER com comunidades extrativistas demorou mais a começar devido a essas dificuldades.
Iniciativa 3 - Promover ações de assistência técnica e extensão rural para o manejo florestal sustentável de uso múltiplo da Caatinga, do Cerrado e da Amazônia, com enfoque agroecológico, nas RESEX, RDS e assentamentos de famílias agroextrativistas.	Plenamente executada. Em 2016 foram atendidos 1.762 famílias de produtores rurais em projetos de assistência técnica para manejo florestal de lenha na Caatinga e 2.203 famílias de extrativistas para assistência técnica em atividades florestais sustentáveis abrangendo apoio ao fortalecimento da cadeia produtiva de produtos florestais madeireiros e não madeireiros em quatro unidades de conservação na Amazônia (Reserva Extrativista - RESEX Tapajós-Arapiuns, RESEX Verde Para Sempre, Floresta Nacional de Caixuanã e RESEX Ituxi), totalizando 3.965 famílias de produtores rurais atendidos. A meta propunha o atendimento a 4.800 famílias, 82,6% da meta alcançada.
Iniciativa 4 - Elaborar e executar 10 projetos com povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, com foco na agroecologia, visando a segurança alimentar e nutricional e geração de renda.	Sem informação.



Escola Nacional de Administração Pública

Iniciativa 5 - Formar e qualificar 5.000 agentes de ATER para atuação em comunidades quilombolas, visando o fortalecimento da agricultura familiar de base agroecológica.

Sem informação. Há previsão para reformulação do referido Plano Nacional de Formação de Agentes de ATER para o 1º semestre de 2016, tendo em vista os avanços necessários ao alcance dos objetivos específicos da Formação, da dinâmica do meio rural e sua diversidade. Não foram encontradas informações específicas de formação de agentes de ATER para atuarem em comunidades quilombolas.

Iniciativa 6 - Realizar estudo visando a recriação do Portal da Sociobiodiversidade, como instrumento de comunicação e formação continuada dos atores da rede de serviços de apoio aos produtos da sociobiodiversidade.

Sem informação. O Portal da Sociobiodiversidade não foi encontrado, no entanto foi publicado em 2019 na página do ICMBio o "Catálogo de Produtos da Sociobiodiversidade" disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/publicacoes-diversas/catalogo_de_produtos_da_sociobiodiversidade_do_brasil.pdf

Meta 28 – Aperfeiçoar a infraestrutura de beneficiamento e distribuição dos produtos da sociobiodiversidade.

Iniciativas	Resultados alcançados
Iniciativa 1 - Elaborar perfis agroindustriais, com a perspectiva das tecnologias sociais, para, no mínimo, 15 produtos da sociobiodiversidade, de forma a contemplar todos os biomas.	Sem informação.
Iniciativa 2 - Realizar estudos sobre a viabilidade das Câmaras Técnicas de Comercialização Estaduais em atuar como alternativa para a logística de armazenamento e escoamento da produção proveniente de territórios de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores/as familiares e disseminar estas informações.	Não executada. A falta de recursos financeiros não ensejou a contratação dos estudos relacionados.

Meta 29 – Ampliar a inserção dos produtos da sociobiodiversidade nos mercados institucionais e mercados diferenciados locais, regionais e internacionais, e incentivar o consumo sustentável dos produtos da sociobiodiversidade.

Iniciativas	Resultados alcançados
-------------	-----------------------

Iniciativa 1 - Incluir produtos e alimentos da sociobiodiversidade nos processos de compras institucionais - PAA e suas modalidades.

Sem informação. A meta era incluir 15 produtos da sociobiodiversidade no PAA. Atualmente, 17 produtos da sociobiodiversidade são comercializados via PGPM-Bio (açai, andiroba, babaçu, baru, borracha extrativista, buriti, cacau extrativo, castanha do Brasil, carnaúba, juçara, macaúba, mangaba, murumuru, pequi, piaçava, pinhão e umbu) nos anos 2017 a 2019. Estão sendo realizados estudos no intuito de inclusão de novos produtos, como o licuri e o pirarucu de manejo. Não há informações de anos anteriores para se fazer um comparativo de inclusão de produtos.

Iniciativa 2 - Realizar oficinas estaduais de capacitação para fomentar o acesso de associações ou cooperativas de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores/as familiares às políticas de apoio à comercialização.

Parcialmente realizada – alcance de 50%. A meta previa a realização de 4 oficinas das quais apenas duas foram realizadas na região Sul do Amazonas com o objetivo de incluir os indígenas dos municípios de Tapauá, Canutama e Lábrea como fornecedores do PNAE. Ao todo, foram capacitadas 220 lideranças indígenas, representantes de mais de 70 aldeias e 10 povos indígenas. As ações foram realizadas em parceria com o FNDE, Funai, MDS, GIZ e Ministério Público Federal.

Iniciativa 3 - Consolidar Câmaras Técnicas de Comercialização em 4 Estados amazônicos, mantendo as cadeias de produtos da sociobiodiversidade na pauta das reuniões dessas instâncias.

Plenamente executada. As Câmaras Técnicas de Comercialização foram concebidas como espaços de coordenação e articulação descentralizados que permitem a integração entre as diversas ações, planos, programas, políticas de governo em todos os níveis e mercados privados com o objetivo de viabilizar as atividades de comercialização dos produtos da sociobiodiversidade, incluindo a produção orgânica, agroecológica e familiar. Foram consolidadas 5 Câmaras Técnicas de Comercialização em 5 estados da Região Norte, sendo uma no Acre, Amazonas e Amapá e duas no Pará.

Iniciativa 4 - Publicar portaria interministerial com as espécies e produtos da sociobiodiversidade para comercialização em compras institucionais.

Plenamente executada. A Portaria Interministerial 163 foi publicada em 11 de março de 2016, contendo a listagem das espécies consideradas da sociobiodiversidade para fins de comercialização. Houve uma avaliação da lista posteriormente e em 30 de maio de 2018 foi publicada a Portaria Interministerial 284 que incluiu mais produtos.

Iniciativa 5 - Definir proposta de territórios prioritários para estruturação de 11 Arranjos Produtivos Locais (APLs) da Sociobiodiversidade, com foco nas seguintes cadeias: castanha, açai, pirarucu, borracha, pequi, babaçu, piaçava, mangaba, umbu, licuri e baru.

Plenamente executada. Foram definidos e diagnosticados onze territórios prioritários nos seguintes estados: AC, AM, BA, CE, MA, MS, MG, PA, PI, RO e SE. Os arranjos produtivos locais vinculados à sociobiodiversidade, além de terem sido levantados tornaram-se objeto de publicação, ajudando na propagação de empreendimentos de base comunitária fundamentais para a geração de renda na escala local. Nesse particular, receberam especial atenção as unidades de conservação, que se beneficiaram de investimentos de inclusão produtiva e desenvolvimento de novos mercados. Destaca-se o livro “Arranjos Produtivos Locais – APLs de Produtos da Sociobiodiversidade”, o qual pode ser acessado através do link: < <http://www.mma.gov.br/publicacoes/desenvolvimentorural/category/75-sociobiodiversidade> >.

Iniciativa 6 - Garantir a participação dos produtos da sociobiodiversidade em feiras e eventos de comercialização regionais, nacionais e internacionais, com a inclusão de cooperativas e associações de povos e comunidades tradicionais e agricultores(as) familiares.

Plenamente executada. A SEAD desenvolve uma política de promoção comercial dos produtos da agricultura familiar, buscando sua inserção em mercados internacionais – orgânicos, comércio justo, e de produtos da sociobiodiversidade -, em cadeias produtivas e no âmbito do comércio intrarregional. As atividades envolvem a promoção da participação em grandes feiras internacionais, rodadas de negócios e na implementação de ações de fortalecimento e qualificação das cooperativas e empreendimentos da agricultura familiar na produção, gestão e preparação para o comércio exterior. As ações neste campo contam com parcerias importantes, especialmente com o MDIC, MRE, ApexBrasil, Sebrae entre outros. Em 2018, a SEAD apoiou a participação de 17 cooperativas da agricultura familiar, que corresponde a um total de 11.636 famílias representadas e beneficiadas diretamente nas ações. Na BioFach foram 9 cooperativas expositoras, na Saitex foram 3 expositores, na Expoalimentária foram 7 empreendimentos. Até o momento, de acordo com reporte dos empreendimentos, foram prospectados negócios no montante de USD 12.490.110 o equivalente a R\$ 48.754.892,21. De acordo com os expositores foram feitos 556 contatos comerciais. Em 2019 A SAF realizou em conjunto com a Conab eventos intitulados "Encontros De Oportunidades Para Empreendimentos Da Agricultura Familiar E Da Sociobiodiversidade" cujo objetivo foi: Conectar ofertantes e demandantes de produtos da sociobiodiversidade visando a geração de negócios e oportunidades mediante o estabelecimento de arranjos/parcerias com o setor empresarial e mercados institucionais. Foram realizados 4 Encontros nos estados do Rio de Janeiro/RJ, João Pessoa/PB, Salvador/BA e Belém/PA.

Iniciativa 7 - Propor a caracterização técnica de 30 produtos da sociobiodiversidade para inclusão na lista da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), para exportação.

Sem informação.

Iniciativa 8 - Elaborar estudo de valoração dos serviços ambientais para produtos da sociobiodiversidade, com vistas à inclusão destes custos nos preços mínimos da PGPMBio.

Plenamente executada. Foram realizados estudos para os estados do Pará e do Maranhão dentro de uma ação de identificação e avaliação dos serviços ecossistêmicos associados às cadeias produtivas da sociobiodiversidade (produtos que integram a PGPMBio). Para isso buscaram incorporar à PGPMBio um componente ambiental - no caso, a contribuição do extrativismo para a manutenção do fornecimento de serviços ecossistêmicos na região amazônica.



Escola Nacional de Administração Pública

Iniciativa 9 - Viabilizar estudo para criação de uma plataforma on-line para ligar produtores e consumidores de produtos da sociobiodiversidade.

Plenamente executada. Foi realizado um estudo denominado “Estudo de viabilidade para implantação de plataforma de comércio eletrônico (*e-commerce*) pela Conab, para Produtos da Sociobiodiversidade”. Seu objetivo foi levantar e avaliar um conjunto de informações concernentes à criação, gestão e manutenção de plataformas de comércio eletrônico, a fim de subsidiar a análise de viabilidade, para o Governo Federal, da criação de uma plataforma deste tipo para os produtos da sociobiodiversidade, considerando os desafios e as oportunidades para sua implementação, gestão e manutenção em ambiente virtual do Governo Federal.

Iniciativa 10 - Criar o Selo da Sociobiodiversidade para extrativistas, vinculado ao SIPAF (Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar).

Plenamente executada. O Selo da Sociobiodiversidade foi criado a partir da publicação da Portaria 129/2018 da SEAD.



Escola Nacional de Administração Pública

CURRÍCULO RESUMIDO

Fernanda de Sá Martins Araújo

Nacionalidade: Brasileira

Estado civil: Solteira

Data de nascimento: 25/12/1985

Endereço: SQS – 405, BL. D, APTO. 202, CEP. 70.239-040

Telefones: (61) 99983 1346

E-mail: fernandasamaraujo@gmail.com / fernanda.araujo@agricultura.gov.br

FORMAÇÃO ACADÊMICA

- Licenciada em Biologia pelo Centro Universitário de Brasília – UniCEUB no 1º semestre de 2007;
- Bacharel em Biologia pelo Centro Universitário de Brasília – UniCEUB no 2º semestre de 2008;
- Pós-graduada em Controladoria e Finanças pela Faculdade Unyleya no 2º semestre de 2017;

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- Professora substituta da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE/DF) de março a novembro de 2010 e entre 2014 e 2015 como professora titular.
- Agente administrativo no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de 2010 a 2014 e de 2015 a 2020, atuando junto a Coordenação de Produção Orgânica, antiga Coordenação de Agroecologia e Produção Orgânica de 2010 a 2016.
- Chefe da Divisão de Planejamento Setorial da Coordenação Geral de Planejamento da Secretaria Executiva do MAPA de 2016 até a presente data.

PUBLICAÇÕES ACADÊMICAS

- Apresentação de pôster e resumo intitulado: “Atratividade de insetos por diferentes cores em fragmento de Cerrado no Distrito Federal” no XXII Congresso Brasileiro de Entomologia realizado em Uberlândia de 24 a 29 de agosto de 2008.
- Efeito de extrato de plantas inseticidas sobre o parasitoide de ovos *Trichogramma pretiosum* (Hymenoptera: Trichogrammatidae). 2009. Trabalho de Conclusão de Curso – Centro Universitário de Brasília.